



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Isabela Cristina Rodrigues Azevedo

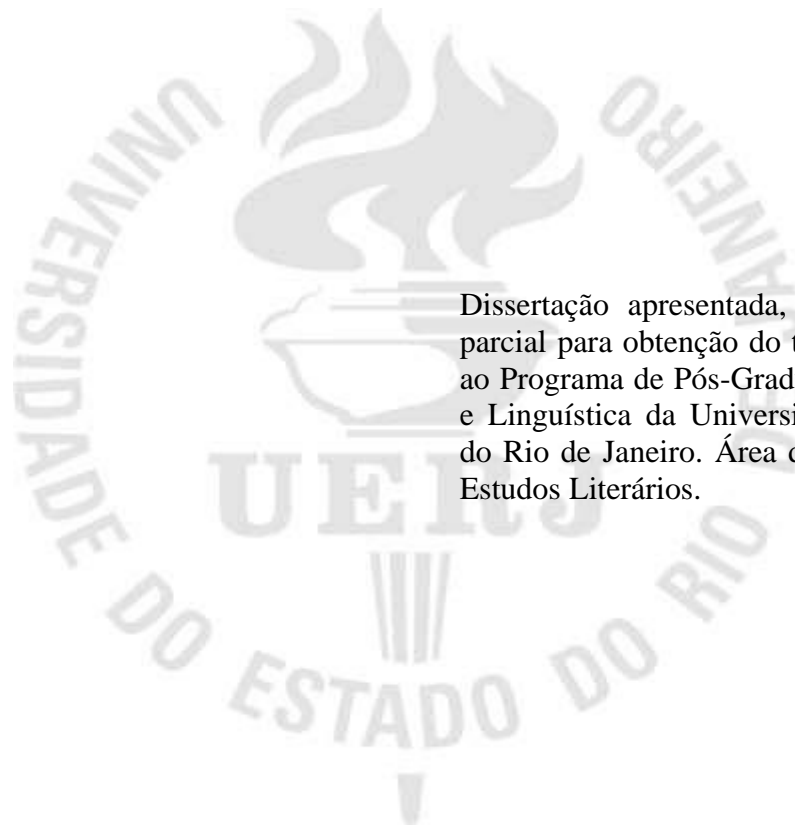
Subalternidade e precariedade em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos

São Gonçalo

2022

Isabela Cristina Rodrigues Azevedo

Subalternidade e precariedade em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Silva de Oliveira

São Gonçalo
2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

A994 Azevedo, Isabela Cristina Rodrigues.
Subalternidade e precariedade em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos /
Isabela Cristina Rodrigues Azevedo. – 2022.
117 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Silva de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade
do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Ramos, Graciliano, 1892 - 1953 – Crítica e interpretação – Teses. 2.
Ramos, Graciliano, 1892 – 1953, *Vidas secas* – Teses. 3. Violência na
literatura – Teses. I. Oliveira, Paulo César Silva de. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 4994 CDU 869.0(81)-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Isabela Cristina Rodrigues Azevedo

Subalternidade e precariedade em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos

Trabalho apresentado para a Defesa no
Mestrado Acadêmico do Programa de
Pós-Graduação em Letras e Linguística
da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Área de concentração: Estudos
Literários

Aprovada em 07 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Cesar Silva de Oliveira (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Cláudio do Carmo Gonçalves
Universidade do Estado da Bahia / Universidade Estadual de Feira de
Santana

Prof. Dr. Leonardo Pinto Mendes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2022

AGRADECIMENTOS

Agradecer com palavras no início de um trabalho tão árduo como foi a escrita desta dissertação é o mínimo que posso fazer a todos que foram meu colo nos últimos anos. Foram anos extremamente difíceis. Não estaria concluindo mais uma etapa na minha trajetória de estudos sem cada um desses que mencionarei a seguir. Ouso dizer que não só nos meus estudos eu teria fracassado sem a rede de apoio que tive. Por compreender a importância das pessoas que me sustentaram afetivamente, peço desculpas a alguém que posso ter esquecido de mencionar. Esse é o problema da linguagem, ela é limitada porque é uma seleção. Seria impossível dar conta de tudo apenas com palavras. Contudo, com sentimentos, alcanço a todos com muita força e integralidade.

Agradeço ao meu avô José dos Santos Azevedo, por ter sido, em vida, e continuar sendo, em memória, meu maior exemplo de leitor e de cristão que vivia o que falava e falava o que vivia. Agradeço à minha avó Zenith dos Santos Azevedo por todo cuidado e acolhimento quase todas às tardes da minha infância. À minha avó Lygia de Freitas Rodrigues, agradeço o cuidado, o amor e o enorme legado que reverbera nas existências e posturas exemplares de minha mãe, sua filha.

Agradeço aos meus pais, Natalina e Jorge, de todo coração, por terem sido incansáveis no estímulo aos estudos. Obrigada, mãe, por comemorar cada nova beca e por ser um exemplo marcante na minha infância da importância dos estudos, ao terminar seus estudos do ensino básico já tendo compromissos com casamento, filhas e trabalho. Em memória, agradeço a meu pai por, embora de forma dura muitas vezes, sempre ter estimulado meus estudos, com base na preocupação que ele tinha de me poupar das violências e subalternidades a que foi exposto. Agradeço também ao Sidney, marido de minha mãe.

Agradeço a cada profissional da saúde que nos últimos três anos cuidaram e amparam a minha família nos cuidados com meu falecido pai. Ao SUS, que custeou todas as internações; aos médicos, enfermeiros, técnicos, faxineiros, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, maqueiros, porteiros e recepcionistas: muito obrigada. Apesar de haver muitas e graves falhas, o sistema público de saúde tem minha gratidão eterna, pois tive a dívida de encontrar muitos profissionais que amam as vidas de quem cuidam, e meu pai foi muito bem tratado até o fim por parte considerável desse corpo profissional.

Às minhas irmãs queridas, Gabriela e Ludmila, todo o meu coração. Nascer em um lar com vocês foi o maior presente que eu poderia ter recebido de Deus. Nunca me senti sozinha no mundo graças a vocês.

Não posso deixar de agradecer aos meus queridos cachorros, Pórter e Puma, meus amor incondicional e motivo fixo do porquê quero retornar para casa sempre que a necessidade me faz sair ao mundo.

Àqueles que não são família, mas em nada se diferem dos que o são, muito obrigada por suas amizades. Eduarda, Karina, Gyselly e Mayara, vocês fazem a UERJ ter significado transcendental para mim. Obrigada pela camaradagem, irmandade, humor e apoio constantes.

Raysa, minha irmã de alma, nenhuma palavra seria capaz de agradecer sua amizade, até porque, não precisamos de palavras para entender e estar uma com a outra. Obrigada por existir.

Milse, Nathália e Diego, muito obrigada por serem pessoas tão significativas e inspiradoras na minha vida. Cada palavra de consolo e ânimo, cada momento em que se fizeram presentes e cada apoio afetivo e espiritual que recebi de vocês eu guardo no coração.

Agradeço ao Marcos e ao Philippe, colegas de trabalho que conheci em meio a esse período de estudos para o mestrado, os quais, direta ou indiretamente, me deram condições emocionais - mediante o riso autêntico e constante - de chegar ao final deste mestrado.

À Jéssica, minha amiga-irmã desde meu período de estudos no Fundamental I, meu muito obrigada por me ensinar o que é amizade e por ter um olhar tão atento a quem sou. Antes de que eu me entendesse como amante das letras, você viu isso em mim, e sou grata por ter me ajudado a enxergá-lo.

À Paula, minha inspiração constante de determinação e fé, meu muito obrigada por dividirmos nossos sonhos e medos. Não poderia omitir nosso jargão: “Está pago, amiga!”.

À Amanda, amiga que tem meu coração, muito obrigada por ser e me permitir ver o quão transparente e frágil, mas também forte e invencível você é.

Ao Hygor, à Amanda e à Daniele, agradeço por serem e por me permitirem ser parte da história de vida que temos construído juntos. Sinto tanto orgulho de vocês... Obrigada por nossa amizade e por serem inspirações constantes para mim.

Agradeço imensamente aos meus amigos e irmãos, Mateus, Larissa, Vânia e Gabriela, por tanto amor, amparo, alegria e aconchego. Somos família e isso é indiscutível. Obrigada por tanto.

Agradeço imensamente à minha comunidade de fé, a Igreja Metodista Central em São Gonçalo. O prazer que tenho em ser parte dessa história não é capaz de ter linguisticamente traduzível. Obrigada por me acolherem, ensinarem, amarem, apoiarem e acreditarem em mim.

Meu muito obrigada à minha psicóloga Elise, pelo trabalho extremamente e simultaneamente profissional, ético e afetivo que sempre me ofereceu. Não tenho palavras para expressar o tamanho da preciosidade que nosso encontro é.

Agradeço imensamente aos meus colegas de trabalho e alunos com quem tive o privilégio de estar nos últimos dois anos. Minha trajetória em sala de aula como professora é temporalmente similar ao período de estudos no mestrado, e essa concomitância só reforçou em mim o desejo de me aperfeiçoar academicamente para entregar o meu melhor enquanto professora.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Cesar Silva de Oliveira, por seu enorme coração e sua igualmente enorme exigência. Esta dissertação não seria metade do que é sem seus comentários, correções e sugestões. Obrigada pela humanidade com que tratou minhas omissões estudantis em prol de questões familiares. Obrigada pelas palavras de ânimo quando desejei abandonar o programa. A UERJ tem muito por ter sua contribuição como um dos professores da instituição.

Aproveito, então, para agradecer a todos os professores do programa PPLIN, tanto àqueles com quem tive aulas quanto aos demais. Uma instituição é formada por sujeitos, e eu tive a honra de conhecer a Universidade Estadual do Rio de Janeiro através de vocês, os quais pude conhecer e reconhecer como profissionais qualificados e humanos empenhados por fazerem da sala de aula um lugar de trocas e horizontalidade. Muito obrigada.

Não posso me esquecer de honrar todos os professores que tive ao longo da vida, os quais me despertaram o amor pela sala de aula, seja como aluna seja como professora. Em especial, agradeço a você, Flavia Bomfim, por ser minha inspiração de professora de literaturas e por ser muitíssimo humana no tratamento oferecido a seus alunos (grupo em que me incluirei para sempre). Sim, professora, “eu estou feliz”!

Um agradecimento especial faço ao meu querido amigo e antigo (espero que também futuro) professor que conheci na UFF, minha primeira casa, Franklin Dassie. O meu amor pela teoria literária surgiu em sua sala de aula. A minha visão da literatura como *locus* de catarse foi germinada por suas palavras. Toda a minha admiração e carinho a você. Obrigada.

Agradeço ao Prof. Dr. Cláudio do Carmo Gonçalves e ao Prof. Dr. Leonardo Pinto Mendes por aceitarem compor a banca avaliadora deste trabalho. Aquilo que me dizem, apontam, comentam e sugerem tem enorme importância para mim. Esta dissertação é fruto de

muitos atravessamentos que existem e que formam o sujeito que sou, e estou honrada em poder confiá-la às suas mãos.

Ao homem, pai, filho, profissional, marido, nordestino, político engajado e grande escritor brasileiro Graciliano Ramos, em memória, agradeço pela elaboração da obra que analiso nesta dissertação. Não é sem motivos que a obra *Vidas secas* é um livro aclamado pela literatura nacional. A sensibilidade de Ramos, o esmero e a assertividade são ímpares.

Por último, agradeço à minha razão de ser, estar e me mover no mundo: Deus. Meu maior apoio, meu maior consolo, meu melhor amigo, meu amor. Esta dissertação só foi possível porque Deus me impele a olhar o meu próximo e a amá-lo. O subalterno é alvo do amor de Deus. Aprendo constante e infindavelmente a não ignorar as pequenas histórias (as quais se me dão a conhecer) com Aquele que conhece e ama a todos igualmente. Dedico todo mérito da minha trajetória acadêmica ao Deus dos meus pais, ao Deus dos meus avós e ao meu Deus. Por Ele aceitei o desafio de ingressar no mestrado e por Ele abandonaria tudo se fosse necessário.

RESUMO

AZEVEDO, Isabela Cristina Rodrigues. *Subalternidade e precariedade em Vidas secas, de Graciliano Ramos*. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Subalternidade e precariedade em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos é um estudo que tem por objetivo investigar as personagens Fabiano, sinha Vitória, menino mais novo e menino mais velho sob perspectivas contemporâneas, na recusa de leituras que os trataram como sujeitos animalizados. Investiga-se o peso das muitas formas de violência a que foram submetidos e que os tornam sujeitos do trauma. Primeiramente, leremos a obra sob o viés de Walter Benjamin (1987) acerca dos perdedores da História. Ficção e reflexão social são aproximadas, no que auxiliam no desnudando das relações sociais e políticas. Judith Butler (2019) me abriu caminhos para pensar as vidas precárias e trazer a reflexão para o hoje. Os sujeitos de Ramos são espécies de arquétipos das camadas periféricas do Brasil, indivíduos subalternizados que perambulam por espaços de opressão. O foco na reflexão sobre a humanidade de Fabiano e família desvia-se de sua redução a sujeitos animalizados, para compreender as contradições de um projeto modernizador que permeia o discurso dominante, mas que resulta quase sempre nas privações de direitos, violações e dores dos subalternizados.

Palavras-chave: *Vidas secas*. Graciliano Ramos. Ficção e História. Subalternidade.

ABSTRACT

AZEVEDO, Isabela Cristina Rodrigues. *Subalternity and prearity in Vidas secas*, by Graciliano Ramos. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Subalternity and prearity in *Vidas secas*, by Graciliano Ramos is a study that investigates the characters Fabiano, sinha Vitória, the ‘younger boy’ and ‘the older boy’ under contemporary perspectives, and refuses readings who treat them as animalized subjects. The weight of the many forms of violence to which these characters were subjected make them subjects of the trauma here investigated. Firstly, we will read the novel under the perspective of Walter Benjamin (1987) about the losers in history. Judith Butler (2019) made me reflect on the precarious lives who still roam around Brazil today. Fiction and social reflections are approximate. Ramos’s characters are seen as archetypes from the peripheral layers of Brazil, individuals who wander through spaces of oppression. The focus on reflection on Fabiano's humanity and family deviates from its reduction to animalized subjects, to understand the contradictions of a modernizing project that permeates the dominant discourse, but which almost always results in the deprivation of rights, violations and pains of the subordinates.

Keywords: *Vidas secas*. Graciliano Ramos. Fiction and History. Subalternity.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	LITERATURA E HISTÓRIA: LEITURAS BENJAMINIANAS DE VIDAS SECAS	18
1.1	O problema da linguagem e da representação em <i>Vidas secas</i>	19
1.2	Literatura e História: aproximações e diferenças	28
1.3	Literatura como lembrança: os perdedores da História	44
2	CORPO E MENTE SOB VIOLÊNCIAS: DA DOR AO SILÊNCIO EM VIDAS SECAS	59
2.1	Homens e bichos sob a mesma medida	60
2.2	Marcas: a violência traumática, estrutural e simbólica	76
2.3	Vidas secas e precárias	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Vidas secas, de Graciliano Ramos, é leitura obrigatória em muitos currículos das escolas brasileiras, especialmente quando se estuda a narrativa do Modernismo Brasileiro. Não foi o caso de minha escola: no meu Ensino Médio fui orientada a ler *São Bernardo*, do mesmo autor. Lembro-me de como aquela escrita enxuta me deixou simultaneamente instigada e contrariada. Apesar da escolha da instituição, o livro didático adotado destacava com mais ênfase o romance *Vidas secas*. Então, dei começo à leitura desta narrativa por iniciativa própria. Estava ansiosa por conhecer Baleia e sua peculiaridade tão exaltada nos manuais, tão “úmida”, em contraste com a “secura” dos seus humanos e da natureza a seu redor. O que encontrei em minha leitura da obra, porém, me fez discordar veementemente da interpretação corrente, de que a cadela era a que mais carregava sentimentos, chegando a se humanizar em relação aos humanos, tidos como inexpressivos e animalizados.

O desconforto da aluna de Ensino Médio ficou adormecido por 5 anos, até que, concluída a graduação, almejei entrar para o Mestrado. Como a literatura sempre foi meu objetivo acadêmico, o Mestrado em Estudos Literários foi um caminho natural (não sem algumas incertezas). Durante a escolha de meu *corpus* de estudo, cogitei pesquisar violência doméstica e infância, na obra homônima *Infância*, de Graciliano Ramos. Contudo, no percurso da pesquisa, percebi em mim um desconforto em relação ao tema que havira delimitado, dada a exclusão do adulto. Seria válido excluir o adulto quando se fala de violência na infância? O homem já feito foi antes um menino e pode acabar transferindo o que viveu aos menores, em um ciclo de repetições difícil de ser rompido. Outro desconforto era o de trabalhar uma obra autobiográfica, uma vez que as autobiografias não são meu interesse de pesquisa. Naquele momento, a obra *Vidas secas* ressurgiu como uma narrativa positivamente desconfortante (o tipo de desconforto que mobiliza).

O efeito estético da leitura de *Vidas secas* gerou na Isabela adolescente comoção, tristeza e esperança. Antes de me graduar em Letras, ainda sem conhecer mais a fundo as teorias literárias e os períodos literários de forma mais abrangente e contextualizada, *Vidas secas* já era um motivador de questões em mim: quem era a voz que me conduzia na narrativa? Por que aquelas pessoas viviam tão à margem das políticas públicas do Estado? Quais seriam os nomes daqueles meninos invisibilizados? Qual seria a história pregressa de Fabiano e sinha Vitória, antes dos acontecimentos a que éramos apresentados de forma abrupta, *in media res*, na narrativa de *Vidas secas*? Aquela conjuntura de desolamento era

pura ficção ou haveria contrapartidas no mundo real e no momento histórico em que as ações se desenrolavam? Por fim, questionava-me em que consistia a nomenclatura “neorrealismo” para as obras de Graciliano Ramos.

Tais e tantas foram as perguntas que ressurgiram para mim, que me motivaram a buscar, no estudo da obra, o que em mim já se anunciara como suspeita: a família retirante de *Vidas secas* não era apenas animalizada por conta de uma estrutura social e política que a desumanizara, mas seria produto de uma reflexão sobre estruturas mais complexas que apontava para um mundo que jogava (e ainda joga) nos ombros daqueles sujeitos o peso de traumas e desvios civilizatórios – a que hoje nos voltamos e reagimos com mais veemência, consciência e participação, quer chamemos tal reação de “indignação”, “posicionamento”, “justiça social” ou “luta pelos direitos humanos básicos”.

Com a intenção de me aprofundar na pesquisa dos processos traumáticos que rondam Fabiano, sua mulher e seus filhos, propus-me a desenvolver estudos sobre uma obra literária que já conta com mais de 80 anos e ainda assim se mostra tão produtiva para o pensamento crítico, ainda hoje. O que mais poderia ser dito que pudesse trazer frescor a uma obra tão evocada, incensada e estudada (nas universidades, especialmente)? Talvez o que eu traga neste trabalho não tenha um caráter de ineditismo para o debate atual acerca da obra, mas acredito que esta pesquisa avance em um tema ainda a ser explorado com mais propriedade e atualidade: a defesa de uma leitura acerca do homem em sua humanidade. Entendo que seria necessário reconsiderar alguns pontos, os quais envolvem os debates sobre questões sociais que falam ao hoje, como os problemas dos excluídos, da mobilidade e da clausura. Esses temas permanecem absolutamente atuais no Brasil do presente, e *Vidas secas* os desvela ainda de forma contundente, posto que aqueles temas tão caros a Graciliano Ramos (fome, analfabetismo, habitação, exploração do capital etc.) ainda se manifestam na ordem do dia da nação. Creio que o atual momento social me leva a olhar novamente para aqueles sujeitos de papel, muitas vezes, sistematizados em interpretações dicotômicas das relações entre o humano e o animal, entre ação e reificação, entre consciência crítica e alienação, o que me levou a interrogar a legitimidade dessas relações para questioná-las.

Vive-se no Brasil e no mundo de 2022 uma série de tensões entre os axiomas sociopolíticos das camadas dominantes e as expectativas dos grupos marginalizados a que aquelas pretendem impor suas verdades e valores (axiomas esses os quais pensávamos ter, pelo menos, neutralizado). Após anos de lutas pelo direito ao lugar de fala e à escuta, felizmente, há hoje uma nova percepção dos discursos acerca do papel dos negros, das mulheres, dos indígenas, dos gays, dos nordestinos, dos pobres e miseráveis, de maneira

geral, e de tantos outros grupos marginalizados pelas mais diversas condições sociais, políticas e econômicas de existência. A sociedade tem sido forçada a respeitar, a passos lentos e por força de leis, alguns direitos negados às minorias, mas estas ainda precisam se organizar de forma a concretizar seus reclames, seja elegendo seus legítimos representantes políticos seja atuando de forma efetiva no mercado, boicotando marcas ou organizando verdadeiras cooperativas econômicas, culturais e políticas, por exemplo.

É nesse contexto histórico em que me vejo inserida. Como mulher negra e pobre, filha de servidores públicos, professora da rede pública, pesquisadora dos processos de violência a mim impostos e na realização espiritual de cristã, defino-me como sujeito do meu tempo, que tem aprendido a se perceber enquanto minoria, mas que possui direito à fala e que fala dos seus direitos a partir de um lugar específico.

Por isso, incomoda-me o discurso que tenta ver, em Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos, um lugar de falta – falta de uma humanidade compreendida por meio de certos paradigmas que os precedem e que visam regulá-los. Ao que me parece, o discurso que animaliza o diferente ou que faz de sua diferença um problema é sucedâneo dos que sustentaram a escravização dos povos negros, afirmando que não possuíam alma, daí, não humanos. É o mesmo argumento utilizado para chamar de “não civilizado” todos os que se comportavam diferentemente do “normal”, levando-os a serem aprisionados em prisões e casas de ressocialização que não recuperam ninguém, em manicômios, com camisas de forças e silenciados à força de eletrochoques. Soa-me familiar, guardadas as proporções, ao que foi dito e feito em passado recente com os milhões de judeus exterminados nos campos de concentração nazistas. “Animal”, dessa forma, seria todo o sujeito da diferença, o não dominante, o fora da ordem e do grupo com mais força; mas animal também é aquele “animal que logo sou”, como disse Jacques Derrida (2002), o ente que me mostra os limites abismais do humano e do inumano – e também as suas aproximações.

Instiga-me o raciocínio de que, em *Vidas secas*, não haveria postura mais humana do que aquela assumida pelas personagens centrais da obra, posto que, além do sofrimento dado pelo estado de miséria, pela ignorância, pela exclusão do processo de escolarização e engolfados pelas instituições que deveriam protegê-los, são sujeitos ainda grávidos de futuro. Como poderiam ser sujeitos de fala, expressivos e comunicativos entre si, se foram privados inclusive da linguagem complexa, da intimidade com a palavra e do direito à memória? Enquanto sujeitos com pouco domínio da linguagem, aponto, na representação ficcional de Graciliano Ramos, uma questão: como tornar possível a contação de suas histórias a não ser pela tutela de um outro?

Defendo que Graciliano Ramos procurou contornar esse impasse utilizando um narrador que, ao falar do/pelo outro, muitas vezes se solidariza com esse outro – embora essa simpatia nem sempre signifique “dar” voz a esses sujeitos, e sim representá-los, conforme apontou Gayatri Spivak (2010) – na forma de uma representação política que se transmuda em representação ficcional ao nos dar acesso aos sujeitos e ao que pensam, sem perder de vista a coerência interna e a verossimilhança mantidas, por escolha do autor, de modo peculiar na obra. A esse recurso discursivo, a linguística já bem mapeou: o discurso indireto livre.

Movida pelas questões sociais que atravessam a narrativa de Ramos, dedico-me a defender uma leitura diversa das relações entre animalização e humanidade em relação à família retirante. No lugar de “animais” ou sujeitos bestializados, defendo as personagens como figurações dos perdedores da História e tomo como base Walter Benjamin. Para isso, busco me desvincular de alguma leitura do discurso histórico que vê nele um *status* de “verdade”, algo disseminado pelo senso comum (que hoje, inacreditavelmente, se manifesta em parcela razoável da população – contaminando inclusive alguns discursos acadêmicos – pautados pelo negacionismo da ciência, desprezo pelas artes e pela razão em nome de um saber “intuído” ou sem lastro, que ignora as evidências históricas), a fim de apontar as parciais de leituras no campo sociocrítico, do qual a História faz parte como discurso que pretende problematizar os eventos e a experiência humanos.

Ao escolher, ao selecionar o que registra, a História como história única implica também esquecimento, deixando à posteridade um problema a se resolver: a exclusão dos muitos discursos que não consegue trazer para seu campo de percepção – ou decide excluir – revela tensões entre dominantes e dominados. O que não é demérito ou característica inerente a qualquer discurso histórico, acentuo, mas parte da contaminação ideológica dos discursos, de maneira geral.

Importa para mim desconstruir certas ideias do senso comum, de cunho taxativo, porque acredito na pesquisa como ação cujos resultados possam ser levados para além dos muros universitários, dentro dos quais – creio, ainda que aparentemente – esse senso comum há muito desapareceu. Trazer ao discurso os perdedores que compõem a grande massa da sociedade sem incluí-los como público-alvo preferencial não poderia, portanto, ser um objetivo. A pesquisa existe para o aprimoramento de todo o corpo social, e como pesquisadora espero contribuir com alguns resultados que possam fortalecer nosso empoderamento como representantes das minorias, oferecendo, no mínimo, informações de caráter libertário.

As etapas de minha produção nesta dissertação são compostas por dois capítulos, nos

quais busquei discutir a narrativa de *Vidas secas* na perspectiva de um relato traumático sobre sujeitos demasiadamente humanos. Interessa-me discutir a condição econômica, psicológica, intelectual e de linguagem na representação das personagens, cujas raízes remontam à precariedade da vida desta família de sobreviventes. A permanente busca por melhor destino perdura enquanto o pouco de que necessitam para a subsistência jamais lhes chega. O que esses quatro sujeitos almejam? Habitação, trabalho, salário justo, escola para as crianças, alimento, boas noites de sono. No âmbito da narrativa, são desejos praticamente inalcançáveis o que justifica as migrações constantes das personagens, frutos da impossibilidade de concretização de um projeto de vida baseado em objetivos tão basilares, que custa a crer serem tarefas quase impossíveis de se realizar. Essa busca desesperada por uma vida digna não é característica única de Sinha Vitória¹ (“sinha” assim grafado, sem o acento agudo, conforme escolha do autor para – sutilmente – acrescentar sentido oriundo da ordem econômica da personagem à narrativa), seu marido e seus filhos. Quando direcionamos nosso olhar dos livros para o corpo social em que estamos hoje inseridos, é inevitável constatar que muitos indivíduos vivem em prol de conseguirem um dia alcançar o que o bom senso julga minimamente digno ao ser humano. No entanto, o que conseguem é “viver” em uma realidade que, duramente, os obriga a apenas “sobreviver”. O *status* de sobreviventes da vida miserável é ainda hoje a realidade de muitos homens e mulheres em todo o Brasil.

No capítulo I, aponto, também, que a Literatura com “L maiúscula”, a Literatura sacralizada (assim como a História com H maiúscula), deve abandonar a idealização de ser um discurso especial para se apresentar como um *locus* mais democrático de debate das questões fundamentais da relação entre discurso ficcional e sociedade. Não cabem, portanto, idealizações que ignorem as ideologias predominantes, as lutas sociais em curso, as diferenças de classe e a disputa pelo poder simbólico (conceito este a ser melhor discutido no capítulo II desta dissertação), além dos preconceitos, exclusões e arbitrariedades que alimentam as tensões do campo literário. Contudo, porque no discurso literário há a possibilidade da “empatia” com os sujeitos subalternos (possibilidade essa não por necessidade ou utilidade prática, mas sim enquanto potência), a literatura como discurso em que a princípio se pode dizer tudo, não deve ser lida como lugar da verdade e nem nós, na qualidade de críticos, devemos tomar posse das chaves de leitura que nos conduzam ao par “verdadeiro ou falso”. Por meio do fazer literário, pode-se criar/pensar outros mundos: homens e animais

¹ “Sinha” é grafado sem acento para delimitar na escrita o estado social da personagem, em contraste às “sinhas” que, além do acento, possuem maior poder aquisitivo, são de classes socialmente mais abastadas (Cf. REBELLO, 2005, p. 92).

dialogando; vida extraterrestre em contato com seres humanos; personalidades de diferentes épocas transitando ao mesmo tempo/espaço; e tantos outros mundos possíveis. A isso, creio, se refere Roland Barthes, ao afirmar que não há limitações para a literatura na ordem do que pode ser dito. Não apenas em se tratando de poder dizer sobre o que não encontra correspondência na realidade, mas também sobre não ser, necessariamente, limitada por um discurso determinante: a literatura potencializa a ascensão das pequenas histórias que, *por vezes*, o discurso da História silencia. Acredito que *Vidas secas* é uma dessas obras em que se permite fazer ouvir de forma mais amplificada as vozes de grupos sociais silenciados.

Muito embora não queira ignorar as autocríticas que a Academia tem se feito, especialmente ao longo do século XX, de modo a assumir-se também parcial e ideológica, ainda é maciçamente presente a concepção de História como um discurso único e verdadeiro por si só. Por isso, trato do senso comum como um objeto de problematização que inevitavelmente toma o discurso produzido pelo historiador e do crítico como problemáticos. Desconstruir esse estigma me leva a ressignificar politicamente a trajetória de minorias, como é o caso da população sertaneja encontrada em *Vidas secas*.

Refletirei sobre o momento político em que *Vidas secas* foi elaborado e publicado (durante o Estado Novo), lançando mão de problematizações que tornarão incertas as fronteiras entre real e ficção, história e literatura, real e representação. Interessa-me investigar quais os vencedores da História no contexto do surgimento da obra, final dos anos 30. Além de identificar os “vencedores”, quero entender os porquês de, a meu ver, a família ocupar o lugar extremo oposto, ou seja, o de “perdedores”. Para isso, parto de um recorte temático pautado em passagens da obra que evidenciam esse *status*, tais como o momento em que Fabiano se define como “bicho”, não como “homem” ou o em que é preso injustamente, dentre outros. Assim, defendo que esta narrativa de Ramos é um *locus* de resistência/existência e reflexão para os seres subalternizados e *traumatizados* que a narrativa ficcionaliza.

Dessa forma, investigar as violências perpetradas contra sinha Vitória, seu companheiro e os meninos é o passo seguinte que dou, no capítulo II. Enquanto “trapaça salutar”, como define Roland Barthes, aponto para a literatura como discurso em que se pode perceber o que permanece socialmente invisível. Ou seja, ela nos permite, enquanto leitores críticos, atualização quanto às formas de violação dos direitos humanos incontornavelmente experimentadas pelas personagens em *Vidas secas*. Importa-me tratar da representação de tais injustiças, pois pretendo, assim, evitando ser panfletária, mostrar a questão do trauma como um dos modos (no caso deste trabalho, o modo privilegiado) de entrada na obra. Para tanto,

auxiliam-me as leituras de Marcio Seligmann-Silva sobre sua fonte inspiradora, Sigmund Freud (2010). Seligmann-Silva, em “A história como trauma” (2000), auxiliou-me na formulação teórica sobre aqueles que não falam porque não conseguem dimensionar a dor que sentem. O Freud lido por Seligmann-Silva é minha principal fonte para o termo “trauma”. Apoiando-me em seu renomado ensaio “Para além do princípio do prazer” (2010), pretendo problematizar as estruturas que levaram ao emudecimento dos sujeitos em *Vidas secas*, mostrando a impossibilidade de as palavras darem conta da dimensão trágica daquelas vidas, o que leva Ramos a representar o silêncio, paradoxalmente, por meio de palavras.

Pretendo discutir, ainda com Freud, o conceito de trauma e como ele pode ser compreendido na obra de Ramos, pois interessa-me essa incursão na psicanálise, dada a minha defesa de que os humanos quietos e cabisbaixos da narrativa precisam ser lidos na integralidade de sua humanidade, em suas reações às formas de violência a que são expostos. Como a mente humana se defende do trauma? Há palavras capazes de traduzir aquilo que atravessa a subjetividade de um ser violentado? Essas são algumas das questões que procuro debater com apoio dos estudos de Seligmann-Silva, que em sua pesquisa aborda problemas semelhantes, eбора seu *corpus* seja a literatura de testemunho dos sobreviventes do Holocausto judeu e de seus descendentes. Cabe também neste capítulo a reflexão sobre o que vivem Fabiano e sua família: quais as formas de violência a que estão expostos? Quem as pratica? São violências ainda presentes hoje? Qual o impacto desta temática na estética da obra de Ramos?

Proponho-me, portanto, a problematizar os fundamentos que, na obra, suponho que embasam o discurso da não humanidade plena dos sujeitos. Uma vez que tal leitura a respeito da família de retirantes existe, investigo seus postulados. Busco estudar passagens da narrativa que justapõem, por meio da mesma medida, pessoas e animais. Não nego a paridade na obra entre homens e animais, contudo discordo quanto a ser argumento suficiente para o par animalizante/humanizante. Em seguida, aponto as formas de violência física e simbólica que atuam sobre os humanos (posto que não me proponho a estudar a fundo a cadela Baleia).

Por fim, concluo a pesquisa centralizando a relação entre ficção e sociedade ao problematizar o papel do Estado, na inicial suspeita de que tanto o Estado ficcional de *Vidas secas* quanto o Estado real que rege o Brasil (no momento de publicação da obra e no cenário vigente) são omissos. Um Estado que escolhe não tratar das necessidades da parte miserável da sociedade seria um Estado assassino? Sinha Vitória, seus filhos e Fabiano são enxergados como cidadãos para o governo? Os miseráveis do mundo real são sujeitos de direito para o governo que deveria os representar? Para a homologia que percebo entre ficção e mundo,

apoio-me na obra *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, de Judith Butler (2019).

Em suma, sugiro que é possível vislumbrar em *Vidas secas* uma crítica contundente e atual à realidade social que ultrapassa os limites do tempo-espço ficcionalizado, abrangendo não somente uma discussão ampla sobre a questão dos marginalizados no Brasil, mas de como os diversos Fabianos pressupostos no romance de Ramos circulam pelo país nos tempos de hoje. Fabiano. Por ser o personagem que centraliza os acontecimentos da obra, é por mim entendido como o arquétipo presente em *Vidas secas*, comparado aos demais, no qual mais sujeitos marginalizados do mundo biossocial podem ser enxergados e representados.

Finalmente, defendo que o discurso de negação da humanidade dessas personagens e de seus direitos, por serem de um grupo social não dominante, revela a existência de vidas precárias: analfabetos; violentados pela força opressora do Estado; famintos; sem-teto; sem nome; sem escola; representantes alegoricamente de tantos outros grupos que habitam o real em situações aproximadas de vulnerabilidades homólogas à narrada na obra. São sujeitos sem direito ao luto. Importa que essa compreensão proporcionada pela literatura não seja ignorada nem minimizada. Importa não fechar os olhos para as pequenas histórias que foram e continuam sendo alijadas pela História tida como única e oficial, e que possamos atuar verdadeiramente como cronistas, conforme defendeu Walter Benjamin, em “Sobre o conceito de história” (1987).

Refletir, a partir de *Vidas secas*, sobre os sujeitos (não somente os de papel, mas também os de carne e osso) que, assim como as personagens da obra, são lidos como seres em incompletude no processo de humanização, é a motivação central para a escrita desta dissertação.

1 LITERATURA E HISTÓRIA: LEITURAS BENJAMINIANAS DE VIDAS SECAS

Neste primeiro capítulo, aponto o romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, como uma espécie de *locus* narrativo em que o escritor dá visibilidade aos sujeitos subalternizados esquecidos pela História maiúscula, oficial. Com este fim, problematizo algumas concepções, hoje em grande parte superadas sobre o conceito de História, questionando o *status* de “verdade”, em contraste ao estatuto ficcional, comumente atribuído aos discursos literários, mas cujos efeitos, como se verá, se expandem por todo o corpo crítico-intelectual que pensa o real e a realidade histórica.

Entendendo que todos os discursos abrigados sob o conceito de texto são atravessados ideologicamente, e concordando com Roland Barthes (1987, p. 49), para quem a escrita é um “compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem se perder toda identidade a começar precisamente pela do corpo que escreve”, defendo a busca de um discurso histórico conforme propôs Walter Benjamin (1987), ao nos mostrar que parte dos acontecimentos do real está condenada ao esquecimento. Memória e esquecimento imbricam-se, portanto, no corpo discursivo do romance e dos textos teóricos aqui contemplados. Por ser a literatura uma forma específica de leitura e escrita do mundo, há nela possibilidade de tratar dos “perdedores” da História do ponto de vista mais liberto, que é o dos narradores e dos estilos narrativos de que os escritores podem se valer. Neste sentido, ainda reverberam as palavras de Aristóteles, em sua *Poética* (2015, p. 95-96): “Também fica evidente, a partir do que foi dito, que a tarefa do poeta não é a de dizer o que de fato ocorreu, mas o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança e a necessidade”; e o poeta e o historiador se diferem não pelos recursos da metrificacão, da técnica ou da utilização da história, mas por um se referir “aos eventos que de fato ocorreram” (no caso do historiador, e sempre relativizando o “de fato”, que nas traduções aparece de forma assertiva, embora Aristóteles problematize esse lugar de verdade, em *Poética*) e o outro, o poeta, ocupar-se dos eventos “que poderiam ter ocorrido”.

Como se vê, a discussão é antiga e a leitura proposta visa a ler *Vidas secas* como espaço possível de percepção física e subjetiva – já apontado por Aristóteles (2015) e revisto por Wolfgang Iser (1983) –, que remete os leitores à cena miserável da existência de determinados sujeitos. A narrativa de Graciliano Ramos, embora pensada e escrita como ficção, não deixa de apontar para inúmeros fragmentos da realidade, embora não se disponha a definir-se como narrativa do real nem como forma utilitária de compreensão da História.

Pensando e avançando nas questões levantadas na introdução, neste primeiro capítulo começo a discussão com “O problema da linguagem e da representação em *Vidas secas*”. Penso a natureza não neutra dos discursos linguísticos, pondo em suspensão o *status* de “verdade” que algumas interpretações procuram conferir à História, sempre entendendo o momento atual, em que a produção de mentiras sob o rótulo de notícia e o falseamento das interpretações da história se torna recorrente. Importa também não perder de vista as especificidades dos fazeres do historiador e de sua impossibilidade de dar conta de todos os aspectos da realidade, o que resulta, como bem entendeu Walter Benjamin (1987, p. 224), na percepção do passado “como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”, uma avaliação do passado composta por fragmentos, sendo a totalidade do passado compreendida como uma espécie de utopia.

Em seguida, na seção “Literatura e história: aproximações e diferenças”, problematizo os conceitos dados a essas áreas. Se não é possível afirmar que há uma oposição entre os discursos histórico e literário, no entanto, quero discutir a existência ou permanência de uma natureza distinta entre os dois campos, no qual percebo, sim, haver contratos de leitura distintos.

Já o terceiro e último item, “Literatura como lembrança: os perdedores da História”, trata da literatura como espaço discursivo de resistência, em que se promovem as boas-vindas aos excluídos do discurso histórico oficial. Dessa forma, aponto para a família sertaneja retirante representada por Ramos em *Vidas secas* como um *locus* de existência para os invisibilizados nas narrativas oficiais.

1.1 O problema da linguagem e da representação em *Vidas secas*

Os estudos da História² permitem que o homem problematize seu trajeto sobre a Terra, tomando consciência do que aconteceu, o que nos ajuda a entender o presente. Nossa passagem pelo mundo é muito curta para que tenhamos uma consciência totalizante das

² As expressões “História” e “história” em minha pesquisa possuem nuances. Chamo de “História” a disciplina oficializada, os discursos hegemônicos e também os do senso comum que compõem o saber histórico formalizado e institucionalizado. Reservo o termo “história” para as “pequenas” narrativas que compõem a multiplicidade do real a envolver não somente os fatos apropriados pela “História”, mas também os eventos esquecidos ou eludidos, cujo retorno em contradiscursos não hegemônicos (entendendo a literatura como um deles) revelam as faces múltiplas das ideologias, das micro e macropolíticas, problematizando estruturas sociais e apontando interesses econômicos que frequentemente ditam o rumo das narrativas oficiais.

estruturas sociais e seus mecanismos na longa duração. Com o desenvolvimento das técnicas de pesquisa, dentre as quais a cronologia, a epigrafia, a numismática, a sigilografia, a arqueologia e outras, a função do historiador ganhou ferramentas potentes que, aliadas à sua tarefa de interpretação e análise, tornam seu trabalho um complexo de experiências as quais implicam, como contrapartida, a problematização constante da própria disciplina. O estudo dos registros, a análise de dados, a atenção cada vez maior aos relatos orais, às narrativas de testemunho e a tentativa de se buscar a veracidade dos eventos nos levam a crer naquilo que se convencionou chamar de “fato”, o que pode nos levar a esquecer as camadas ideológicas interpostas no jogo entre acontecimento, registro e sua interpretação.

Sem dúvidas, a busca pelo conhecimento e pela ciência se opõem ao falseamento da realidade histórica, principalmente se observado o terrível e novo produto que germina no terreno fértil das tecnologias virtuais: as *fake news*. Não obstante se reconheça a importância dos “fatos”, cabe questionar se é realmente possível tratar o passado como eventualmente se tem feito nas práticas orientadas pelo senso comum. Isso porque a História, enquanto atividade dos sujeitos, origina-se e fundamenta-se em concepções humanas e, porque humanas, são inevitavelmente ideológicas, ou seja: tendenciosas, parciais. Na ferramenta humana por excelência (a linguagem), a argumentatividade inviabiliza a existência de neutralidade nos discursos.

Segundo a estudiosa da linguagem Ingedore Koch (2011), a neutralidade é um mito socialmente aceito. Koch percebe a neutralidade como uma construção social quando mostra que “argumentar” e “dizer” são sinônimos. Enquanto seres sociais, somos sujeitos argumentativos, interagindo nos atos de convencer e de sermos convencidos. Somos argumentativos nas escolhas, que vêm a ser tanto a decisão de qual palavra utilizar em uma frase, quanto a escolha de representantes políticos. Ou seja, a defesa de teses é constante e contínua, de modo que quem prega haver discursos não ideológicos nada faz a não ser defender a tese de que é possível viver sem teses. Em suma, ou engana a si mesmo ou a quem lhe ouve:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que **o ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende

“neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade KOCH, 2011, p. 17, grifos da autora).

Neste ponto da problematização, faço um parêntese para os conceitos de “argumentatividade” e “argumentação”. Ao que parece, para Koch, esses termos não apresentam diferenciação significativa, complementando-se um ao outro. A argumentatividade é uma qualidade da produção de discursos linguísticos: “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade” (KOCH, 2011, p. 17). Sobre o termo “argumentação”, a autora afirma: “É preciso ressaltar, ainda, que os termos **argumentação** e **retórica** são aqui utilizados como ‘quase sinônimos’, postulando-se, conforme se disse, a presença de ambas, em grau maior ou menor, em todo e qualquer tipo de discurso” (KOCH, 2011, p.18, [grifos da autora]). Ou seja, para Ingedore Koch, todo discurso possui algum grau de argumentação, já que a argumentatividade é uma característica inerente à língua. Feita essa ponderação, retorno ao debate acerca da não neutralidade dos discursos.

O uso da linguagem é indissociável da persuasão. Muito embora se aprenda que generalizações empobrecem, haja vista que atuam com base em discursos planejados e homogêneos sobre questões que podem, muitas vezes, merecer julgamentos diferenciados, generalizar as generalizações é igualmente um erro epistemológico. Não defendo que todas as afirmações genéricas devem ser combatidas. Há generalizações que acrescentam ao pensamento, haja vista que nesses casos contribuem para uma percepção mais ampla da realidade. Exemplo disso está em Koch (2011) quando, ao afirmar que “a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”, está generalizando, porém, o faz de forma intencional e consciente. Não se trata de um olhar planejado e empobrecido sobre a linguagem, mas sim de uma análise assertiva, da defesa de um postulado em que se acredita. Uma vez compreendida a língua como ferramenta de opinião, conseqüentemente, Koch mostra que todo ato de linguagem é ideológico.

Partindo da visão de que todo produto da língua é cingido por perspectivas determinadas, por consequência, a leitura que proponho (sendo “uma” leitura dentre muitas possíveis) de *Vidas secas*, talvez a obra mais estudada do escritor alagoano Graciliano Ramos de Oliveira, entende que a narrativa é entrecortada por juízos de valor a todo momento. Enunciada por um narrador heterodiegético, a obra pode ser entendida, em uma leitura superficial, como busca por uma neutralidade discursiva, dado que a perspectiva argumentativa do narrador é menos evidente se comparada à do narrador homodiegético. Um narrador não personagem pode passar despercebido como participante das ações enunciadas

pelo leitor comum ou somente reconhecido pelo viés de uma suposta neutralidade devido a um “abrandamento” da subjetividade. Por contraste, o narrador que enuncia através da primeira pessoa do discurso é melhor apreendido na dinâmica do processo dialógico. Contudo, mesmo sem o uso da primeira pessoa, o narrador – como qualquer fato linguístico – é também uma construção na qual habita a “argumentatividade”, para manter a expressão teórica de Ingedore Koch. Consciente de que há uma complexa teorização nos estudos linguísticos sobre as formas de narrar, não aprofundo tais problematizações, por não ser o foco deste trabalho. Contudo, não ignoro haver em *Vidas secas* um narrador observador que lança mão constantemente do discurso indireto livre (de modo que talvez não seja apenas um mero “observador”). É um recurso estético importantíssimo que Graciliano Ramos utilizou nesta obra e, quanto a isso, discorrerei um pouco mais adiante no capítulo.

Voltando à questão da não neutralidade representada na voz heterodiegética do narrador de *Vidas secas*, podemos percebê-la no exemplo:

Fabiano curou no rasto a bicheira da novilha raposa. Levava no aió um frasco de creolina, e se houvesse achado o animal, teria feito o curativo ordinário. Não o encontrou, mas supôs distinguir as pisadas dele na areia, baixou-se, cruzou dois gravetos no chão e rezou. Se o bicho não estivesse morto, voltaria para o curral, que a oração era forte (RAMOS, 2013, p. 17).

Nesse fragmento, Fabiano cumpre seu ofício: o vaqueiro busca por um animal que sofreu o ataque de uma raposa, mas não o encontra para tratar de seu ferimento; decide, então, rezar para encontrá-lo, caso ainda esteja vivo, e retorná-lo à casa. Nesse pequeno trecho da narração, é possível notar, dentre outras questões, como as escolhas enunciativas parcializam a visão dada à cena. Fabiano “supôs” entender na areia as pisadas no animal que buscava. É posto em suspensão o reconhecimento do vaqueiro. Esse olhar que não deposita total confiança nas ações do personagem é uma postura argumentativa: a postura de desconfiar. O narrador poderia ter escolhido outro viés, poderia resolver acreditar na pista identificada na areia. Se assim o fizesse, teria igualmente estabelecido uma posição diante dos fatos que narra ao leitor. Em suma, concordando ou duvidando de Fabiano, o narrador define uma posição diante dos acontecimentos: não há a possibilidade de escapar da argumentatividade, posto que é um sujeito da linguagem e por ela atravessado. Como define Koch, a respeito de todo o desempenho que invariavelmente exercemos dentro da língua, o que ocorre na enunciação é um juízo de valor expresso pela forma como resolve narrar a experiência de Fabiano, na passagem supracitada.

Nesse sentido, seguindo o raciocínio proposto pela linguista, também o profissional da História, ao fazer uso da linguagem, opta por uma ou mais perspectivas. Não pode optar por todas, até porque as percepções do real variam no tempo-espaço e por isso não são esgotáveis. Trata-se do “fascismo” que reside na língua e “obriga a dizer”, tal como Roland Barthes defende em seu ensaio *Aula*: “Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1987, p. 14). Isso significaria, então, que o discurso da história é também um viés. Visto que é um discurso e, portanto, não neutra, a História se inclina – por necessidade, desejo ou pretensão – à representação dos fatos vividos ou aos rastros deixados pelo caminho, embora não nos moldes da ficção e sim por meio de estratégias textuais e interpretativas, algumas delas também presentes no discurso ficcional. A representação, caso entendida como registro com pretensões à veracidade do que ocorre no mundo biossocial, deve ser questionada enquanto atividade (im)possível, em diversos níveis, especialmente como produção de discursos de verdade daquilo que ocorre no plano das ações e experiências vividas ou testemunhadas.

Concluo que a construção de um texto, seja qual for a natureza de sua elaboração (científica, ficcional, coloquial, jornalística etc.), como a que busca registrar ou interpretar por suposta verossimilhança os fatos ocorridos no mundo biossocial é, de antemão, uma empreitada destinada ao fracasso. Isso porque a natureza das palavras difere da natureza das ações, da experiência do vivido propriamente dito. Os significantes são abstrações, construções arbitrárias, como já apontou Ferdinand de Saussure, no livro a ele atribuído e publicado por alguns de seus antigos alunos, o conhecido *Curso de Linguística Geral* (2006).

Somada à abstração das palavras, há a re(a)presentação do real nos textos. Sempre haverá algo que não caberá nessa construção: se o registro aponta para processos específicos de seleção e combinação de elementos, o texto ignora, em contrapartida, a ausência – por vezes, intencional – de outros. Se aponta para o ocorrido em um determinado lugar, não será capaz de abarcar os demais lugares naquele mesmo momento. É preciso selecionar “o que” é dito, sobre “qual” determinada sociedade, “em que” momento determinado. Textos são, assim, espécies de fragmentação selecionada do real, como se mostra em “Os atos de fingir”, de Wolfgang Iser (1983). Iser enfatiza que a produção literária, ao apresentar a limitação do suporte “texto”, não é capaz de abarcar a totalidade do mundo real. No entanto, essa limitação ocorre em todos os discursos produzidos pelo homem. Iser classifica o recorte do real pelos textos como “transgressão de limites” entre texto e real, sendo o real por ele denominado como um “sistema contextual preexistente”:

Como produto de um autor, cada texto literário é uma forma determinada de tematização do mundo (*Wetzuwendung*). Como esta forma não está dada de antemão pelo mundo a que o autor se refere, para que se imponha é preciso que seja nele implantado. Implantar não significa imitar as estruturas de organização previamente encontráveis, mas sim decompor. Daí resulta a *seleção*, necessária a cada texto ficcional, dos sistemas contextuais preexistentes, sejam eles de natureza sociocultural ou mesmo literária. A seleção é uma transgressão de limites na medida em que os elementos acolhidos pelo texto agora se desvinculam da estruturação semântica ou sistemática dos sistemas de que foram tomados (ISER, 1983, p. 388, destaque do autor).

Lido como uma narrativa ficcional sobre o sertão brasileiro, entendo que *Vidas secas* não deve necessariamente ser entendido como retrato, nem deve recair no aspecto biográfico quanto à representação de um espaço geográfico do país. Primeiramente, porque o espaço geográfico na obra não faz referência ao Brasil, nem mesmo a um estado da federação ou a uma região específica em que a ação figuraria. Em segundo lugar, porque, embora a ação se desenvolva em um espaço geográfico identificável como o “sertão”, o que nos é dado a saber sobre aquela paisagem vincula-se apenas à experiência de uma família acompanhada pelas lentes de um narrador supostamente ausente. Ou seja, há uma série de estratégias textuais, de recortes – “seleção” – de aspectos concernentes ao sertão. Isso pode ser percebido na análise do olhar curioso do menino mais velho, filho de Fabiano e sinha Vitória, que questiona o que haveria para além da “serra distante e azulada”:

Todos os lugares conhecidos eram bons: o chiqueiro das cabras, o curral, o barreiro, o pátio, o bebedouro – mundo onde existiam seres reais, a família do vaqueiro e os bichos da fazenda. Além havia uma serra distante e azulada, um monte que a cachorra visitava, caçando preás, veredas quase imperceptíveis na catinga, moitas e capões de mato, impenetráveis bancos de macambira – e aí fervilhava uma população de pedras vivas e plantas que procediam como gente (RAMOS, 2013, p. 58).

A percepção do mundo como um lugar mágico revela a imaginação pueril da criança sobre o duro universo sertanejo, e isso se torna possível por conta das lentes do narrador heterodiegético, que se comporta como um sujeito que tudo sabe. Enquanto leitores, temos a possibilidade de localizar, com o auxílio da razão, esse espaço não nomeado do sertão para então retirá-lo desse não-lugar. Pode-se identificar, através das pistas deixadas pelo narrador, o sertão brasileiro: referências à vegetação, à paisagem, sem contar as estratégias de representação, que equivale a aridez da região ao estado de alma das personagens:

Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. Olhou os quipás, os mandacarus e os xiquexiques. Era mais forte que tudo isso, era como as catingueiras e as baraúnas. Ele, sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra baleia estavam agarrados à terra (RAMOS, 2013, p. 19).

O sertão se inscreve na narrativa como espaço geográfico, político e social, sem esquecer o espaço psicológico das personagens. Dessa junção, a terra inóspita surge como espécie de lugar mítico. Seja como for, aquilo que não se identifica objetivamente na obra ou é excluído dos processos de seleção textual evidencia um “para-além” do texto, isto é: uma produção de imaginário, conforme apontara Iser (1983). Muito antes dele, no entanto, vários pensadores se debruçaram sobre essas questões, tentando explicar – caso fosse possível – como o discurso se apresenta para nós e nos revela, por meio de palavras, de construções de linguagem, as formas do vivido, ou seja, a experiência humana. Dos gregos aos contemporâneos, esse debate revela atualizações da questão no tempo, repetições que não se sustentam nem são satisfatórias dada a própria natureza do problema. E esse não é um problema da crítica, mas um desafio oferecido pela realidade dinâmica e pelos processos históricos, que demandam (re)configurações, reposicionamento das ideologias, gerando, consequentemente, novos embates, novos tensionamentos críticos. A recusa de uma visão holística ou da crença na veracidade dos registros não é um problema para as artes literárias, e talvez o que haja seja o oposto.

Em algumas produções, o leitor é convidado explicitamente a coescrever as obras, tendo como ferramenta a imaginação, a exemplo do texto de Yoko Ono, pequena digressão, que aqui reproduzo. Em *Grapefruit* (2008/2009), são dadas orientações aos leitores, intituladas de “peças”, sem as quais (sem as suas execuções, físicas ou imaginárias), a obra não se completaria:

PEÇA DE SONS DO CORPO GRAVADOS

Faça gravações de sons do corpo de distintas
pessoas em distintos momentos.
De gente velha, jovem, chorando, melancólica,
alegre, calma, duvidando, etc.

Primavera de 1964
(ONO, 2008/2009, s/p).

Ono, coerente com seu estilo e produção, evoca o leitor a ser um coautor. A presença de verbo no modo imperativo (“Faça”) é a certeza de que sua obra, embora se pretenda diálogo e não monumento estanque de contemplação passiva, precisa ser completada. O leitor, com sua **imaginação**, é o participante que pode completar a obra. Deste modo, o foco recai constantemente na imaginação: na de quem escreve (dado que imaginou um tipo de leitor receptivo a suas ordens) e na de quem lê (uma imaginação que é instigada pela interlocução

da obra, de modo a pôr-se (no) presente). Longe de uma recusa, a imaginação recebe um convite para o protagonismo. Essa pequena digressão se esclarece em seguida.

Quando se pensa a representação do real, há uma variável nessa equação, a pergunta sobre de quem é o papel de “falar”: aquele que viveu o acontecimento a ser representado ou quem apenas o observou? E em qual registro haveria mais “credibilidade” quando se confere o *status* de “registro verídico”? Gayatri Spivak aponta esse e outros impasses da representação em sua obra *Pode o subalterno falar?* (2014). Ao questionar o modo como o Ocidente formula discursos a respeito dos sujeitos do dito “Terceiro Mundo” (expressão que a autora reproduz criticamente para apontar o preconceito até na definição dada aos subalternos feita pelos teóricos ocidentais), no caso de Spivak, mais especificamente sobre o sujeito indiano, a pensadora desconfia da legitimidade de uma descrição elaborada somente pelo imaginário ocidental:

Para verdadeiro grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo. A solução do intelectual não é a de se abster da representação. O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de maneira a oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante. [...] É o deslize entre tornar o mecanismo visível e tornar o indivíduo vocal, evitando, em ambos os casos, **“qualquer forma de análise [do sujeito], quer seja psicológica, psicanalítica ou linguística”**, que é consistentemente problemático (SPIVAK, 2014, p. 77; 79 [grifos meus]).

Segundo a teórica, embora não saiba falar por si, o sujeito subalternizado não deve ser subordinado ao intelectual que atua como seu representante. A autora entende a “análise” como algo “consistentemente problemático”. Isso se justifica quando se entende que aquele que realiza uma “análise” pode ser entendido como superior àquilo ou àquele que é analisado, e essa hierarquia não convém entre “intelectual” e “subalterno”. Afinal, a problematização acerca dos subalternos é justamente para resgatá-los desse lugar de inferiores em que foram postos. Convém pensar a coerência da tese de Spivak, uma vez que para ela representar não é sinônimo de analisar. Contudo, seria possível dissociar ambas as ações, dada a argumentatividade inerente à língua? Não é possível a formulação de uma representação neutra, sem a análise – por parte de quem registra – do objeto representado. O caminho mais adequado para conciliar representação e análise seria, então, reconhecer a parcialidade de toda representação (entendendo “parcialidade” não como uma negatividade, mas como algo inerente à língua).

Diante disso, se cada historiador é um indivíduo preso à sua classe – o que significa dizer que é um sujeito argumentativo, que “analisa” –, e se a representação é, em essência, impossível, resta algum lugar para a História como verdade do que se passou? Walter

Benjamin, ao que me parece, foi feliz no que propõe como conceito de História. Segundo o pensador, não há uma única História (maiúscula), mas um conjunto heterogêneo de pequenas histórias (minúsculas) que compõem o real. Desse conjunto, o historiador de H maiúsculo nos dá uma perspectiva na qual reconhecemos suas “empatias” (BENJAMIN, 1987, p. 225). Conforme Benjamin, a empatia é determinada por quem carrega o troféu: A História caminha em acordo com o discurso dos “vencedores” e “dominadores”. Em uma perspectiva escatológica, Benjamin defende que apenas no fim da humanidade haverá a equivalência (e valorização) de todas as histórias. Na tese de número 3, de “Sobre o conceito de história”, ele afirma:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Assim, diante do não absolutismo da História; face a seu desnudamento como discurso que não pode ser neutro, já que não existe uma neutralidade do discurso; e em vista da impossibilidade de recuperação fiel do passado, o que levaria, então, o senso comum a estabelecer a distinção entre o discurso histórico e o discurso literário pelo critério da verdade? Haveria, então, uma distinção clara entre as áreas do saber histórico e literário? Ambos os discursos se utilizam da linguagem para narrar e ambos são percebidos como recortes da realidade inquirida, sendo ainda criações humanas, portanto, postas em suspensão. Se Literatura e História maiúsculas não são tão opostas como o senso comum julga, o que justificaria mantê-las em “campos do saber” distintos? Felizmente, hoje, elas já não se encontram nessa posição – pelo menos nos discursos mais responsáveis e de qualidade, ao contrário das posições *fake*, que engendram monstruosidades.

Ramos, ao concluir *Vidas secas* com um retorno cíclico dos personagens ao drama do êxodo rural, oportuniza um relato histórico de um dos aspectos da formação das grandes metrópoles brasileiras no século XX: “Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos” (RAMOS, 2013, p. 128). Ao peregrinar rumo ao sul, a família de retirantes percorre caminho igual ou semelhante ao trilhado por milhares de brasileiros em busca de oportunidades melhores na “cidade grande”. Fato. Contudo, estando claro que *Vidas secas* é literatura e documento, cabe

aprofundar a reflexão sobre as imbricações entre Literatura e História, áreas distintas e em diálogo.

1.2 Literatura e História: aproximações e diferenças

A priori, estabelecer diferenças entre duas zonas do saber se mostra atividade pouco produtiva. Contudo, há de se reconhecer que História e Literatura, atividades humanas e sociais conexas, têm resguardadas suas especificidades. Os pontos de contato são inúmeros e os dois campos de saber se imbricam quanto ao trabalho de representação e/ou compreensão do real. Para se estudar a obra *Vidas secas* como *locus* reflexivo onde o que escapa à História é pela narrativa recuperado/incorporado, é pertinente revisar algumas questões centrais na relação entre discurso ficcional e discurso histórico.

Definir o que é História não é minha pretensão. Nem a tarefa é totalmente possível, a meu ver, por tudo até aqui exposto. Apesar de não ser historiadora de formação, não ignoro que as definições de História são historicamente determinadas, o que intensifica a dificuldade de se definir a disciplina de forma taxativa. Porém, não poder definir não significa não poder pensar, problematizar. Ou seja, dentre as possibilidades de compreensão da questão, reflito sobre as definições em constante atualização, moldadas temporalmente por grupos sociais e ideologias, inclusive as que circulam na academia. Como são múltiplas as formas de pensar a História, vejo mais um ponto de contato entre ela e a Literatura: a fluidez das definições.

Para este trabalho, elaborei recortes de acordo com os objetivos propostos. E é por meio desse traçado que espero ser lida. Como estudiosa da Literatura, busquei refletir sobre o papel da História na relação de compreensão acerca do literário. Alinho-me a algumas definições dadas ao conceito de História por Vavy Pacheco Borges (embora em uma formulação mais tradicional) e as de Hayden White (esta, mais radical). Apesar do claro contraste na forma como ambos definem o que vem a ser a História, percebo um denominador comum: a identidade histórica como um discurso construído. E prossigo.

Na obra *O que é história* (1993), livro que compõe a linha de pequenas e muito produtivas obras de bolso da editora Brasiliense, Vavy P. Borges traça um panorama para a História, desde seu surgimento até a sua situação no Brasil, ainda no século XX. Interessa-me a obra por ser uma reflexão de qualificada pesquisadora e pelo objetivo de alcançar especificamente uma parcela da população leitora não especializada na teorização do assunto.

É obra que informa o leitor e o faz refletir de forma didática sobre os limites e alcances da definição do conceito de História. Dito isso, discuto resumidamente o trabalho de Borges.

Em seus começos, a História nos apresenta a figura originária de Heródoto:

Heródoto é considerado o pai da História, pois é o primeiro a empregar a palavra no sentido de investigação, pesquisa. Sua obra mais antiga começa assim: “Eis aqui a exposição da investigação realizada por Heródoto de Halicarnasso para impedir que as ações realizadas pelos homens se apaguem com o tempo” (BORGES, 1993, p. 19, grifos meus).

No marco inicial da História enquanto ciência, na Grécia Antiga, percebe-se o caráter documental de uma disciplina com anseios pelo registro. Há na figura do historiador a pretensão de investigar, de encontrar a “verdade”, de descobrir o que realmente aconteceu no passado, a fim de deixar um legado fidedigno para a sua posteridade, como destacado na citação. A História surge, então, tentando uma possível separação entre “mito” e “verdade”. Uma vez que o discurso mitológico não é suficiente, a busca por uma resposta científica para explicar as sociedades é iniciada. Hecateu, figura anterior a Heródoto, é quem dá a partida nessa nova postura frente à compreensão do real:

*Ao recortar ou recopiar essas explicações [mitológicas], num certo momento, os homens passam a refletir sobre elas. É especialmente um estudioso dos mitos, Hecateu de Mileto (colônia grega da Ásia Menor), no século V a.C., que vai, ao voltar do Egito, dizer: “**Vou escrever o que acho ser a verdade**, porque as lendas dos gregos parecem ser muitas e risíveis” (BORGES, 1993, p. 18, grifos meus).*

Interessa-me avaliar como as questões identitárias de Hecateu claramente direcionaram seu discurso, em uma leitura que realizo pelas lentes do que foi apontado por Ingedore Koch (a não neutralidade do discurso linguístico, seja qual for o seu uso social): “Vou escrever o que acho ser a verdade” é a fala legitimadora de Hecateu, quando observamos tratar-se de uma declaração subjetiva ([eu] “acho”) a respeito do mundo. Hecateu expôs a face argumentativa do registro e sua vinculação ao sujeito do discurso. Ao afirmar que as explicações dos gregos são “risíveis”, Hecateu externou sua insatisfação e discordância com o que até então era tido como explicação para os fatos do mundo. Isso o levou a questionar os discursos predominantes em sua época.

Outro ponto produtivo para se pensar a fala de Hecateu é sua condição social. Hecateu é “de Mileto”, uma colônia da Grécia. Como alguém que vivia imerso nos enquadramentos de uma cultura e poder dominantes, Hecateu não demonstra “empatia” (para usar a expressão de Walter Benjamin a respeito do crivo do historiador em relação à seleção dos acontecimentos que ele decide incluir nos registros) por uma visão de mundo hegemônica. Esses

atravessamentos, que atuam sobre o sujeito que pensa e elabora o discurso histórico, fazem parte do exercício científico do historiador no tempo. Por isso, Vavy P. Borges pensa ser importante analisar e expor, ainda que brevemente, as diferentes etapas de formulação da História. Neste percurso, cabe destacar o século IX d. C, período em que o registro da História se restringiu aos poucos aquinhoados que dominavam a escrita e tinham o direito de se posicionar político-socialmente. Borges aponta para o domínio quase total do clero sobre a documentação disponível:

Somente membros do clero sabem ler e escrever. A maior parte do que foi escrito nessa época é feita pelo clero. Grande parte das fontes são, por exemplo, vidas dos santos. A própria palavra clérigo (ou seja, “do clero”) quer dizer letrado, em inglês. Até hoje nessa língua a palavra conservou esses dois sentidos (BORGES, 1993, p. 24).

A Idade Média pouco registrou os acontecimentos populares. Em sua maioria, são os feitos do Clero que aparecem nas crônicas da época. Há forte imposição do pensamento religioso católico, de forma que o pensamento científico inexistia, dado que a dita vontade “de Deus” era entendida como a única explicação legítima para todas as coisas. Naquele momento, era visível o caráter parcial da História, uma vez que o aspecto ideológico e seletivo do historiador se reduzia ao poder do clero. Importava registrar os acontecimentos que asseguravam prestígio, influência e manutenção de uma verdade. Após a Idade Média, retomou-se a valorização do pensamento científico, do impulso racional, marcado pela revalorização das teses dos gregos. O olhar panorâmico – embora superficial – para o que se considera mais significativo na História endossa o que Walter Benjamin disse, ao tratar o historiador como um sujeito empático ao que lhe convém.

O Renascimento seria o momento histórico de centralização na ideia de homem, sua relação com a natureza e com a sociedade, em detrimento de respostas sobrenaturais aos eventos. Durante a retomada da cultura greco-latina, técnicas de pesquisa foram desenvolvidas, e revistos os acontecimentos da chamada “Idade das Trevas”, agora à luz da racionalidade iluminista, o que permitiu maior abertura aos eventos outrora não contemplados:

Um desses casos, por exemplo, é o da mulher-papa, que teria existido nos séculos XI, XII ou XIII, a papisa Joana. No século XVI, descobriu-se que isso foi algo criado no século XIII. Outro exemplo típico é o caso da Doação de Constantino. Em 1440, descobriu-se que esse documento, importantíssimo durante a Idade Média, era falso, forjado no século VIII ou IX d.C. (BORGES, 1993, p. 28).

Cabe a ressalva de que não apenas na Idade Média foi possível investigar nos discursos o que foi posto à margem, propositalmente ou não. Vavy Borges avalia a marginalização de discursos em vários períodos históricos e, ao formular uma seleção, percebe um inevitável “não registro” que pode estimular o leitor curioso e insatisfeito a vasculhar mais e mais textos. Borges enfatiza o entrelace entre fazer histórico e contexto social do historiador para mostrar como as visões de mundo interferem nas noções de História. Ela destaca a influência do Positivismo na produção de conteúdo histórico; a mudança de paradigma gerada pelo Materialismo Histórico; a predominância das teses eurocêntricas no meio acadêmico (com destaque para a Escola Francesa) e, por fim, o exercício acadêmico-profissional da pesquisa histórica, predominante na segunda metade do século XX. A concepção de História para Borges é assim descrita:

Hoje, ao terminar o século XX, cada vez mais a perspectiva de que uma obra de história é uma construção do próprio historiador se impõe: é ele quem escolhe seu objeto, escolhe como vai trabalhá-lo, expô-lo, num abandono de crenças positivistas em uma possível neutralidade, pelo distanciamento entre o historiador e seu objeto de estudo.

Também não se pensa mais a história dos homens como algo absoluto, objetivo, que está prontinho nos arquivos, sendo somente necessário ir lá buscar seus dados para se ter a História – com “h” maiúsculo – somente uma versão “verdadeira e única”. Poderíamos dizer então que a história não é o passado, mas um olhar dirigido ao passado: a partir do que esse objeto ficou representado, o historiador elabora sua própria representação. A história se faz com documentos e fontes, com ideias e *imaginação* (BORGES, ano, p. 45-46 [grifo meu]).

A imaginação faz parte do discurso da História, nas palavras da historiadora. A efabulação, o modo como o historiador enxerga e o que escolhe como objeto de trabalho são partes integrantes do discurso histórico. Por isso, aproximá-lo ao discurso literário não é incoerente, mas sim produtivo para a reflexão sobre as especificidades dos campos de saber e, em especial, sobre os sujeitos que os compõem.

Pensar essa aproximação no exemplo de *Vidas secas* nos leva de início à figura do autor. Muito embora não se trate de fazer aqui uma crítica biográfica, igualmente não cabe ignorar sua existência histórica, marcada por um tempo e uma sociedade determinados. Graciliano Ramos foi um nordestino. Não viveu as mazelas da seca no nível do que representou no romance de Fabiano e sua família, mas experienciou de perto a situação como observador-testemunha. Admitida a leitura que situa a obra no sertão nordestino, com suas descrições da vegetação, de animais, das cidades e das relações interpessoais, *Vidas secas* é uma espécie de fragmento do real ficcionalizado pelo homem Graciliano Ramos. Quanto a

isso, a historiografia é farta em estabelecer vínculos entre o escritor e sua escrita, e entre escrita, sociedade e História, como se nota em alguns poucos, mas esclarecedores exemplos:

O documental aproxima este livro às diversas narrativas que se escreveram no “ciclo nordestino”, com pequenas rupturas do modelo: um episódio que se soma a outro com poucos acréscimos e pequenas diferenciações – a não ser naquilo que deve mudar por força da organização da narrativa (ATAÍDE, 1978, p. 203).

Habitado à visão das coisas a partir da consciência de um personagem, que outra coisa não é que a consciência do autor, o romancista na sua última composição no gênero teve que fazer o transplante de seu mundo interior para cinco personagens [...] (CÂMARA, 1978, p. 308).

Graciliano Ramos pagou alto preço às abordagens unilaterais de sua obra. Por conta das análises centradas unicamente no psicologismo e no sociologismo, construíram-se em torno do grande escritor os mitos do “pessimismo radical” e do “negativismo orgânico” (OLIVEIRA, 1978, p. 312).

Quanto mais perto da experiência histórica que lhe coube expressar, mais longe da limitação temporal que essa mesma experiência poderia acarretar (MOURÃO, 1969, p. 8).

Fabiano, a mulher, os filhos e a cachorra decorrem da seca. [...] são apagados na bonança, erigindo-se inesperadamente em heróis ante a ameaça de situações decisivas. Os lances de sua vida são corolários do meio físico e da organização social a ele ajustada (CANDIDO, 2006, p. 67).

Nestes poucos exemplos, o acento recai na experiência do homem no embate com sua consciência de mundo e uma realidade histórica que sua obra pretendeu desvelar. Destacam o documental, a importância do universo nordestino e acentuam o embate do mundo interior do artista em meio a uma experiência histórica que, vista de perto, sob suas lentes, parece afastar-se de um senso comum que a veria apenas como reflexo, retrato ou descrição. Alheio ao realismo descritivo, Ramos opta por uma recriação da realidade que passa pela construção de novas linguagens, algo que exploro em passagens deste trabalho, dentre as quais, em uma rápida digressão, destaco as contribuições da Análise do Discurso, que também não deixam de tomar como questão as relações entre obra e autor. Nas palavras de Dominique Maingueneau, em *O contexto da obra literária* (2001),

Na realidade, a obra não está fora de seu “contexto” biográfico, não é o belo reflexo de eventos independentes dela. Da mesma forma que a literatura participa da sociedade que ela supostamente representa, a obra participa da vida do escritor. O que se deve levar em consideração não é a obra fora da vida, nem a vida fora da obra, mas sua difícil união (MAINGUENEAU, 2001, p. 46).

Ao autor acredito caber o lugar, não de um “proprietário” da obra, muito menos de um tradutor do que o texto diz, mas o de um sujeito histórico-social que, inevitavelmente, deixa marcas de sua existência no tempo através de sua experiência naquilo que escreve. Essas

marcas não devem ser camufladas com o propósito de criar de um “teatro da verdade factual”, no qual a neutralidade exista. Oposto a isso, os produtores de discurso literário ou histórico devem ter a consciência de que deixam suas ideologias em rastros feitos durante seus exercícios de produção discursiva. Concluído esse rápido parêntese em um diálogo com Maingueneau, retomo a questão da História maiúscula.

Em uma, talvez, radicalização da História como representação, Hayden White (1994) não apenas elabora uma aproximação ou equivalência do saber histórico com a Literatura, mas também procura inserir a História na série literária. Em seu conhecido e polêmico “O texto histórico como artefato literário”, de *Trópicos do discurso* (1994), White formula algumas teses (que irei discutir e problematizar, em seguida) que partem da hipótese de que o discurso histórico é uma dentre as formas de discurso literário.

White inicia sua proposição com questionamentos legítimos a respeito do que chama de “meta-história” (análise histórico-crítica da História):

Qual é a estrutura de uma consciência peculiarmente *histórica*? Qual é o *status* epistemológico das *explicações* históricas, quando comparadas a outros tipos de explicações que poderiam ser oferecidos para esclarecer a matéria de que se ocupam comumente os historiadores? Quais são as *formas* possíveis de representação histórica e quais as suas bases? Que autoridade podem os relatos históricos reivindicar como contribuições a um conhecimento seguro da realidade em geral e das ciências humanas em particular? (WHITE, 1994, p. 98).

Ao colocar em suspensão as bases ideológicas que sustentam o *status* de “verdade” dado pelo senso comum ao discurso histórico, White constata que o discurso histórico é uma construção linguística que visa à elaboração de relações de causa e consequência para os eventos narrados e, portanto, defende tratar-se de um discurso nos moldes do literário. Segundo ele, o trabalho do historiador é, por meio da literatura, o de encadear os fatos históricos de modo a torná-los acessíveis à sociedade, ou seja: o historiador transforma os “acontecimentos” em “estórias”:

Os acontecimentos são *convertidos* em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça (WHITE, 1994, p. 100, grifo do autor).

Embora concorde com o ponto de partida de White no que diz respeito a compreender o discurso histórico como uma construção, não me vinculo totalmente ao modo como ele define a literatura. De fato, literatura é também forma, estética textual; todavia, nem toda

“forma” cabe nas definições de literatura. A identificação de processos linguísticos na construção dada pelo historiador ao seu discurso é importantíssima para os estudos e para compreender criticamente os efeitos sociais da disciplina História. Não se deve, a meu ver, reduzir literatura somente à sua forma linguística, muito menos afirmar que as formas históricas são necessariamente literárias.

Ocorre-me uma situação, penso, que alegoriza as discussões em torno das teses de White. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em seu processo seletivo do ano de 2015 para admissão de graduandos no ano de 2016, elaborou uma interessante questão, a de número 16, sobre raciocínios lógicos, e que me parece útil para a minha crítica pontual ao pensamento de Hayden White:

Todo argumento pode se tornar um sofisma: um raciocínio errado ou inadequado que nos leva a conclusões falsas ou improcedentes. O último parágrafo do texto é um exemplo de sofisma, considerando que, da constatação de que todo abacate é verde, não se pode deduzir que só os abacates têm cor verde. Esse é o tipo de sofisma que adota o seguinte procedimento:

- (A) enumeração incorreta.
- (B) generalização indevida.
- (C) representação imprecisa.
- (D) exemplificação inconsistente.

Na questão, pedia-se ao candidato que classificasse o tipo de silogismo estabelecido na sentença “Todo abacate é verde. O Incrível Hulk é verde. O Incrível Hulk é um abacate”. A resposta correta estava na alternativa que apontava para a generalização indevida (alternativa B). Ao que me parece, a tese de que a História é um artefato literário pode levar a generalizações, de que construções linguísticas são literatura simplesmente porque há, na literatura, construções linguísticas. Nas palavras do historiador e autor, podemos perceber essa linha de raciocínio explicitamente no trecho:

O modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo como conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção (WHITE, 1994, p. 102).

Ou seja, para White, o uso da língua de modo a formular enredos é uma “operação literária”. Quanto a isso, formulo algumas questões. O discurso literário é, sim, uma operação de linguagem e, enquanto tal, carregados de sentidos atribuídos por quem o elabora. Contudo, afirmar que todo o uso linguístico se define como literatura é o mesmo que dizer que o “Hulk” é um “abacate” com base no que há de semelhante em ambos: o fato de serem verdes. A

escrita literária é uma espécie textual, mas as espécies textuais não se resumem à literatura. Não tenho a intenção de fazer uma crítica combativa ao postulado de Hayden White. Contudo, uma vez que me utilizo de sua definição para compreender o discurso histórico, e em tal definição a Literatura é evocada em desconformidade com o que compreendo enquanto pesquisadora do literário, cabe destacar minhas ressalvas quanto ao pensamento de White.

Apesar de sua perspectiva diferir do que entendemos como sendo as especificidades do discurso literário, o apontamento de White é construtivo para se compreender o papel do historiador como ponte: “O historiador partilha com seu público noções gerais das formas que as situações humanas significativas devem assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra” (WHITE, 1994, p. 102). Uma vez que os acontecimentos são transformados em “estórias”, o papel do historiador é o de tornar acessível à sociedade, no seu tempo de existência, o passado. Embora sob o risco de ser tendencioso, o discurso produzido pelo historiador é o trabalho de um sujeito situado social e culturalmente. Dessa forma, ao tornar o passado uma narrativa, ele atua como tradutor do que se deu para os sujeitos no presente.

Portanto, embora não haja consenso para uma definição do campo histórico, a percepção de que ela, a História, é uma disciplina construída mediante escolhas e percepções de mundo do sujeito que a escreve é uma visão com a qual corroboro. Pensemos, então, no outro campo de saber aqui problematizado. O que vem a ser a literatura? Retomemos as questões já colocadas pelos gregos.

Aristóteles, em sua *Poética*, já pensava as formas de produção dos textos poéticos e, embora reconhecesse a ausência de um termo que pudesse englobar a totalidade do fazer literário, ele já percebia a existência do que se viria a entender hoje como “escrita artística”. O desenvolvimento dos estudos no campo literário chegou a termo e a impasses sobre as especificidades desta forma artística especialmente ao longo do século XX. Agrada-me definir literatura não somente por alguma estrutura intrínseca ao texto, mas por suas relações com estruturas externas postas em diálogo. Quer dizer, os textos em si não carregam a qualidade de literário ou não literário. O *status* de produção linguística marcada pela literariedade surge com mais nitidez caso o texto seja suplementado por elementos externos à sua própria elaboração e existência. Em relação à questão do gosto, por exemplo, lembro daqueles textos definidos como alta literatura ou simplesmente literatura por conta de critérios estabelecidos por grupos de poder. Nesses critérios de grupo, as produções das camadas sociais marginalizadas são recebidas reticentemente ou de forma excludente, reafirmando a dicotomia

entre Literatura maiúscula, canônica, e as escritas “periféricas” (definição que carrega as marcas hierárquicas econômico-sociais).

Terry Eagleton já havia identificado no conceito de literatura algumas estruturas recorrentes do senso comum: escrita composta de “real ou ficção”; estética pautada por uma “escrita elaborada”; violência organizada contra a linguagem comum etc. Uma vez que nenhuma das definições vulgarizadas contemplam todas as possibilidades ou resolvem os impasses e contradições sobre a definição do literário, Eagleton constatou que literatura é o nome dado a um campo da atividade humana definido por um “valor” institucional:

Se não é possível ver a Literatura como uma categoria “objetiva”, descritiva, também não é possível dizer que a Literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de Literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízos de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o edifício do *Empire State*. Portanto, o que descobrimos até agora não é apenas que a Literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais (EAGLETON, 2006, p. 24).

Vê-se, assim, que a definição do que é ou não literário perpassa sistemas e hierarquias sociais. Nesse caso, a hierarquia acadêmica (instituição universitária, docentes do ensino superior, críticos literários, pesquisadores e afins) é uma das principais responsáveis pelo “*status* de literatura” dado a algumas produções textuais em detrimento de outras, e ela o faz pautada em sua posição de prestígio social, de detentora do saber. As lutas e as reivindicações de grupos minoritários têm mudado, lenta e gradativamente, esse cenário. Todavia, em nossos currículos escolares, principalmente do ensino básico, por exemplo, ainda se estuda, majoritariamente, a Literatura maiúscula, de extração eurocêntrica, bem como as expressões canônicas do cenário nacional.

Destaco o que considero uma força do discurso literário: sua capacidade de abordar os acontecimentos do mundo biossocial sem, contudo, perder o direito de fazê-lo livremente. A discussão que tensiona a relação “real” e “ficcional” nas obras literárias, desde há muito – embora datada – permanece aberta. Sabe-se que há inúmeros pontos de aproximação – e de confusão – com o real, bem como temos consciência das relações de tensão constante quanto aquilo que se representa na forma com que se representa. Esses aspectos das obras literárias mostram que se deve ler a literatura como se fosse um “contrato” diverso dos que estruturam textos científicos, jornalísticos ou outros mais prosaicos, como textos de culinária (ou de qualquer leitura utilitária), por exemplo. Como aponta Wolfgang Iser, novamente em “Os atos

de fingir”, há um contrato firmado entre leitor e autor no qual se estabelece uma chave de leitura para além da dicotomia verdadeiro/inventado:

É característico da Literatura, em sentido lato, que se dá a conhecer como ficcional, a partir de um repertório de signos, assim assinalado que é Literatura e algo diverso da realidade. Normalmente, no entanto, os diversos signos ficcionais não indicam que por eles se opera uma oposição à realidade, mas antes algo cuja alteridade não é compreensível a partir dos hábitos vigentes no mundo da vida (*Lebenswelt*). Não se pode abordar aqui a multiplicidade dos signos, pelos quais o texto ficcional se revela na Literatura. Deve-se, entretanto, ressaltar que este repertório de signos não se confunde com os signos linguísticos do texto; razão por que fracassam todas as tentativas de demonstrar o contrário. Pois o sinal de ficção no texto assinalado é antes de tudo reconhecido através de convenções determinadas, historicamente variadas, de que o autor e o público compartilham e que se manifestam nos sinais correspondentes. Assim o sinal de ficção não designa nem mais a ficção, mas sim o “contrato” entre autor e leitor, cuja regulamentação o texto comprova não como discurso, mas sim como “discurso encerrado” (ISER, 1983, p. 397).

Portanto, a coexistência entre os campos da Literatura e da História, conquanto áreas autônomas de pesquisa e produção do conhecimento, é um aspecto importante pois se trata de compreender as forças de saber que compõem o discurso literário (BARTHES, 1987) como chaves de leitura, dentre as quais a leitura histórica, campo discursivo de grande relevância para as pesquisas sobre as relações sociais e humanas contidas no discurso literário. Não somente deve haver uma leitura que aproxime e discuta os limites e alcances dos discursos histórico e literário, mas também o fato deve ser observado de que são escritas com especificidades. Na Literatura, não se busca uma “verdade” nem se trata de um discurso da “mentira” – embora possa alguém dizer que a mentira ou invenção são a matéria-prima de um bom texto literário, por seu grau de transgressão em relação aos fatos – enquanto no texto histórico dificilmente se advogará a falsificação do real como um ativo desta modalidade de pesquisa e reflexão escrita.

A ideia de que o saber literário é um conjunto de construções puramente ficcionais, fruto da capacidade imaginativa dos autores, é um estereótipo vulgarizado pela história literária. Entretanto, essa forma de definir a Literatura não satisfaz a todos, como bem aponta Terry Eagleton, em seu seminal *Teoria da Literatura*:

A distinção entre ‘fato’ e ‘ficção’, portanto, não parece nos ser muito útil, e uma das razões para isso é que a própria distinção é muitas vezes questionável. [...] Além disso, se a ‘Literatura’ inclui muito da escrita ‘factual’, também exclui uma boa margem de ficção (EAGLETON, 2003, p. 1-2).

Nesse prisma, os elementos do real apreendidos na construção dos textos literários não deixam de ser uma oportunidade de o leitor, ao fruir uma leitura não pragmática, refletir sobre

o mundo da vida e suas práticas a partir do universo criado no texto – ou seja, a literatura tem “utilidade”, contudo, não por uma espécie de “obrigação”, mas porque seu discurso é poroso e sempre em sintonia com um exterior e com a capacidade de o leitor fazer inferências. Como exemplo, já disse que, mesmo não havendo marcas histórico-geográficas precisas, o leitor identifica a obra de Ramos com uma certa região, com um momento histórico e com alguns aspectos biográficos do autor. Dito isso, não se pode afirmar que o texto ficcional exista apartado da realidade nem advogar uma objetividade plena para o texto histórico. Vê-se isso, por exemplo, na construção das personagens literárias, sujeitos com sentimentos e dotados de raciocínios ora coerentes ora contraditórios, tal como dos indivíduos no mundo da vida. Para além, a descrição de sociedades, de lugares e de ideias parte dos entendimentos acerca das atividades que movimentam a vida cidadina que tanto a história quanto a literatura pretendem abordar. A literatura, ao construir histórias que não almejam ser verossímeis em relação ao referente social, tem, entretanto, a capacidade de propiciar reflexões que contribuem para a compreensão crítica do corpo social e das complexidades psicológicas dos seres por ela representados, bem como requer dos leitores ideais uma tomada de posição crítica frente às formas com que a história é pensada/descrita/representada.

Diante disso, no exemplo de Graciliano Ramos, nosso autor-objeto, ao narrar a história de uma família pobre em *Vidas secas*, ele não declara tratar de sujeitos históricos, nem que a narrativa se pauta por elementos biográficos. Contudo, por não objetivar na escrita uma família específica, Ramos engloba neste gesto quaisquer famílias que se aproximem daquilo que sua ficção representa ao longo dos 13 quadros/capítulos. Acrescento que importa ao literário, como modalidade específica de saber, escapar da dicotomia “fato” ou “ficção”, já que essas categorizações, como vimos com Eagleton, não esgotam a complexidade da questão da sociedade e dos sujeitos ficcionalizados nos textos ficcionais.

De fato, os estudos teóricos, ao invés de isolar e separar, têm reforçado a imbricação de conceitos. Obras como *Infância*, também de Graciliano Ramos (2015), exemplificam o modo como real e ficção habitam enredos que, de forma indissociável, são gerados na linha porosa que distende e aproxima real e imaginário. Com a intenção de escrever uma narrativa sobre sua infância, mas consciente da impossibilidade de transcrever o real, Graciliano Ramos inicia *Infância*, narrativa simultaneamente ficcional e autobiográfica, rendido à limitação que a empreitada lhe impõe. Em sua tentativa, em capítulo intitulado, não por acaso, “Nuvens”, ele assim inicia a obra:

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez nem me recorde nem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer forma, a aparição deve ter sido real (RAMOS, 2015, p. 9).

A fonte dessas histórias é a memória e a memória é moldada pelo olhar subjetivo lançado aos acontecimentos e às experiências, mas ela se apresenta como discurso falhado e essas falhas, em grande proporção, estão relacionadas às lembranças que, por não poderem resgatar a integralidade ou mesmo um detalhe do passado vivido, podem, entretanto, ser suplementadas pela imaginação, que preenche algumas lacunas do que não foi possível lembrar. A construção de uma narrativa sobre o passado é, então, um misto de produção de imaginário (ISER, 1983) e lembrança. Dessa forma, a ficção é incontornavelmente afetada por uma perspectiva determinada, isto é, invariavelmente não neutra e de alcance limitado. A isso estão submetidas tanto a narrativa literária, a exemplo de *Infância*, quanto a narrativa histórica. Não me aprofundei nos debates acerca da memória como recorte de pesquisa na construção dos discursos e não me interessei por tratar da função autor enquanto fonte ou conteúdo para a compreensão do discurso literário. Contudo, reconheço a existência, a importância e a contribuição das vertentes dos estudos biográficos na compreensão do saber literário.

A produção de discursos sem a pretensão de categorização precisa ser valorizada como uma qualidade da literatura, dado que este é um dos poucos campos de saber que não omite suas limitações frente ao desejo de transcrever o real nem tampouco sua capacidade e possibilidade de dizer tudo. Ficção, cabe ressaltar, não é o equivalente a uma “mentira”. Oposto a isso, defendo que ficção é uma possibilidade discursiva produtiva na problematização do real. Todo aquele que se dispõe a pensar e a registrar o real ficcionaliza a seu respeito, conforme o que até então foi dito.

Entendo que juízos de valor lançados sobre os discursos produzidos são de competência dos estudos da Ética, da Política, talvez da Sociologia e não compõem o interesse central deste estudo. Não definirei uma moralidade para o estudo das ficções, sirvam elas para produzir entretenimento, ou com fins de manipulação da verdade. O que destaco são as motivações daquele que registra, para mim, atravessadas pela empatia. Todos possuem empatia com os fatos que dinamizam o real e a experiência. A minha empatia, por exemplo, é com os personagens de *Vidas secas*, defendendo que criaturas não são animalizadas, mas sim traumatizadas. Essa compreensão se dá a partir da análise dos elementos selecionados e

combinados por Ramos em uma determinada forma de escrita que relaciono a um gênero ou uma espécie, mas cuja compreensão mais ampla se revela no desnudamento dos mecanismos de seleção e combinação nos textos, o que cabe aos leitores operarem.

Iser procurou entender esses processos de ficcionalização, que chamou de atos de fingir, através dos processos de “seleção” e “combinação” de elementos retirados de seu contexto de origem e que podem ser verificados nas diversas formas de discursos produzidos. Sendo o contexto de origem para a representação ficcional o mundo “referencial”, podemos perceber que a tarefa de abordar holisticamente e com exatidão e neutralidade o conjunto de fenômenos do mundo faz parte da utopia do registro. A literatura, por não se prestar ao papel de reveladora ou detentora da verdade, é uma área de produção linguística que pode agir de forma mais transparente, segundo Iser, uma vez que ela não esconde em seu discurso a opacidade inerente ao uso da língua:

Pois as ficções não só existem como textos ficcionais; elas desempenham um papel importante tanto nas atividades do conhecimento, da ação e do comportamento, quanto no estabelecimento de instituições, da sociedade e de visões de mundo. De tais modalidades de ficção, as ficções do texto ficcional da Literatura se diferenciam pelo desnudamento de sua ficcionalidade. A própria indicação do que pretendem ser altera radicalmente sua função face aquelas ficções que não se mostram como tais (ISER, 1983, p. 398).

Além dessa opacidade consciente e do jogo que ela explicita, a literatura carrega outros predicativos. Dentre as qualidades que a compõem, destaco a mais significativa para este trabalho: sua não vinculação aos discursos dos vencedores. Não nego a existência de discursos dominantes no campo literário (arena em que se dão as disputas entre autores, leitores, críticos, editores, comerciantes, divulgadores etc.), já que, enquanto instituição, a literatura mantém relações com os poderes e com o mercado. Entretanto, a literatura não pode nem deve se eximir dessas disputas. Por ser um fazer artístico (daí a linguagem não taxativa e sim porosa), a literatura é um espaço possível para o trânsito de inúmeros discursos. Na qualidade de “trapaça salutar”, como apontado por Roland Barthes (1987), ela é um instrumento que, partindo da língua, oferece possibilidades, não talvez de desvinculação, mas de desnudamento dos discursos hegemônicos sociais que a língua carrega:

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapaçar com a língua, trapaçar a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim *literatura* (BARTHES, 1987, p. 16, grifos do autor).

Em contraste com o discurso histórico hegemônico, que expressa a perspectiva dos vencedores, segundo Benjamin, a literatura tem a chance de pôr sob os holofotes as figuras esquecidas pela História, se for engajada, e de rever o quadro das figuras canônicas ou das verdades institucionalizadas. Da mesma forma, a história dos vencidos requer a empatia do historiador comprometido com os subalternizados. Os lugares de fala negligenciados nos registros oficiais podem ganhar voz e ser empoderados pelo discurso literário. Enquanto campo que não se define como agente da Verdade maiúscula, a literatura não apenas é pluridiscursiva – como qualquer discurso, a rigor, pode ser –, ela se desnuda perante o leitor qualificado (leitor-modelo) por meio de sua construção discursiva. Desse modo, ela pode contemplar de forma abrangente as “pequenas histórias” que compõem o real – contudo, longe de alcançar tudo que compõe o real, como já discutido.

Convém lembrar que essa é uma literatura possível apenas enquanto *leitura* empática realizada por alguém que ativará o texto a partir de seu repertório, de escolhas ideológicas, sem esquecer seu horizonte de mundo. Ou seja, a literatura é uma forma de arte também fenomenológica: “Se o leitor estrutura o texto graças a suas competências, então isso significa que no fluxo temporal da leitura se forma uma sequência de reações, na qual a significação do texto é gerada” (ISER, 1996, p. 69). Idealizar a literatura como um “lugar de pureza”, livre dos preconceitos e das ideologias é ingenuidade, não só porque os escritores não são figuras neutras, nem os discursos produções isentas de expressarem ideologias e visões de mundo subjetivas e/ou parciais, como também o **leitor** não é uma entidade única nem categorizável. Um sujeito leitor traz para sua leitura seus pressupostos, ele é atravessado por ideologias que o impelem a ler o mundo de uma forma determinada.

Essas figuras, que habitam nas sombras dos acontecimentos narrados pelo historiador, foram pensadas por Walter Benjamin, quando o filósofo concebe a figura dos “perdedores”. Entendendo que as disputas de poder nas sociedades reverberam no modo como elas registram os acontecimentos, Benjamin aponta para o jogo de luz e sombras que a alguns eleva e a outros torna inexistentes para a posteridade. Um olhar a fundo para o modo reificado como as guerras se dão a conhecer pelos registros, por exemplo, revela as formas com que as pessoas que lutam ou vivem em regiões de conflito foram reduzidas a números de mortos ou sobreviventes, chamadas de fatalidades ou *casualties*. Para os que sucumbiram, não há o destaque de um nome; a dor da perda e o trauma de seus sonhos interrompidos não merecem o registro devido, nem sequer o luto. Felizmente, nesses casos, pode existir a ação da arte. Se há uma perda no campo político-ideológico; se há o esquecimento pelo não registro ou pela condição falha da memória em restituir uma verdade do passado, provocando,

consequentemente, lacunas na história coletiva, a literatura de resgate desse passado não dito pode também valer como arquivo, rememoração e prática coletiva de resgate dos fatos não contemplados.

Assim, partindo de um possível desdobramento dessa reflexão filosófica elaborada por Benjamin a respeito do registro do historiador, abrem-se possibilidades de novos olhares para as personagens eludidas na/pela História. Uma vez que o registro do que acontece no mundo não será jamais completado, limitação inerente às formas de representação, há tudo aquilo que ainda se consegue recolher, seja como rescaldo da queima dos arquivos, seja como rastro, que vive nas sombras à espera do resgate. Benjamin mostra que, na porção dos acontecimentos do mundo escolhida pelo historiador como central a seu discurso, pode-se ver também o que ele não registra: seu silêncio revela uma concentração grande de fala. O perdedor é sempre a parte mais desvalorizada e a vida não passível de ser escrita e inscrita nos registros oficiais sem ele. Reyes Mate faz significativa consideração a esse respeito ao definir “o perdedor” de que fala Benjamin: “O problema é com os perdedores. Estes, ao perder, ficaram de fora do desenvolvimento histórico. Seu passado se converteu em algo inerte, quase natural” (MATE, 2011, p. 23).

Um passado inerte, naturalizado e não registrado é o de Fabiano, em *Vidas secas*. Em um dos únicos momentos da obra em que se traz à luz sua ascendência, é possível vislumbrar o processo de esquecimento que perpassa esses sujeitos e seus pares. São homens que até em suas posturas mais contundentes evidenciam a submissão a que são postos, em todos os níveis:

A cabeça inclinada, o espinhaço curvo, agitava os braços para a direita e para a esquerda. Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô do vaqueiro e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário (RAMOS, 2013, p. 17-18).

Sem nomes registrados, sem direito ao relato, os sujeitos que percorreram sertões e veredas vivenciaram traumas que se estenderam aos filhos. A naturalização destes esquecimentos é tamanha que a narrativa de Ramos se limita a reproduzir até mesmo um modo de andar só passível de ser compreendido em um contexto no qual os indivíduos são levados a “percorrer veredas, afastando o mato com a mão”, mesmo que esses movimentos não tenham nenhum sentido. Perdedores da História, eles são seres ignorados e são não conhecedores de sua própria trajetória por força do apagamento histórico exercido sobre seus ancestrais. Metáfora da dor, os meninos de Fabianos trilham o caminho da perda, tal qual seu

pai e sua mãe: abole-se o direito à educação, à infância, à sobrevivência e ao registro, a tal ponto que sequer seus nomes são dados a conhecer. E, talvez a mais intensa das consequências, eles se reificam, por não conseguirem compreender o sentido de suas existências.

A lógica permite dizer que sem perdedores, ou seja, sem os esquecidos, não há uma história dos vencedores. Só pode haver ganhador caso outro (ou outros) perca(m). Em suma, no discurso dos vencedores há vestígios dos diversos apagamentos dos outros e de suas histórias, e esses vestígios são significativos, podem ser reconstituídos e reconduzidos à série histórica. É essa uma das contribuições da literatura como arquivo. A lembrança de certos fatos implica esquecimento de outros. Podemos afirmar que há um “defeito de fábrica” na pretensão histórica de produção de saberes, pois, ao calar sobre um acontecimento, gera-se uma lacuna, um *locus* vazio que, paradoxalmente, denuncia a falta, anunciando-se como espectro, fenômeno de uma modernidade fantasmática construída sobre milhões de vozes e corpos silenciados. Enquanto a narrativa dos vencedores configura a memória oficial, os relatos dos perdedores são recuperados do esquecimento por conta da empatia dos escritores. Hoje, o esquecimento também é uma espécie de registro, um arquivo às avessas. Márcio Seligmann-Silva, ao apontar para o “tribunal” da História, que julga o que merece constar ou não nos registros, recorre a Walter Benjamin:

A História assume diante da força que a *ars oblivionis* adquire – sobretudo como uma reação aos fatos extremos do nosso século – o caráter de um *tribunal*. Já para Benjamin, “Escrever a História quer dizer [...] citar a História” (V, 595). As testemunhas são citadas diante do tribunal (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 63).

Dada a impossibilidade de escrever a História que faça jus a e englobe todos os acontecimentos, o ápice possível dos feitos do historiador é o ato de “citar” (o que me parece ser um destaque de Seligmann-Silva para a não totalidade do discurso histórico, dado que “citar” é escolher trechos para mencionar). O registro, nessa perspectiva, seja qual for sua origem, é um exercício de fragmentação, de criação de um mosaico sempre a completar-se. Na linha traçada pelo teórico, então, a História maiúscula julga o que convém ser lembrado e o que convém ser contemplado pela *ars oblivionis*, a arte de esquecer.

Embora trate aqui dos termos “memória” e “esquecimento”, é preciso esclarecer que a esses termos um significado político deve ser atribuído. Não faço aqui menção aos estudos sobre a memória coletiva, de Maurice Halbwachs (1990) - o que se dará mais adiante -, ou as contribuições da Neurociência. Emprego tais conceitos da seguinte forma: “esquecer” é optar por não conferir valor, ao passo que “lembrar” é valorizar determinada produção discursivo-

narrativa. “Memória”, assim, é por mim compreendida como um direito de poucos à participação naquilo que se convencionou chamar de posteridade. Memória, sinônimo de existência, é mais um dentre os direitos negados aos sertanejos na obra *Vidas secas*. Sem a lembrança, resta o não existir:

Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família (RAMOS, 2013, p. 97).

Na narrativa de Fabiano, seus antepassados não são lembrados, portanto, não registrados; daí que, sem lugar na memória do discurso histórico, os rastros de sua presença no mundo são quase apagados. Existência é rastro. Fabiano sabe de sua ascendência, mas isso não configura para ele uma questão. O valor dado pelas personagens aos acontecimentos do real está centrado no puramente utilitário. Há terra, há chuva, há trabalho, então há progresso. Ganha-se dinheiro, perde-se dinheiro. Os ciclos de rasa bonança e de miséria são determinações do meio, da natureza, jamais reconhecidos como fruto de uma engrenagem social apodrecida. A literatura oferece uma alternativa ao esquecimento e ao apagamento da história dos sem direito ao registro e à memória, não porque ela - a literatura - aspira à redenção, nem a uma finalidade, mas porque suas possibilidades criativas a credenciam a dizer tudo.

1.3 Literatura como lembrança: os perdedores da História

As narrativas literárias podem ser um contradiscurso em relação à lógica da “memória seletiva”. Evocar o idoso, a mãe solteira, o nordestino explorado na cidade grande ou o jovem em situação de rua significa trazer aos discursos alguns sujeitos marginalizados no plano social. De igual modo, evocar o genocídio ocorrido em Ruanda, a história das vítimas e dos sobreviventes das bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki ou a perspectiva dos africanos e dos índios em relação ao imperialismo europeu é falar de perdedores restituindo a eles o direito à memória e ao registro. Se no discurso da história única não há possibilidade de viver fora das hierarquias e dos controles, a literatura se oferece como um dos formatos privilegiados para se fazer com que os discursos emudecidos ganhem voz. Para a Literatura, e

essa é a sua força *mathesis*, conforme Roland Barthes, a incorporação dos inúmeros saberes do mundo torna presente as histórias esquecidas:

Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário (BARTHES, 1987, p. 18).

A literatura abarca inúmeros saberes, uma vez que sua matéria-prima é a humanidade e o que nela há. Nesse sentido, as vicissitudes 1) de duas crianças que não vão à escola; 2) de um trabalhador rural iletrado que pouco se comunica com os seus e com os que estão ao seu redor – porque, da mesma forma que os meninos, alijados das estruturas dominantes de poder/saber, Fabiano não consegue interagir em um mundo que não entende satisfatoriamente – ou 3) de uma mulher que vive no temor do ressurgimento da seca ganham voz no discurso literário, ainda que estejam mediados pelo narrador e pelo autor, mas essas são as contradições do “falar-por”, no caso do romance de Graciliano Ramos, e essas podem ser trazidas criticamente ao escrutínio do leitor e/ou da crítica. Nada permanece na inércia da aceitação passiva de um destino que sabemos ser transformável.

A esse respeito, reafirmo a posição de Gayatri C. Spivak. A resposta desenvolvida pela teórica para a pergunta “*Pode o subalterno falar?* (2010)”, a qual dá título ao ensaio, é a de que os subalternos não podem falar. Não podem porque não conseguem quebrar as amarras de uma ordem injusta, embora tenham (ou devessem ter) o direito de se insurgir contra ela. Em *Vidas secas*, o subalterno não fala por si. Os sujeitos representados na narrativa estão sob a tutela de uma voz intelectual que as narra. O não lugar de fala (que propositalmente é estruturado no plano estético da obra) dos personagens centrais do discurso de Ramos é um ponto importante a ser observado. Enquanto “perdedores”, os sujeitos de *Vidas secas* são logo de partida percebidos como subalternos, por não terem autonomia na contação de suas próprias efabulações e ações. Ao que me parece, Graciliano Ramos percebeu com sensibilidade o quão incoerente seria construir uma narrativa em que personagens com pouca *expertise* nas formas de comunicação e nos meandros da língua pudessem narrar da forma com que se observa na obra, através do narrador heterodiegético e com plena consciência dos contornos da língua escrita. Diante disso, o narrador é posicionado em um entrelugar que possibilita o rebuscamento e a fluidez linguística do texto sem que se perca a coerência interna quanto à precária condição de fala dos sujeitos representados. Essa conjuntura que vincula o narrador aos personagens de Ramos pode ser compreendida como representação

ficcional daquilo que ocorre no real. O desconforto de reconhecer que Fabiano não tem voz, por exemplo, pode levar o leitor crítico a tecer reflexões para além do ficcional, no mundo biossocial onde o mesmo fenômeno ocorre com os sujeitos inferiorizados e vulneráveis, expostos a violências tal qual a família retirante.

Em *Vidas secas*, abrem-se caminhos para se falar da fome, da pobreza e da ignorância, o que, em tempos de capitalismo tardio e de fome (a qual, em 2022, assola 10 milhões de pessoas no Brasil) demonstra que, ao acúmulo de riquezas, opõe-se o absoluto da miséria. O romance, decorridos mais de 80 anos de sua publicação, ainda tem muito a acrescentar às pesquisas de hoje, em múltiplas frentes. A literatura é, assim, uma espécie de reagente ao tempo histórico e ao registro, motivo pelo qual afirmo que seus poderes (“poder” enquanto “aquilo que se pode através de”) não se esgotam em seu tempo presente. Literatura é, também, uma forma consciente de combate à desigualdade, tanto por parte do autor quanto dos leitores. Diferentemente do que acreditava Benjamin sobre a isonomia entre os homens, a literatura – ainda que de forma utópica – não espera pelo Apocalipse para que se consuma a valorização de todos, pois quem sente fome, medo, sofre a violência física e é exposto a tantos outros males não tem consolo na perspectiva de que deve padecer até que, ao fim da História, justiça e equidade sejam feitas.

Retomando a obra em sua materialidade, e a título de recapitulação, *Vidas secas* foi publicado pela primeira vez em 1938, porém, surgiu em partes, posteriormente vindo a luz como livro em sua versão final. Alguns de seus “quadros” já haviam sido publicados em colunas literárias de jornais. Neles, o autor alagoano, que se mudou para o Rio de Janeiro em busca de trabalho, publicou pequenas narrativas e, mais a frente, as reuniu, acrescentou e compilou no formato do livro tal como o conhecemos hoje.

Para uma dissertação de mestrado, creio que me convém apresentar informações documentais sobre a obra, haja vista que servem de fonte de pesquisa para estudiosos futuros. Penso *Vidas secas* em sua formação histórica, ainda pautada pela relação literatura e história. Conforme o trabalho documental sobre os arquivos de Graciliano Ramos coordenado por Yêdda Dias Lima e Zenir Campos Reis, que se concretiza na obra *Catálogo do arquivo Graciliano Ramos* (1992), muitos capítulos de *Vidas secas* foram lançados em jornais brasileiros, antes da forma final romance surgir.

Por meio do minucioso trabalho de Lima e Reis (1992), sabe-se que o capítulo “Baleia” foi publicado em *O Jornal*, na edição de número 5.502, em 23 de maio de 1937, no Rio de Janeiro. No mesmo jornal e no mesmo ano, em 19 de dezembro, o capítulo “Mudança” foi impresso. Inicialmente, sob o nome de “Pedaço de romance”, o capítulo “Cadeia” compôs as

páginas do jornal *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1937. Posteriormente, já com o nome definitivo, foi publicado na revista *O Cruzeiro*, no Rio de Janeiro, em 29 de março de 1938. Onze dos parágrafos que fazem parte do capítulo “O menino mais novo”, publicado com o título de “Travessuras”, foram publicados no *Diário de Notícias*, em 23 de janeiro de 1938. Com duas publicações, “Inverno” foi primeiramente veiculado em *Folha de Minas*, de Belo Horizonte, em 16 de março de 1938 e, posteriormente, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em 3 de abril de 1938, com a indicação “Do romance inédito ‘Baleia’” (porém, o nome do romance veio a ser *Vidas secas*, como é sabido). O capítulo “Fabiano” tornou-se público pela primeira vez em *O Cruzeiro*, no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1938, com a indicação “Fabiano – conto de Graciliano Ramos (inédito para *O Cruzeiro*)”. Por fim, “Fuga” teve 9 parágrafos publicados com o título de “Viagem” no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro em 17 de abril de 1938.

Vidas secas é uma obra produtiva, tanto em seu campo semântico quanto no aspecto estético-formal. O enredo oferece inúmeras possibilidades de leitura, já que pode se dar a partir de qualquer capítulo, o que faz da montagem um *locus* fértil tanto para a compreensão da forma, moderna e inovadora, quanto das relações entre discurso ficcional e representação social. Dada à origem errática dos capítulos, a princípio publicados em jornais e revistas, como dito, convencionou-se classificar a estrutura do romance acabado em seções que mais se equiparam a “quadros”, dada a unidade de cada um dos “capítulos”. Nesse sentido, cada parte do romance se aproxima da forma “conto” que, reunidos, estruturam o livro. Isso não quer dizer que não haja um fio narrativo que faz a ponte com as seções da narrativa. Há, claramente, uma sucessão de acontecimentos encadeados, do primeiro ao último quadro. Inclusive, nos capítulos finais e intermediários, as ações e situações dos primeiros capítulos são retomadas frequentemente pelo narrador que, pelo discurso indireto e/ou indireto livre, atua como um tradutor da memória das personagens e de seus desdobramentos, o que inviabiliza, ao meu ver, a ideia de independência total dos segmentos da obra.

Não é meu objeto de estudo a análise do discurso indireto livre. No entanto, esse traço estilístico motivou reflexões importantes acerca da estrutura narrativa de *Vidas secas*. Para Fabio Freixeiro (1978, p. 244), o estilo indireto livre em *Vidas secas*, ao mesmo tempo em que mantém “o cunho linguístico originário das frases da personagem”, por outro lado, não se compromete em “transcrevê-las em seu nome”. Freixeiro nos mostra que tudo o que se passa no pensamento de Fabiano é transformado pelo discurso indireto livre em uma forma dialogal, como o teórico exemplifica, em uma passagem da obra:

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos, mas como vivia em terra alheia, cuidava dos animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra (RAMOS, p. 22, *apud* FREIXEIRO, 1978, p. 246, grifos de Freixeiro).

Como se vê, Freixeiro entende haver uma passagem gradual, do discurso indireto para o indireto livre. Isso configura, segundo Freixeiro (1978, p. 247), “uma unidade estilística circular: estilo direto – estilo indireto livre, expressivo – estilo indireto livre puro – estilo direto”:

– Você é um bicho, Fabiano.
Isto para ele era motivo de orgulho. Sim, senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.
Chegara naquela situação medonha – e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.
– Um bicho, Fabiano.
(RAMOS, p. 22-23, *apud* FREIXEIRO, 1978, p. 247).

No clássico estudo sobre o conjunto da obra de Ramos, Antonio Candido (2006, p. 106) nos diz que em suas tentativas de “alargar o território literário e rever a humanidade dos personagens”, Ramos “usou um discurso especial, que não é monólogo interior e não é também intromissão narrativa por meio de um discurso indireto simples”, o que, decerto, se alinha à análise de Freixeiro. Candido (2006, p. 107) sintetiza bem o processo ao dizer:

O narrador não quer identificar-se ao personagem, e por isso há na sua voz uma certa objetividade de relator. Mas quer fazer as vezes do personagem, de modo que, sem perder a própria identidade, sugere a dele. Resulta uma realidade honesta, sem subterfúgios nem ilusionismo, mas que funciona como realidade possível.

Para fechar este breve parêntese, registro duas observações de Rui Mourão (2003, p. 117) A primeira diz respeito ao fato de que há uma “vitoriosa onisciência em *Vidas secas*, relativizada através do discurso indireto livre e das interferências do narrador no pensamento das personagens, por meio do corte e da interrupção daquilo que é narrado”. Assim, o narrador vai compondo os quadros dos dramas dos retirantes e, ao mesmo tempo, se solidarizando com eles e informando o leitor de sua empatia.

A segunda trata da verossimilhança, quando Mourão (2003, p. 118) nos diz que “nada que aparece aí – nem o vocabulário, nem a sintaxe, nem o ritmo das frases – brotaria com espontaneidade da boca de um primitivo”, sendo alguns poucos termos regionais utilizados pelo narrador para localizar seus leitores em um determinado espaço da região. Assim, para

Mourão, Graciliano Ramos soluciona o problema da linguagem, “colocando de pé seres da maior humildade, que se exprimem por sons guturais”, sem adotar o “jargão do matuto”.

Após estas breves e necessárias observações, volto à questão da retomada constante de Ramos dos fios narrativos que tornam a trama uma unidade coesa, de partes independentes. Quando, por exemplo, Fabiano busca confortar a si mesmo, no décimo segundo capítulo, “O mundo coberto de penas”, após ter sacrificado a cadela Baleia devido a uma enfermidade que a acometera, o narrador retoma claramente o drama do sertanejo no final do nono capítulo, “Baleia”:

A cachorra espiou o dono desconfiada, enroscou-se no tronco e foi-se desviando, até ficar no outro lado da árvore, agachada e arisca, mostrando apenas as pupilas negras. Aborrecido com esta manobra, Fabiano saltou a janela, esgueirou-se ao longo da cerca do curral, deteve-se no mourão do canto e levou de novo a arma ao rosto. Como o animal estivesse de frente e não apresentasse bom alvo, adiantou-se mais alguns passos. Ao chegar às catingueiras, modificou a pontaria e puxou o gatilho. A carga alcançou os quartos traseiros e inutilizou uma perna de Baleia, que se pôs a latir desesperadamente.

Ouvindo o tiro e os latidos, Sinha Vitória pegou-se à Virgem Maria e os meninos rolaram na cama, chorando alto. Fabiano recolheu-se (RAMOS, 2013, p. 89-90).

Chegou-se a casa, com medo. Ia escurecendo, e àquela hora ele sentia sempre uns vagos terrores. Ultimamente vivia esmorecido, mofino, porque as desgraças eram muitas. Precisava consultar Sinha Vitória, combinar a viagem, livrar-se das arrições, explicar-se, convencer-se de que não praticara injustiça matando a cachorra. Necessário abandonar aqueles lugares amaldiçoados. Sinha Vitória pensaria como ele (RAMOS, 2013, p. 116).

Vidas secas oferece singularmente ao seu público, a possibilidade da experiência de leitura autônoma, sem roteiro prévio. Todavia, como já dito, isso não condiciona nem limita a obra a um conjunto de quadros sem sequência narrativa, independentes. Fabiano, sinha Vitória e seus dois filhos não nomeados permanecem como sujeitos protagonistas. A personagem Baleia, também central, tem sua importância na trama destacada, como vimos. Interessa-me, porém, a partir dessa liberdade de leitura que a obra me concede, tratar dos humanos, com suas fragilidades de massacrados, de perdedores da história.

Ramos é perspicaz ao conferir ao animal características humanas. Contudo, Baleia mantém-se alheia aos conflitos da alma humana e sua animalidade transparece no tratamento dado pelo narrador, quando situa a cadela no seio familiar e no ambiente rústico, como no momento em que ela come, com a família, os restos do companheiro de viagem, o papagaio: “Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disto” (RAMOS, 2013, p. 11). Diferentemente de Baleia, a família reagiu com tristeza, mudos pela violência do fato, como mentalizou sinha Vitória:

Resolvera de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. Não podia deixar de ser mudo, ordinariamente a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas (RAMOS, 2013, p. 11-12).

Quanto ao enredo, cabe pontuar que o sertanejo era tema de destaque nas produções do período em que Ramos publicou a obra, nomeado pela historiografia literária como “Romance de 30”, “Neorrealismo” ou “Segunda fase do Modernismo brasileiro”. Além de Ramos, o engajamento social estava na pauta de muitos outros autores, como Jorge Amado, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, apenas para ficar em poucos exemplos. Chama a atenção como, em meio a um período político repleto de contradições referentes às possibilidades de se cumprir a promessa de modernização do país, a literatura da década de 1930, ou mais especificamente, as narrativas produzidas então, apontavam majoritariamente para o sertão e outras regiões não privilegiadas pelo projeto modernizador da Era Getúlio Vargas.

Quando analisada com atenção a figura do narrador, a obra mostra-se mais complexa do que inicialmente se poderia julgar. À primeira vista, trata-se de um narrador heterodiegético. Contudo, um olhar atento para a obra tende a problematizar essa classificação, uma vez que a voz que conduz a narrativa traduz não somente as ações mas também os pensamentos das personagens com seus receios, traumas e esperanças, de forma a, em alguns trechos, não deixar o leitor seguro sobre quem de fato controla o discurso, se o personagem ou o narrador. O uso de verbos na terceira pessoa do singular não é suficiente para sustentar a definição do narrador como “observador”, conforme vimos anteriormente.

No capítulo “O soldado amarelo”, por exemplo, ocorre um conflito interno em que Fabiano está dividido entre matar sem deixar provas o soldado que o humilhou e prendeu injustamente ou não o matar, uma vez que isso implicaria tornar-se um assassino, um “fora da lei” de fato. Sem que o vaqueiro pronuncie uma palavra, tudo o que ele pondera a respeito de suas amarguras, lembranças e princípios morais chega ao leitor pelo viés do narrador. O modo como isso se dá ao leitor põe em suspensão a crença de que se trata de um narrador meramente observador, como se pode entender na passagem:

Fabiano pregou nele os olhos ensanguentados, meteu o facão na bainha. Podia matá-lo com as unhas. Lembrou-se da surra que levava e da noite passada na cadeia. Sim senhor. Aquilo ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas. Estava certo? O rosto de Fabiano contraia-se medonho, mais feio que um focinho. Hem? estava certo? Bulir com as pessoas que não fazem mal a ninguém. Por quê? Sufocava-se, as rugas da testa aprofundavam-se, os pequenos olhos azuis abriam-se demais, nua interrogação dolorosa (RAMOS, 2013, p. 103).

A frase “Sim senhor”, o termo “aquilo” para se referir ao soldado; as indagações “Hem? estava certo?” e a escolha do termo “bulir” parecem ter origem em Fabiano e em possíveis escolhas léxico-semânticas dele – por mais precárias do ponto de vista da linguagem socialmente prestigiada que sejam. Embora fortemente tutelado pela voz narrativa, há momentos pontuais em que ela escapa à focalização heterodiegética, como no supracitado caso de Fabiano, ainda que a fala não seja proferida por ele. Se ainda não é o excluído que ali fala, ao menos se aponta para esta possibilidade, concretizada nas produções dos sujeitos marginalizados, dos excluídos, dos que rompem o silêncio. *Pode o subalterno falar?*, pergunta o livro de Spivak. Não podem, mas querem e não desistem de tentar.

Outro aspecto do narrador é o foco dos capítulos/quadros recaindo em cada personagem centralizada/focalizada em cada capítulo – embora as noções de vida e os pensamentos de Fabiano monopolizem boa parte do relato. Por exemplo, há um capítulo dominado por sinha Vitória; outro pelo menino mais velho; e mesmo pela cachorra Baleia. Em cada um deles, há um fio condutor dos discursos controlados pelo narrador com as perspectivas de cada personagem. Essa lógica é reforçada pelo título dado aos quadros: em “Sinha Vitória”, o leitor tem sua leitura guiada predominantemente pelos meandros do raciocínio da mulher que compõe a família protagonista:

Um mormaço levantava-se da terra queimada. Estremeceu lembrando-se da seca, o rosto moreno desbotou, os olhos pretos arregalaram-se. Diligenciou afastar a recordação, temendo que ela virasse realidade. Rezou baixinho uma ave-maria, já tranquila, a atenção desviada para um buraco que havia na cerca do chiqueiro das cabras. Esfarelou a pele de fumo entre as palmas das mãos grossas, encheu o cachimbo de barro, foi consertar a cerca. Voltou, circulou a casa atravessando o cercadinho do oitão, entrou na cozinha (RAMOS, 2013, p. 42).

Em “O Menino mais Novo”, o filho caçula recebe mais atenção (que não lhe é dada novamente em nenhuma outra parte da obra, por sinal). É possível notar o modo como o mais novo admira seu pai, apesar do medo que sente dele. O desejo de domar os animais, assim como vê Fabiano fazer, é fruto dessa admiração. Isso o leva a uma situação de perigo: subir no bode para montá-lo, igualando-se a seu pai. Tal atitude do menino mais novo é assim descrita pelo narrador:

Trepado na ribanceira, o coração aos baques, o menino mais novo esperava que o bode chegasse ao bebedouro. Certamente aquilo era arriscado, mas parecia-lhe que ali em cima tinha crescido e podia virar Fabiano. Sentou-se indeciso. O bode ia saltar e derrubá-lo (RAMOS, 2013, p. 50).

Essa aproximação e esse afastamento de um para outro personagem é mais comum nas narrativas em primeira pessoa, contudo, há construções mais elaboradas que também exercem parecido efeito estético.

O narrador que apresenta a realidade árida com vocabulário igualmente árido acessa a consciência das personagens que, embora pouco falantes, em contraponto, pensam ininterruptamente. Essa é uma importante observação para o que defendo em minhas leituras de *Vidas secas* no âmbito do lugar social que essas personagens ocupam. A obra se inicia com a chegada da família a uma fazenda abandonada após uma caminhada extensa em busca de abrigo e sustento. A descrição do modo como viviam, no início da narrativa, dá margens para que acreditemos que sua busca tenha sido longa e sofrida, sem que tivessem a certeza de que encontrariam lugar para descanso ou se morreriam na tentativa de sobreviver à seca. O calor, o sol forte e o céu azul recebem significados ameaçadores, por estarem associados à fome, à sede e ao cansaço. A noite, porém, se apresenta como possibilidade de refúgio do sol escaldante; é uma “tampa” frágil que os livra temporariamente do calor enlouquecedor:

Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando, conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente. Entrava dia e saía dia. As noites cobriam a terra de chofre. A tampa anilada baixava, escurecia, quebrada apenas pelas vermelhidões do poente (RAMOS, 2013, p. 13).

Outro significativo aspecto estético da obra reside na conjugação bem alinhavada entre conteúdo e forma. O cenário de seca não é apenas descrito para o leitor atento: importa também o modo de execução através de uma linguagem que busca o menos, o mínimo, o enxuto. Graciliano soube conciliar as duas atitudes de maneira a dispor do mínimo necessário sem adjetivações desnecessárias, aproximando-se dos ressecamentos que moldam a linguagem e a introspecção do sertanejo Fabiano e de sua família. Antonio Candido aponta para essa faceta de *Vidas secas*, em *Ficção e confissão* (2006): “É preciso todavia lembrar que essa ligação com o problema geográfico e social só adquire significado pleno, isto é, só atua sobre o leitor, graças à elevada qualidade artística do livro” (CANDIDO, 2006, p. 68). Uma ressalva: embora concorde que o livro possui uma qualidade artística singular, cabe a mim não omitir que a afirmação de Candido parte de suas posições político-ideológicas. Como já dito, a obra só existe quando acionada por um leitor. Então, não é apenas do livro a responsabilidade sobre os sentidos estabelecidos através dele. Obra e leitor criam os sentidos de forma igualmente responsável. Elevada qualidade artística só é possível de ser definida a

partir de um conjunto de pressupostos dados *a priori* e importa questionar quem define tais princípios.

As árvores secas, o chão de barro rachado e os animais mortos compõem um cenário de vida rarefeita, tal qual se pode afirmar sobre o interior dos protagonistas ao caminharem em busca de alimento, água e abrigo. Diretamente ligada a isso, a chuva é a solução para ambas as sedes – a sede da terra e dos homens, ambos esturricados, a sede do espírito humano pela vida digna. Com a chuva, novamente há mais vitalidade para a fauna e a flora do sertão, renovando as esperanças de uma vida melhor aos sertanejos.

Uma vez instalados na fazenda, Fabiano, sinha Vitória e seus filhos presenciam os primeiros sinais de chuva e, com eles, a esperança de que viverão dias melhores dali em diante. Chega com a chuva o dono da fazenda, o qual, após humilhar Fabiano, o recebe como empregado, em condições injustas de trabalho. A narrativa, então, se desenrola no período em que a família está sob a tutela de outrem, cuidando do bem alheio, em condições precárias de trabalho. Nesse ínterim, o leitor é convidado a conhecer os medos e as esperanças dos adultos e as curiosidades, os temores e os sonhos das crianças.

No desfecho da obra, novamente a seca se apodera da terra, atinge o gado e os homens. Fabiano e sua família, mais uma vez, iniciam uma peregrinação sem destino certo, em mais um deslocamento doloroso e desesperançoso, tal como se inicia o primeiro quadro, um ciclo fechado e repetitivo, em um tempo que parece se repetir sem jamais se interromper. Como que em uma espiral de repetições, no deslocamento dos corpos para escapar da morte e no fio da navalha da esperança, sinha Vitória aponta para o que nos parece ser a súplica da caminhada errante da família: “Chegou-se a Fabiano, amparou-o e amparou-se, esqueceu os objetos próximos, os espinhos, as arribações, os urubus que farejam carniça. Falou no passado, confundiu-o com o futuro. Não poderiam voltar a ser o que já tinham sido?” (RAMOS, 2013, p. 120).

Diante de tais condições de vida, que interesse sinha Vitória, Fabiano e meninos, o mais novo e o mais velho teriam para a História com “H” maiúscula? Sem a terra, sem um trabalho digno, sem escola, vitimados pela fome e com suas vidas marcadas pela perda, afirmo que as personagens de *Vidas secas* são seres “dominados”, “perdedores”, movidos conforme o vento que sopra sobre eles. Não obstante se trate de personagens da ficção, analisá-las na perspectiva histórica proposta por Benjamin é coerente, visto que a literatura, como todo discurso híbrido, é um misto inseparável de discurso ficcional e representação social. Assim, acredito que as personagens criadas dão vozes a sujeitos que têm uma

existência no mundo da vida, são entes que possuem correspondência no mundo socialmente constituído, para além de serem a matéria-prima da obra.

Pensando no momento de produção de *Vidas secas*, o contexto político brasileiro da época oferece possibilidades de leitura produtivas. Em 1937, um ano antes da publicação da obra, Getúlio Vargas impôs ao Brasil a ditadura conhecida como Estado Novo. A postura ostensiva de combate ao que foi chamado de “ameaça comunista” desdobrou-se em prisões arbitrárias e força militar contra os civis. Graciliano Ramos foi um dentre homens e mulheres presos por conta de suas posições políticas.

Narrativas oficiais sobre a Era dizem que aquele momento histórico brasileiro foi importante do ponto de vista das leis trabalhistas criadas, que beneficiaram muitos, e por avanços liberais, como o voto feminino. Contudo, há uma omissão muito grande quanto às lutas sindicais, à liberdade de expressão, ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção aos mais frágeis, especialmente de outras regiões fora do eixo sul-sudeste do país. Tais posturas foram coerentes com os interesses da agenda de Vargas, uma vez que seu plano industrializador visava às capitais e locais de maior concentração do capital. Ou seja, incentivar a mão de obra nessas regiões significava viabilizar a industrialização desejada. Quanto à população das demais regiões, se algo foi feito para eles, foi de pouco alcance. *Vidas secas* desponta historicamente³ nesse momento da vida nacional em que o centro-sul recebe destaque a ponto de metonimicamente ser confundido com o país. Com um desenvolvimentismo pautado na industrialização e no progresso de fábula, qual o interesse em tratar da seca que destrói a terra, expulsa o homem, oprime mulheres e crianças pobres?

O “esquecimento” do Nordeste foi bem documentado por Antônio Jorge Siqueira, professor de História e Ciência Social da Universidade Federal de Pernambuco. Em seu texto, intitulado “Getúlio Vargas e o Nordeste”, publicado pelo *site* da Fundação Joaquim Nabuco, ele afirma:

É a vigência de um tipo de poder que não apenas centraliza, mas comanda, toma iniciativas, reprime, coopta e doutrina. No pós-guerra, sem o perigo do nazismo e do fascismo e ante o pavor dos governos comunistas, a classe trabalhadora ganha espaço, as instituições ganham novas leis, porém se paga preço alto com a captura

³ Como sugestão de documento histórico sobre o período de industrialização brasileira ocorrido no governo Vargas, indico os artigos: CARRARO, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945). *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu, MG, CD-ROM, 2003; e MOURÃO, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os Estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – dois Estados, uma “Ordem”. *Revista História em Curso*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/1866>. Acesso em 07 de Janeiro de 2022.

oportunista dos trabalhadores. O Estado se moderniza, é verdade. A sociedade civil, no entanto, empobrece com o perfil autoritário do desenho político. Com o seu antiliberalismo retórico a cidadania perde com a preterição dos direitos individuais. Com a massificação corporativista anulam-se os direitos coletivos e sociais. Com a exacerbação do papel das lideranças, a política é desqualificada e os direitos sociais usurpados.

Neste contexto, o trabalhismo vira partido político oficial, o sindicalismo vira peleguismo, os ganhos sociais viram populismo. É um legado obscurantista que o país não esquece. E Pernambuco lembrará a autoria de frases de efeito como estas: “Quem não puder viver, que morra!”, “A democracia é um pau seco”, “Vim para criar a emoção do Estado Novo” e “Voto não enche barriga de ninguém”. Lamentavelmente não podemos dissociar semelhante postura de um legado político negativo da era Vargas (SIQUEIRA, 2020).

É nesse momento de apagamento de direitos que *Vidas secas* é publicado. Importam, para o poder de então, a fábrica e os benefícios do capital. Já para as periferias, longe do centro industrializador, conforme o professor Siqueira, restam discursos como “Quem não puder viver, que morra!”, ditos por aquele que deveria ser um representante do povo.

Neste ponto, faço uma pausa na análise do período Vargas para sugerir uma comparação com o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Diante de mortes incontáveis oriundas de uma seca extrema ocorrida no nordeste, Vargas se isentou de tomar atitudes em prol de livrar da morte muitos sertanejos. A possibilidade de viver ou morrer, segundo Getúlio, era destino de cada sujeito e a ele, o presidente do Brasil, não cabia responsabilidade alguma. O absurdo dessa lógica parece ter engravidado e parido ideias igualmente absurdas, dentre as quais está a que rege o atual presidente. Diante da morte de milhares de brasileiros na pandemia que ainda arrasa nações por todo o globo, o presidente estimulou as aglomerações e criticou o uso de máscaras, sem contar a inércia no caso da compra e distribuição imediata de vacinas, além da mais desumana de todas as atitudes: rir do sofrimento de milhares de famílias enlutadas ao ponto de performatizar caricatamente uma pessoa com falta de ar. Numa fala prima-irmã da que proferiu Vargas, Bolsonaro diz “Não sou coveiro!”, ao ser questionado sobre as inúmeras mortes por conta da COVID-19. Assim como Vargas, o atual mandatário não governa para a classe empobrecida do país, apesar de ambos terem a imagem de “pai da nação” para muitos. Sua empatia não é pelos mais necessitados, afinal, enquanto o sul da Bahia viveu sua maior desgraça, o presidente andava de *jet ski*. Feito esse comentário, retorno ao período de publicação da obra *Vidas secas*.

Enquanto todas as luzes estavam acesas e apontadas para a indústria, a literatura pôs-se como um feixe sutil de luz que iluminou e destacou realidades desconhecidas por muitos – e desprezadas pelo governo. A literatura produzida na década de 1930 foi um *locus* de conhecimento. É isso que conta Antonio Candido, no “Simpósio Graciliano Ramos – 75 anos de *Angústia*”, em 2011. O simpósio foi organizado pela Editora Record, com palestras em

alguns estados brasileiros. A abertura ocorreu na Universidade de São Paulo (USP) e contou com a presença de Candido, que assim compartilhou sua experiência de leitor de Graciliano Ramos:

Então, o romance brasileiro foi, em grande parte, sob certos aspectos, um romance de descoberta. [...] A segunda coisa, talvez pra mim até mais importante que essa, é que esse romance me aproximou do pobre e do desvalido, porque os romances, por acaso, que me caíam na mão naquele tempo, eram sobretudo romances da vida urbana ou romances regionalistas de cunho pitoresco, em que, praticamente, o homem rural era tido como objeto de curiosidade. Inclusive se imitava-se a fala deles. Foi a primeira vez que eu li romances sobre a vida do negro, sobre a vida do trabalhador de cacau, sobre o jagunço, de modo que me aproximou muito. É curioso que pra minha geração esses romancistas tiveram também uma grande função de radicalidade. De radicalidade. Quer dizer, eles nos habituaram (eu penso sempre em mim, nos meus colegas em todo o Brasil, as pessoas que eu conhecia), nós começamos a ver o Brasil pobre, o Brasil esquecido, o Brasil espezinhado. [...] Foi uma espécie quase de projeto. A impressão é a de que foi um projeto. Esse projeto não houve racionalmente, os escritores não se reuniram para dizer “vamos tratar do pobre, vamos tratar do desvalido”. Foi o momento histórico que levou a isso, porque foi o momento em que as classes sociais foram sacudidas no Brasil com a decadência da oligarquia e a entrada do operário na vida política, e esse momento é muito importante. [...] Nesse movimento teve uma importância extraordinária o que se chamava Romance do Nordeste, o romance nordestino [...] que como um movimento, foi aí, vamos dizer, que o Nordeste se impôs ao Brasil. Isso, para os brasileiros que não eram do Nordeste, foi extraordinário, como conhecimento do seu país e como introdução de uma nova visão da realidade.

Candido constata a importância de se destacar a leitura sincrônica dos “Romances de 30”, no momento de lançamento das obras, leitura para além da fruição estético-literária. Como defende Roland Barthes, a *mathesis* se impõe para os leitores que queiram aprender sobre história, geografia e situação político-econômica. Isso vale para um aprendizado geral sobre os brasileiros esquecidos no “Brasil das regiões do norte”. Conhecer as existências social, geográfica, familiar, intelectual e as demais, em meio à seca e a um momento histórico no qual ainda não havia a globalização das notícias, como se tem hoje, era um presente vivenciado pelos escritores ditos “regionalistas”, que queriam informar e formar um público leitor crítico, do Nordeste ao restante do país. Enquanto escritores de literatura, autores como Ramos atuaram como significativos agentes políticos, ao proporcionarem o desocultamento de realidades omitidas pelas esferas governamentais.

Os livros de História, muito frequentemente, registram com destaque o período de governo do presidente Getúlio Vargas. Tratam de sua governabilidade, uma das competências exigidas aos alunos em exames escolares e processos de vestibular, por exemplo. Igualmente, deve-se dar a saber a situação do Nordeste brasileiro naquele momento histórico, como, por exemplo, a seca que assolou no início do século XX os sertanejos da parte norte do país. Na seleção da História, falar de industrialização é mais empático com o discurso dominante, se

comparado ao registro da realidade dos subalternos, à margem do capital, em uma região ainda hoje não priorizada. Essa lacuna na memória do país é em parte preenchida pela Literatura. Distanciada do “Quem não puder viver, que morra!”, a Literatura desnuda o universo dos sertanejos, colocados no centro das atenções de discursos como os de *Vidas secas*.

Para além da superfície textual, tomo como significativa a leitura de uma “trapaça salutar” (para fazer uso novamente da expressão de Barthes) de Graciliano, que problematiza o autoritarismo político de seu tempo. “Trapaça salutar” porque no objeto criticado se dá a crítica: mesmo sob acirrada censura, Ramos soube falar do Brasil, metaforizando-o mediante o sertão. Em um primeiro momento, pode-se ler a obra como regionalista. Contudo, olhos crítico-políticos podem perceber como cada brasileiro seria um potencial “Fabiano”, exposto ao poder e ao braço armado do Estado:

Mas então... Fabiano estirava o beijo e rosnava. Aquela coisa arriada e achacada metia as pessoas na cadeia, dava-lhes surra. Não entendia. Se fosse uma criatura de saúde e muque, estava certo. Enfim apanhar do governo não é desfeita, e Fabiano até sentiria orgulho ao recordar-se da aventura. Mas aquilo... Soltou uns grunhidos. Porque motivo o governo aproveitava gente assim? Só se ele tinha receio de empregar tipos direitos. Aquela cambada só servia para morder as pessoas inofensivas. Ele, Fabiano, seria tão ruim se andasse fardado? Iria pisar os pés dos trabalhadores e dar pancada neles? Não iria (RAMOS, 2013, p. 105).

Somada à percepção de que a autoridade exercida pelo soldado é puramente arbitrária, logo, não natural, Fabiano (ou seria o narrador reproduzindo na personagem sua ideologia de mundo?) consegue refletir, não sem revolta, a condição dos punidos pelo autoritarismo. “Apanhar de governo” significava para ele punição pelo erro de se erguer contra desmandos. O olhar de quem não compactua, questiona e deseja modificar a realidade pode ser lido como expressão (como um rastro deixado pelo sujeito por trás do autor) do cerceamento político vivido por Graciliano e seus contemporâneos. Fabiano fala por muitos ao dizer que “não é desfeita”, mas motivo de “orgulho” ser preso por se opor à tirania. *Vidas secas* é, possivelmente, esse lugar atemporal de encontro afetuoso e perseverante da reflexão sobre os poderes do texto através da representação de vidas que lutam em sua atuação político-social por utopias, ainda que precárias.

A linguagem é, como visto até aqui, uma ferramenta única, em suas possibilidades e limitações. Toda e qualquer forma de uso da língua carregará essa dupla face. A História maiúscula, enquanto área de saber que parte do registro, não foge de tal debate. Portanto, a literatura, por desnudar seus impasses, limites e alcances, é um modo de leitura e de se pensar

a prosa do mundo. O fazer artístico-literário pode ser também entendido como lugar propício para se tratar daquilo que nos debates políticos é ignorado – e não furtivamente.

Dessa forma, tal como Benjamin afirmou, pequenas histórias suplementam as narrativas oficiais. Escolhida a obra *Vidas secas* como *corpus* literário deste trabalho, defendo que a obra aponta para um projeto de futuro quando concede voz, ainda que indiretamente, aos “perdedores” do sertão. Em suma, a precária desenvoltura na articulação linguística das personagens de *Vidas secas* não significa a animalização dos sujeitos representados. O romance é, em minha leitura, um estudo profundo do trauma, concentrado em indivíduos que vivenciaram o drama da seca e da subalternização. O modo como o leitor é convidado a percorrer a narrativa, questionando as formas de dominação e tutela, seja pelo poder invisível seja pelo poder manifesto através da força, é resultado do belo exercício estético executado por Graciliano.

A literatura, atividade não utilitária, desponta aqui como fonte de fruição, no entanto, cabe dizer que ela abarca também o discurso dos vencedores. Isso mostra a coerência com seus postulados: se tratasse apenas do discurso dos eludidos pela História, em vez de se apresentar mais aberta aos grandes e pequenos relatos, aos microdiscursos e à macropolítica, ela estaria igualmente flertando com binarismos.

Defendi até aqui a não neutralidade como marca dos discursos históricos, aproximando-o do discurso literário para, assim, evidenciar semelhanças, diferenças e pensar seus entrelugares. Uma vez entendida a literatura como *locus*, local de passagem para os acontecimentos do mundo, aponto *Vidas secas* como espaço essencial no romance moderno para se pensar as falas dos subalternos.

Interessa-me, no capítulo seguinte, analisar o discurso de animalização em torno das personagens da obra, bem como as relações entre o humano e o animal. Entendo que as *personas* traumatizadas pelos processos vários de violência são sujeitos degradados em um mundo degradado. Evocarei rapidamente Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Immanuel Kant, Sigmund Freud e, mais detalhadamente, Judith Butler, para verificar como a humanidade de Fabiano, sinha Vitória e seus filhos me serve de matéria para a reflexão para o que ainda hoje se anuncia como ameaça ao pensamento, à democracia e ao recrudescimento dos avanços emancipatórios pelos quais tantos lutaram.

2 CORPO E MENTE SOB VIOLÊNCIAS: DA DOR AO SILÊNCIO EM *VIDAS SECAS*

Neste segundo capítulo, pretendo problematizar o discurso animalizante comumente empregado para definir sinha Vitória, Fabiano e sua família. Eu assim o faço porque os fundamentos de tal discurso possuem seus correspondentes no mundo biossocial, de modo que outros humanos, não de papel, como os de *Vidas secas*, mas de carne e osso, são ainda equiparados a não humanos. A questão animal resulta de um problema colocado por Graciliano Ramos que, na época em que a obra foi publicada, fazia parte das lutas narrativas que opunham homem e animal, ricos e pobres, poderosos e subalternizados. A percepção de hoje sobre os animais e as disputas ideológicas do agora são outras.

Proponho a análise das possíveis justificativas para a categorização da família retirante como animalizados devido a uma “falha” de linguagem ou por conta de sua estreiteza de raciocínio. Em seguida, apresento duas definições de humanidade oriundas respectivamente da antropologia e da filosofia, esta última com base em Immanuel Kant. Com o respaldo dessas definições, afirmo a humanidade dos protagonistas de Ramos e proponho uma releitura do texto literário e uma crítica à crítica e ao senso comum. Somado a isso, associo o debate proposto por Jacques Derrida em seu ensaio *O animal que logo sou* (2002), apoiando-me na crítica às definições genéricas e rasas conferidas ao termo “animal”, tanto pelo senso comum, quanto por uma parte da crítica, conforme Derrida analisa.

Uma vez concluídas as análises acerca da humanidade das criaturas pensantes de *Vidas secas*, destaco o aspecto traumático de suas personalidades como uma vertente de leitura e interpretação da obra. Importa-me pormenorizar os aspectos das violências que atravessam aqueles sujeitos, dado que igualmente somos afetados pela violência enquanto sociedade e membros dela, especialmente no atual cenário de opressão, negacionismo, fome e desesperança em que o Brasil submergiu. Cabe identificar os modos de violação e descumprimento dos direitos humanos, a irresponsabilidade governamental com as dores sociais para verificar as relações entre literatura, sociedade e história, conforme estabelecidas por Graciliano Ramos no romance.

A obra produzida por Graciliano Ramos, dessarte, aqui desponta como lugar não só de fala dos silenciados, mas também de denúncia e exposição das infrações e irregularidades a que são submetidos os sujeitos em trânsito, porém sem mobilidade, representados em *Vidas*

secas. Em resumo: defendo que não é a aproximação com o animal e a animalidade que calou as vozes desses sujeitos, são os traumas vivenciados que os emudeceram.

2.1 Homens e bichos sob a mesma medida

Ao longo de minha pesquisa, em algumas vezes em que fui interpelada sobre “qual o assunto da dissertação”, por muitas vezes, logo após dizer o nome da obra, assisti a reações de identificação ou reconhecimento seguidas de expressões, tais como: “aquela obra da cachorra Baleia” ou “aquela das pessoas que mais se parecem bichos”. *Vidas secas*, para muitos, é uma obra sobre sujeitos não humanos. A percepção de que os protagonistas são animalizados é uma espécie de senso comum difundido fora, mas até mesmo, dentro da academia (inclusive, tanto meus amigos de ensino médio como professores da universidade estão dentre o elenco das pessoas que reconheceram meu *corpus* literário, ou seja, identificaram qual a obra sobre a qual me debruço, através de reações como as que mencionei acima).

Por saber que esse olhar zoomorfizado lançado à produção de Ramos é um axioma muito disseminado, reconheço que se trata de uma leitura possível. O que me interessa, porém, não é negar a existência dessa forma de ler, mas sim investigar alguns dos fundamentos que podem dar base a essa leitura para, então, problematizá-los. Apontarei cinco elementos que alicerçam a leitura de *Vidas secas* sob o rótulo da animalização, dentre os quais três eu sugiro como possíveis à interpretação da obra, ainda que venha do senso comum; e dois eu identifico em alguns textos teóricos difundidos. Alguns textos críticos aqui discutidos argumentam que *Vidas secas* ficcionaliza seus entes de forma a equipará-los ao animal; outros apontam o fator climático como justificativa para a animalização daqueles indivíduos. Em diálogo com essas leituras, levanto ainda as leituras que tentam explicar a zoomorfização da família retirante devido aos fatores linguístico, comportamental e social. A essas leituras me oponho e busco expor suas brechas.

A respeito do primeiro fator, a crítica literária brasileira comumente entende as personagens humanas da obra *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, como seres animalizados contrastando com a personificação da cachorra Baleia, que à família é equiparada. Por não dominarem a linguagem socialmente privilegiada e por agirem com brutalidade, tentou-se entender Fabiano, sinha Vitória e seus dois filhos como seres reificados que, afetados pela seca que os cerca, tornaram-se igualmente secos de palavras e pobres de sentidos.

Embora a aproximação entre animal e família não se dê de forma grosseira na narrativa de Ramos, o leitor facilmente entende haver um alinhamento entre humanos e bichos. É preciso ter sensibilidade para reconhecer que expressões simultaneamente usadas para fazer menção à família retirante e à cadela, por exemplo, não são justificativas para equipará-las em suas mentalidades. A esse respeito, Antonio Candido propõe uma homologia com a qual tenho ressalvas. Afirmando serem pessoas que expressam “pureza” e dispensam “refinamento”, Candido, em tom amistoso, alinha subjetivamente as personagens que protagonizam a obra desta forma:

O matutar de Fabiano ou Sinhá Vitória não corrói o eu nem representa atividade excepcional. Por isso é equiparado ao cismar dos dois meninos e da cachorrinha, pois no primitivo, na criança e no animal a vida interior obedece a outras leis, que o autor procura desvendar: não se opõe ao ato, mas nele se entrosa, imediatamente. Daí a pureza do livro, o impacto direto e comovente, não dispersado por qualquer artificioso refinamento (CANDIDO, 2006, p. 65).

Perceber o modo como os sujeitos são afetados pelo meio em que vivem é importante para se pensar sua subjetividade. Contudo, penso que a interferência do meio sobre seus corpos e mentes não os torna desumanizados, mas sim feridos, tendo por efeito o emudecimento frente a experiência traumática – característica tão humana quanto a fala – abordada nos estudos psicanalíticos que abordam a temática.

A questão linguística, segundo fator apontado, tornou-se o pilar central do discurso animalizante presente no senso comum sobre a obra. De fato, a faculdade de comunicação por meio da língua é um fenômeno humano por excelência. Na distinção “animal x humano”, é consenso a notação de que há os que são capazes de articular mensagens infinitas e os que se comunicam por códigos limitados e instintivos apenas. Segundo Émile Benveniste (1976), os animais possuem linguagens, mas a língua é um dote do *homo sapiens sapiens*. Por meio dela, construímos criativamente discursos de forma autônoma e complexa, diferentemente dos animais, os quais não se comunicam linguisticamente mediante uma estrutura articulada como a linguagem humana, mas através de outros instrumentos. Exemplo já investigado e estudado dessa condição animal são as abelhas.

Benveniste, em seu aclamado texto “Comunicação animal e linguagem humana”, faz a distinção do que é a limitada simbologia das abelhas, diferenciando-a da capacidade articulatória complexa que nós seres humanos possuímos na interação uns com os outros:

Um último caráter da comunicação das abelhas a opõe fortemente às línguas humanas. A mensagem das abelhas não se deixa analisar. Não lhes podemos ver senão um conteúdo global, ligando-se a única diferença à posição espacial do objeto relatado. É impossível,

porém, decompor esse conteúdo nos seus elementos formadores, nos seus “morfemas”, de maneira a fazer corresponder cada um desses morfemas a um elemento do enunciado. A linguagem humana caracteriza-se justamente aí. Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações – de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer tudo. Uma análise mais aprofundada da linguagem mostra que esses morfemas, elementos de significação, se resolvem, por sua vez, em fonemas, elementos articulatórios destituídos de significação, ainda menos numerosos, cuja reunião seletiva e distintiva fornece as unidades significantes. Esses fonemas “vazios”, organizados em sistemas, formam a base de todas as línguas. Está claro que a linguagem das abelhas não permite isolar semelhantes constituintes; não se reduz a elementos identificáveis e distintivos (BENVENISTE, 1976, p. 66).

Quando analisados, e dessa forma, os personagens de *Vidas secas* parecem habitar em uma espécie de entrelugar. Não são limitados geneticamente na construção de discursos complexos, apesar disso, não o fazem. Isto é, embora humanos (o que os torna capazes de desenvolver a linguagem complexa comum à espécie), Fabiano e sua família não desenvolveram essa habilidade, a qual, em tese, é natural ao ser humano. Há poucas falas diretamente pronunciadas pelos personagens. Em sua maioria, são tuteladas pelo narrador – ou seria uma variante de tradutor? –, que apresenta a raiva, o medo, a esperança e os sonhos enclausurados no interior daqueles sujeitos. Graciliano Ramos, em entrevista a Brito Broca, para o diário *A Gazeta*, às vésperas da publicação da obra em 1938, pontuou seu interesse em abordar a face subjetiva do sertanejo no que diz respeito à sua mente:

Aliás, não se trata de um romance de ambiente, como geralmente costumam fazer os escritores nordestinos e os regionalistas em geral. Eles se preocupam apenas com a paisagem, a pintura do meio, colocando os personagens em situação muito convencional. Não estudam, propriamente, a alma do sertanejo (BROCA, 1938, s/p).⁴

Fabiano e família têm a capacidade inerente aos seres humanos de desenvolver linguagem, mas não desenvolverem o que se chama discutivelmente de “complexidade da linguagem” os torna próximos da animalização? E não haveria aí também uma visão equivocada do que o animal é, em termos de usos da linguagem? Considero precária a linha de raciocínio que tem por resposta um “sim” à pergunta acerca da animalização e da humanização baseadas no critério da complexidade linguística. Rebaixar a humanidade de pessoas por conta de critérios discutíveis demonstra pouca compreensão do problema, que envolve inclusive uma tomada de posição ética. Minha tese é a de que o que limita a fala dos retirantes não é sua suposta falta humanidade, e sim uma questão de saúde psíquica aliada ao uso da linguagem suficiente naquele universo bruto em que transitam, sem esquecer o

⁴ BROCA, Brito. *Vidas secas*: uma palestra com Graciliano Ramos – O sertanejo da zona árida; O homem no seu habitat. Entrevista concedida ao diário *A Gazeta*, 1938. Disponível em <http://graciliano.com.br/site/2014/11/nov-14-conversa-sobre-vidas-secas/>.

domínio das nuances da língua que poderia ser estimulado através da educação formal: esses fatores inibem o exercício das potências discursivo-linguísticas que poderiam aflorar naqueles sujeitos, em relação à língua socialmente privilegiada e aos usos ideológico-políticos da linguagem, os quais servem para oprimir e controlar. Ou seja: o problema não é apenas linguístico, mas também sociopsíquico.

Além da animalização pautada numa suposta ineficiência de linguagem dos sujeitos de *Vidas secas*, há neste senso comum uma leitura pautada no comportamento dos personagens, visto como similar ao animalesco. Para o debate acerca da humanidade dos sertanejos e retirantes criados por Ramos, é inevitável não levar em consideração a questão estética. Em muitas passagens, as descrições e qualificações da família são feitas a partir de termos que, em sua origem, referem-se ao mundo do animal. Não apenas o narrador, como as personagens fazem referências a si mesmas sem diferenciar no vocabulário usado sua vivência e a dos bichos:

A cabeça inclinada, o espinhaço curvo, agitava os braços para a direita e para a esquerda (RAMOS, 2013, p. 17 [grifo meu]).

Estava convencido de que todos os habitantes da cidade eram ruínas. Mordeu os beicos. Não poderia dizer semelhante coisa (RAMOS, 2013, p. 76 [grifo meu]).

Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito. Saciado, caiu de papo para cima, olhando as estrelas, que vinham nascendo (RAMOS, 2013, p. 14 [grifo meu]).

Os pés calosos, duros como cascos, metidos em alpercatas novas, caminhariam meses. Ou não caminhariam? Sinha Vitória achou que sim (RAMOS, 2013, p. 122 [grifo meu]).

Os caixeiros, os comerciantes e o proprietário tiravam-lhe o couro, e os que não tinham negócio com ele riam vendo-o passar nas ruas, tropeçando (RAMOS, 2013, p. 76 [grifo meu]).

Palavras como “espinhaço”, “beico”, “papo”, “cascos” e “couro” são empregadas pelo narrador e pelos personagens para lidar com as coisas do homem. Uma narrativa outra, poderia possivelmente optar por outros termos: coluna, lábios, barriga, pés e pele, por exemplo.

Posto ser uma narrativa cujo espaço físico é centrado em um sertão (que, como já dito, não é localizável), as descrições de roupas, as festas e os costumes são atravessados por especificidades de um determinado lugar, assim como a língua também é. É recorrente nos locais onde a pecuária é uma prática disseminada que terminologias comumente empregadas para os animais sejam estendidas à linguagem ordinária quando se trata do universo dos homens. Em síntese, entendo que o emprego de vocabulário voltado ao animal, em *Vidas*

secas, é uma marca linguístico-cultural. Diante disso, as leituras do processo de animalização de Fabiano e sua família baseadas apenas no vocabulário utilizado por Ramos na obra seriam, no mínimo, descontextualizadas.

Argumentação paralela a essa seria a que aponta para uma animalização pautando-se nas condições em que vive a família protagonista – análogas às dos animais e dos processos de escravização. Essa quarta problemática, que aponto como uma possível ênfase do senso comum quanto ao discurso zoomórfico em torno da obra, suscita-me indagações: como algo imposto a eles pode defini-los em sua humanidade (ou ausência da mesma)? Uma situação externa pode afetar a condição de existência daquelas pessoas ao ponto de modificar sua espécie?

O trauma oriundo de se viver em meio a constantes faltas desencadeia naqueles sujeitos o emudecimento, a autodepreciação, o isolamento dos demais. A meu ver, desumana é a caracterização como animalização de tamanha ferida emocional suportada. Não se pode perder de vista o sofrimento por que passam os personagens e a dor que sentem sem terem o que fazer para atenuá-los. Do mesmo modo, não se pode ignorar a força humana daquela família, manifesta na luta pela sobrevivência e na teimosia de sonhar:

Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinha Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram a fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava (RAMOS, 2013, p. 14).

Continuou a tagarelar, agitando a cabeça para afugentar uma nuvem que, vista de perto, escondia" o patrão, o soldado amarelo e a cachorra Baleia. Os pés calosos, duros como cascos, metidos em alpercatas novas, caminhariam meses. Ou não caminhariam? Sinha Vitória achou que sim. Fabiano agradeceu a opinião dela e gabou-lhe as pernas grossas, as nádegas volumosas, os peitos cheios. As bochechas de Sinha Vitória avermelharam-se e Fabiano repetiu com entusiasmo o elogio. Era. Estava boa, estava taluda, poderia andar muito. Sinha Vitória riu e baixou os olhos. Não era tanto como ele dizia não. Dentro de pouco tempo estaria magra, de seios bambos. Mas recuperaria carnes. E talvez esse lugar para onde iam fosse melhor que os outros onde tinham estado. Fabiano estirou o beíço, duvidando. Sinha Vitória combateu a dúvida. Porque não haveriam de ser gente, possuir uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira? (RAMOS, 2013, p. 122-123).

A quinta e última razão para a questão da leitura de desumanidade da família na obra diz respeito ao clima. Essa justificativa de animalização, vale ressaltar, não vem do senso comum, mas sim de críticas literárias sobre *Vidas secas*. O sertão e o calor inóspito seriam, então, a origem da desumanidade enxergada na obra. Com base nessa lógica, por viverem apenas no limite da sobrevivência, os sujeitos se equivalem ao destino do animal: comida, repouso e segurança. Algumas análises acerca de *Vidas secas* seguem essa linha de

pensamento. Escolhi trazer alguns exemplos de artigos, dado que há neles tanto as citações aos textos críticos mais tradicionais, como leituras mais atualizadas.

No artigo “A humanidade presente em Fabiano e família”, de Leticia Carvalho de Quadros e Diego Gomes do Valle (2018), minha expectativa era encontrar uma leitura aproximada a que defendo (visto ser o título um apontamento para o que há de humano nas personagens), mas não é o caso, pois acredita-se em uma humanidade condicionada à posição do narrador. O texto se inicia com um panorama acerca da animalização comum aos sertanejos da obra:

A partir de alguns estudos sobre o romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, percebemos o importante papel desempenhado pelo narrador dessa obra. Ele resgata o resquício de humanidade que resta em personagens tão brutalizados como são Fabiano, Sinha Vitória e seus dois meninos.

Porém, normalmente na crítica canônica sobre essa obra chega-se à conclusão de que os seres humanos presentes nela são animalizados, e que Baleia, o animal ao qual se dá mais atenção no romance, é humanizada. O homem retratado como animal, e o animal retratado como homem: essa é a visão geral que se tem sobre o livro. (QUADROS; VALLES, 2018, p. 96)

O discurso de animalização devido ao clima e à geografia – outra diferença entre o que defendo e o que é afirmado a seguir – também aparece neste artigo:

Se dependesse apenas do contexto, o que nos restaria no romance seriam seres humanos vivendo como animais. Cada dia em meio ao sertão é uma luta para conseguir suprir as necessidades básicas. A seca sempre amedronta, mesmo quando o tempo está melhor, e a família está estabelecida em uma fazenda. A família possuía dois animais de estimação: a cachorra Baleia e um papagaio. Este não recebe humanização, e o fato de ser mudo contribui para isso. Sua mudez serve até como argumento para se tornar alimento para a família. [...] Como os seres humanos quase não falam, não há o que o papagaio repetir, a não ser a lembrança de tangir o gado, e os latidos de Baleia. Já o animal de estimação que restou, a cachorra Baleia, é apresentada a nós de forma humanizada. Com isso, a conclusão a que normalmente se chega é que, nesse romance, o animal (no caso, Baleia) é representado como humano, e o humano como animal: verificou-se que os personagens se tornaram brutos, assemelhando-se aos animais, *pelas condições miseráveis em que viviam, ou seja, a seca é a grande responsável por essa animalização, fazendo com que a personalidade dos personagens se torne mais instintiva dando vazão à zoomorfização* (SANTOS, 2013, p. 3, grifos nossos). (QUADROS, VALLES, 2018, p. 97).

Entendido o ambiente do sertão como motivo para a suposta animalização, os homens e mulheres que ali habitam são potencialmente animalizados, o que se pode definir como uma visão estereotipada, um lugar comum, enfim. Esse raciocínio é fruto de um olhar comprometido, comumente lançado aos subalternizados e oprimidos, o qual alcança não só os sertanejos em estado de miséria, como também os nordestinos de modo geral, os negros, os

pobres de todas as regiões do país, indígenas, em suma: as minorias que, juntas, formam o conjunto da população brasileira.

Jean-Jacques Rousseau, em sua obra *A origem da desigualdade entre os homens* (1999) afirmou que “o homem é produto do meio”. As interpretações para o raciocínio de Rousseau são muitas, o que inclui as leituras simplistas ou de senso comum que circulam na sociedade, dentre as quais a leitura preconceituosa que parece estar presente quando se trata de reduzir a família retirante de *Vidas secas* ao seu meio de miséria. Esse discurso determinista, de que o meio define o ser que nele vive como um ser inferior ou superior aos demais, só beneficia os que vem dos locais mais ricos e culturalmente mais bem favorecidos, geralmente nos espaços desenvolvidos e hegemônicos da nação. Acredito que seja um ato de crueldade afirmar que os personagens são animalizados porque lutam pelo alimento e pela segurança ou porque não haja interesse pelo conhecimento intelectual de minorias, ou ainda, porque não tenham se educado em determinadas formas de fruição. A meu ver, trata-se do mesmo discurso usado para negar a humanidade dos moradores de rua, dos suburbanos, de todos os que se encontram abaixo da linha da pobreza e de tantos outros grupos sociais não privilegiados dos quais, muitas vezes, o direito à arte e à contemplação é negado, dado que necessitam de direcionar suas energias para a autopreservação e a sobrevivência.

Um bom diálogo para contribuir com a questão do entrelaçamento da literatura aos discursos de animalização com vias de descaracterizar o humano miserável está em “O bicho”, conhecido poema de Manuel Bandeira:

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.
(BANDEIRA, 1988, p. 179).

Com sensibilidade, o eu lírico de Manuel Bandeira representa a forma como famintos e miseráveis são nivelados ao patamar de cães, gatos e ratos. A busca pela comida nas latas de lixo (ou a precariedade da linguagem, muitas vezes manifesta pelo vocabulário reduzido e sons guturais) talvez não seja o ideal humano. O eu lírico do poema de Bandeira, por conta

disso, demonstra surpresa e dor ao perceber que está presenciando a atitude desesperada de um homem. Seu poema evoca a dura realidade da desigualdade social, pois não esconde a fome que ela gera. Há sensibilidade no termo “bicho” usado na construção poética porque, ao apontar para o estado de “bicho” daquele catador de comida, o poeta escancara a humanidade daquele ser cuja dignidade é violada e expressa em sua dor.

Não é essa leitura – de respeito ao humano presente no ser miserável ou de tentativa de estender a questão aos inúmeros problemas sociais, econômicos, culturais e políticos – que percebo nas teses de animalização da família retirante de *Vidas secas*, mesmo sabendo que a ideia de reificação e de equiparação do homem ao animal traga em si um conteúdo forte de crítica social e de denúncia. Não há, entretanto, um direcionamento mais agudo e sensível para a crítica a toda uma estrutura e a todo um sistema que estão por detrás desta coisificação e/ou animalização dos sujeitos. Ao que me parece, apenas a observação das atitudes das personagens seguida de tentativas de equivaler seus atos e sentimentos aos animais podem resultar em justificativas rasas, tais como a seca como explicação para os infortúnios dos sujeitos ou a pobreza de linguagem, que os colocariam próximos aos animais.

Em suma, minha compreensão é a de que o real propósito da animalização não está em tratar do contexto do sertão em si ou do clima que nele há, mas sim, da classe social a que pertencem Fabiano e família. Observe-se, a título de ilustração do afirmado, o personagem que se apresenta como dono da fazenda e se torna patrão de Fabiano: é um sertanejo e é tratado como “homem”. Mesmo sendo de origem sertaneja, ele não é comparado aos animais de sua fazenda. Assim como a família retirante, o proprietário da fazenda também luta para se manter no ambiente árido e inóspito. Inclusive, ele abandona a fazenda ao perceber que não conseguirá retirar algo produtivo dela com a chegada da seca. É nessa conjuntura que os protagonistas encontram um lugar de refúgio, onde habitarão, como lemos ao longo da obra. Assim, fica claro que a não animalização do patrão se dá porque ele é um homem de posses e sua condição social pesa na avaliação que opõe subalternizados e patrões.

Na passagem de artigo abaixo citado, busca-se pela humanidade das personagens, porém não como algo inerente a elas, mas sim aquela ficcionalizada pelo narrador. Ou seja, ao que parece, a defesa feita é a de que, se não houvesse um tradutor (o narrador), não haveria humanidade nas personagens da obra de Ramos:

O que pretendemos discutir e expor é que, apesar da animalização imposta pelas condições a que são submetidos os personagens, esses recebem um trato humano por parte do narrador, assim como a cachorra Baleia. Ou seja, um recurso técnico do romance é que fundamentalmente atribui humanidade àqueles que estão

impossibilitados de tê-la. Começemos, portanto, analisando a humanização desse animal.

Tal compreensão me atravessa de modo que me parece equiparada a uma experiência de visita à savana: caminha-se por entre animais nativos tendo o instrutor para tornar a viagem mais segura e identificada. Como já defendi anteriormente, o narrador de *Vidas secas* é um produto estético necessário à coerência interna da obra. Contudo, não se pode esquecer de que se trata de uma consciência tradutora das demais consciências e, nesse sentido, é claramente uma mentalidade intelectual e distante da vivência daquilo que narra. Não corroboro a atitude de delegar-se a humanidade dos sertanejos a uma voz narrativa que não provém dos próprios sertanejos. É essa a mesma lógica dos colonizadores brancos ao “humanizarem” os povos escravizados, gerando séculos de desumanização e perpetuação de barbaridades aos negros, vítimas preferenciais. Na construção dos discursos sociais – quase puramente ficcionais –, os sujeitos dominantes detêm os meios e os poderes de controlar os discursos e, assim, definir que características cabem ou deixam de caber na definição do humano. Essa lógica, ao que me parece, permeia alguma crítica literária que afirma que, somente por meio de um narrador intelectualizado ou ao menos com pleno domínio da palavra escrita, a família de retirantes poderia ser reconhecida em sua humanidade. Discordo dessa perspectiva que tutela a humanidade dos retirantes ao discurso do narrador como detentor do discurso ou intermediário dos dramas daqueles sujeitos. É preciso que se aponte essa tutela como parte de uma visão que entende que os subalternizados precisam de um representante, posto que não podem falar por si.

Considero importante avaliar também o conceito científico e filosófico do que representa ser um humano. Como já dito, as avaliações feitas à família retirante de *Vidas secas* tendem a ser pautadas em “achismos” relacionados à capacidade – ou ausência da capacidade – linguística dos personagens. Porque entendo que essas pessoas de papel são sombras do real, ou seja, são em parte retirados da experiência do real (vide a problematização já levantada sobre as relações entre real e ficcional na literatura), afirmar que há nelas uma animalização que advém da carga de realidade que as conforma seria como confirmar a animalização de todos a que fazem referência no mundo biossocial no qual vivemos. Entendo que não são representações e sim um recorte – e de cunho ideológico – do mundo que a ficção de Ramos ficcionaliza sob um determinado ângulo.

O debate que classifica racionalidade e irracionalidade sob o ponto de vista animal diz que o humano é aquele ser pleno do mundo, porque só ele produz linguagem. Linguagem é entendida como capacidade de pensar e falar através de sons e sentidos, de criar mundo,

metaforizar o mundo externo e interno. Portanto, essa plenitude é sempre marcada por um paradigma: o par língua/linguagem. Embora muito se discuta se, de fato, os não humanos são realmente não racionais, o senso comum adota de forma enrijecida a crença de que o que nos torna humanos é a inteligência, nossa racionalidade. Somado a isso, aspectos fisiológicos também compõem a lista de qualificações necessárias para um ser estar enquadrado na espécie *homo sapiens sapiens*. Linguagem, razão, autoconsciência, imaginação simbólica, bipedalismo⁵, o polegar oposto, receptividade sexual durante todo o ano e ausência de cauda são algumas das muitas características atribuídas ao ser dito humano.

Uma das questões centrais da existência é a humanidade do homem, e o discurso a esse respeito sofreu e continua a sofrer mutações significativas. Todo discurso histórico é produto da atividade humana (como já discutido no capítulo anterior), essencialmente argumentativa e que compõe a História ao traçar vínculos de empatia com o dominador. Não se pode perder de vista que quem possui o poder de definir “humano” ou “não humano” cria um paradigma em que a autodefinição é quase uma regra e define reconhecimento dos pares em que tal designação se encaixa. Ao passo que a destituição da humanidade daqueles postos no rol dos “não humanos” é uma abertura construída intencionalmente para a sua subjugação e dominação. A história da humanidade está repleta de exemplos a esse respeito.

Interessante ilustração do afirmado é a apontada pelo antropólogo Tim Ingold, em seu texto “Humanidade e animalidade”, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1995). À época da dominação imperialista da Europa aos países do globo, muitos relatos de navegadores questionavam a humanidade dos seres com que tinham contato em suas viagens. A incerteza da veracidade dos relatos não pode ser descartada, uma vez que o olhar exótico para as etnias não brancas já existia. Exotismo e preconceito tornaram possíveis os seguintes relatos:

No ano de 1647, um tenente da marinha sueca chamado Nicolas Köping servia a bordo de um navio mercante holandês na baía de Bengala. Certo dia, o navio aproximou-se de uma ilha onde seus habitantes, nus, portavam caudas semelhantes à dos gatos e tinham um porte felino assemelhado, segundo reportou Köping. Remando em suas canoas ao lado do navio, os nativos – evidentemente habituados a comerciar – ameaçaram invadir o barco holandês e tiveram de ser afastados a tiros de canhão. Mais tarde, o comandante do navio mandou à terra uma equipe de cinco marinheiros com a missão de encontrar provisões na ilha. Eles nunca voltaram; uma busca organizada na manhã seguinte apenas encontrou seus ossos ao lado de uma fogueira ainda quente, além do barco, do qual tinham sido sistematicamente arrancadas todas as cavilhas de ferro (INGOLD, 1995, p. 1).

⁵ Qualidade dos seres bípedes, os quais recebem as seguintes definições segundo *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* (2008): “1 Que tem dois membros (diz-se de vertebrado). 2 Que anda em dois pés”.

Relatos similares povoam o imaginário sobre o Oriente, sobre o continente africano. Em África, navegadores afirmavam encontrar homens de duas cabeças ou com caudas, ficções que contribuíram para o olhar estigmatizado lançado aos africanos e muito do que se diz sobre a África ainda hoje. Importa problematizar as bases desses discursos. A tese do sujeito não humano serviu à empreitada escravizadora, sendo os estupros, os açoites, a comercialização dos corpos negros, a proibição da língua nativa e a morte elementos de uma pedagogia do horror. A história brasileira, por exemplo, foi escrita com o sangue de negros africanos escravizados e indígenas sequestrados de suas tribos, tratados, a priori, como não humanos, seres sem alma, sem Deus e, portanto, sem cultura. Em suma, são tão adequados à domesticação quanto cavalos selvagens:

Um dos argumentos mais sólidos que permearam a colonização era a tese de animalização dos corpos africanos, para os colonizadores os sujeitos africanos não dotavam de humanidade que pudesse garantir seu direito de viver, assim sua liberdade física e subjetiva poderia ser violada uma vez que se distanciava da condição humana assegurada pelos domínios da razão. A ideia filosófica que somente os Seres Humanos presentes na realidade helênica – os Ocidentais – era por natureza dotados de razão garantiu o sucesso do planejamento colonial. Se somente os ocidentais eram capazes de pensar, logo existir, aqueles que estavam fora do eixo humanitário ocidental não possuíam razão os definindo como animais capturáveis e domesticáveis. O comércio escravocrata transatlântico, a violência sistemática dos corpos negros, o genocídio crescente, a desvalorização das vidas negras que compõe a base do racismo moderno tem sua gênese na lógica filosófica da racionalidade (RIBEIRO, 2019, p. 10).

Embora não seja o assunto central de minha dissertação, os diálogos com a perspectiva racial como uma lógica perversa da racionalidade moderna são necessários. Não posso ignorar a importância de se desconstruir os discursos racistas que permeiam a sociedade brasileira, o que me toca enquanto mulher negra. Para um debate mais aprofundado a esse respeito, indico o artigo “O laboratório de filosofia africana Geru Mãe na UFRJ e os desafios para produção de conhecimento sobre filosofia africana e as relações raciais”, de Katiúscia Ribeiro⁶. No trabalho de Ribeiro, são apontados conceitos importantes para se entender o lugar de marginalização histórica imposto aos negros, dentre os quais destaco o “epistemicídio” (assassinato da epistemologia) da filosofia africana, a “agência” e “desagência” (exercício e proibição, respectivamente, do direito de reger a própria vida) dos sujeitos negros na construção de suas narrativas, a “animalização” (descaracterização enquanto humanos, conceito, inclusive, que muito se aproxima da problemática que levanto através de *Vidas secas*) do africano feita pelo colonizador europeu e a importância de uma educação afrocentrada, respaldada pela lei 10639/03 de 2003, para combater o imaginário eurocêntrico

⁶ In: *Revista Encantar: Educação, Cultura e Sociedade*, Bom Jesus da Lapa, v. 1, n. 1, p. 09-27, jan./abr. 2019.

de subalternização das pessoas pretas (residentes no continente África e sujeitos negros pós-diáspora em todo o globo). Concluída essa rápida digressão, retorno ao debate centrado na obra *Vidas secas*.

Na configuração histórica da ideia de homem humano e humanidade, portanto, o ser humano é aquele digno de viver, ao passo que o não humano é o que não se adequa às classificações impostas sobre o estado de humanidade. O não humano – o dito “animal” para o senso comum – é todo o ser inferior a ser dominado de acordo com uma escala ideologicamente produzida.

Em *Vidas secas*, é consistente a permanência desse olhar distintivo entre o humano, ou seja, o digno de viver e de luto, e o animal, isto é, o que apenas sobrevive enquanto vive. A passagem em que Fabiano se define enquanto “um homem”, porém, retifica-se e declara-se “um bicho” exemplifica bem essa lógica de subalternidade dos personagens:

– Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.

Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:

– Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades (RAMOS, 2013, p. 18-19, [grifos meus]).

Ao definir-se como “um bicho” – sempre entendendo o papel do narrador que se transfigura por meio do discurso indireto livre – Fabiano entende estar em um lugar inferiorizado em relação ao lugar do “homem”, porém, sente orgulho porque vê força na sua luta pela vida. É tamanha sua sensação de inferioridade em relação à ideia do humano, que o personagem toma o cuidado de procurar alguém que o tenha ouvido chamar-se de homem, como quem tivera feito algo errado, como se pode ver no trecho de *Vidas secas* supramencionado. Há a consciência de que o lugar que lhe foi permitido estar é de não humano. Existe uma hierarquia que ele segue fielmente para não ser punido. As raízes desse pensamento são os traumas vividos pelas famílias retirantes (aprofundarei o debate na próxima seção dessa dissertação).

Em *O animal que logo sou* (2002), de Jacques Derrida, o debate sobre a definição de “animal” e como ela foi inventada com a finalidade de servir aos interesses de grupos são questionamentos úteis para a identificação das ideologias em torno desses discursos. A nomenclatura “o animal” é problematizada por Derrida, por se tratar de uma generalização

empobrecedora que inclui tudo aquilo que os poderes vigentes defendem como pertinente ao “homem”:

Neste conceito que serve para qualquer coisa, no vasto campo animal, no singular genérico, no estrito fechamento deste artigo definido (“O’ animal” e não “animais”) seriam encerrados, como em uma floresta virgem, um parque zoológico, um território de caça ou de pesca, um viveiro ou um abatedouro, um espaço de domesticação, *todos os viventes* que o homem não reconheceria como seus semelhantes, seus próximos ou seus irmãos. E isso apesar dos espaços infinitos que separam o lagarto do cão, o protozoário do golfinho, o tubarão do carneiro, o papagaio do chimpanzé, o carneiro da águia, o esquilo do tigre ou o elefante do gato, as formigas do bicho-da-seda ou o ouriço da equidna. Interrompo minha nomenclatura e peço socorro a Noé para não esquecer ninguém na arca (DERRIDA, 2002, p. 64-65).

Interessa-me a observação de Jacques Derrida sobre a quem cabe o título de “animal”: todo aquele que diverge do normativo. Proponho uma expansão com base na mesma lógica. Não apenas os não humanos recebem essa alcunha. Humanos não pertencentes às categorias dominantes na hierarquia social também são expostos à definição do animal. É o que ocorre à família retirante de *Vidas secas*. Há uma dominante gerida pelo preconceito baseado em uma ideia de *déficit* oriunda das desigualdades sociais.

Derrida, por meio de um discurso bem humorado e indagativo, propõe que se pense o animal para além de um ser inferior ao homem, uma vez que o homem e o animal deveriam ser considerados uma unidade. Os animais, entretanto, seriam todos aqueles seres apenas passíveis de “morte”, ou melhor, de serem abatidos para determinados fins, segundo as regras dos homens. O ser humano teria, assim, saído de sua natureza animal graças a um defeito inato sintetizado na expressão “é preciso”:

Pois bem, digamos de um certo “estado”, de uma certa situação – do processo, do mundo, da vida entre esses viventes para a morte que são as espécies animais, os outros “animais” e os homens. Traços comuns ou análogos tanto mais dominantes que sua formalização, à qual nós nos entregamos aqui, permitirão fazer aparecer em todo o discurso filosófico ocidental, a mesma dominante, a mesma recorrência de um esquema na verdade variante. Qual? Este: o próprio do homem, sua superioridade assujeitante sobre o animal. seu tornar-se-sujeito mesmo, sua historicidade, sua saída da natureza, sua sociabilidade, seu acesso ao saber e à técnica, tudo isto, e tudo o que constitui (em um número não finito de predicados) o próprio do homem, consistia nesse defeito originário, em verdade neste defeito de propriedade, neste próprio do homem como defeito de propriedade – e ao “é preciso” que encontra aí seu impulso e seu elã. (DERRIDA, 2002, p. 83).

Para a morte estão destinados Fabiano e sua família. Uma morte que não causará comoção ou luto. Morreriam na seca do sertão, na luta pela sobrevivência, assim como ocorre com o gado da fazenda. É esse olhar que descredibiliza o direito à vida dos personagens de *Vidas secas* que atua como vetor de disseminação de seu *status* de “animalizados”. E não só a

eles, mas igualmente, trazendo a discussão para o presente, aos que morrem sufocados pela Covid-19, enquanto nosso representante maior afirma não ser coveiro para ter que responder pelo que acontece no país que, teoricamente, governa. Banaliza-se a morte, faz-se dela um objeto desprezioso porque se trata justamente da morte dos que não importam aos dominadores, sujeitos sem direito ao luto.

Não só a antropologia busca saber “O que é o humano?”. A filosofia também se debruçou e debruça a esse respeito. Agradou-me o raciocínio desenvolvido há tempos pelo filósofo Immanuel Kant. Para fazer essa relação, depurei alguns conceitos que, embora não ocupem neste momento, o centro de minhas pesquisas, me levaram a pensar na questão da humanidade com mais atenção. Por economia de tempo e espaço – visto que uma leitura cerrada de Kant demandaria neste momento uma atenção que a urgência não me permite dar – me valho de uma leitura bastante proveitosa, do artigo “Humanidade como natureza racional na filosofia moral de Kant”, de Emanuel Lanzini Stobbe, para a *Revista Guairacá de Filosofia* (2016).

Segundo Stobbe, Kant concebe a humanidade como um conceito da ordem da filosofia moral (metafísica), a qual se diferencia da filosofia empírica (física):

[...] toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia), mas, sim, dá a ele, enquanto ser racional, leis a priori, que, por certo, exigem um poder de julgar aguçado pela experiência, em parte para distinguir em quais casos elas encontram aplicação (KANT, GMS, AA 04: 389, *apud* STOBBE, 2016, p. 83).

Ou seja, para Kant, a definição do que a humanidade é não parte, necessariamente, de um estudo antropológico. Isso porque, para Kant, o humano é um ser racional. O cerne da ideia de humanidade residiria, então, na consciência do “dever” que se realiza sem um assédio externo ao ser:

[...] para desenvolver o conceito de vontade altamente estimável em si e boa sem qualquer intenção ulterior, tal como já se encontra no são entendimento natural e não precisa ser tanto ensinado quanto, antes pelo contrário, esclarecido, [...] vamos tomar para exame o conceito do dever, que contém o de uma boa vontade (KANT, GMS, AA 04: 397, *apud* STOBBE, 2016, p. 86)

Não é o meio no qual o sujeito se insere que tornará o “dever” algo a ser realizado, mas sim a qualidade de sua razão. Ou seja, para Kant, não são os fatores externos, mas sim os internos, que movimentam e motivam as atitudes de um ser racional. Se humanidade não é um conceito empírico, mas racional, a família de retirantes da obra de Graciliano corresponde ao

ser humano definido pelo filósofo prussiano. Na obra de Ramos, através do narrador, os leitores são introduzidos no cerne daquilo que Kant entende como razão: o interior (ou funcionamento) da mente humana. Sinha Vitória, Fabiano e os meninos são apresentados como seres pensantes, desenvolvedores de raciocínio lógico e complexo, em seu íntimo revelado pelo narrador.

Ainda no prisma kantiano de humanidade, pensemos no capítulo décimo primeiro de *Vidas secas*, “O soldado amarelo”, em que Fabiano tem as chances e os meios de se vingar do soldado amarelo, que o humilhou e o prendeu injustamente, inclusive pelo assassinato, mas não o faz:

Era um facão verdadeiro, sim senhor, movera-se como um raio cortando palmas de quipá. E estivera a pique de rachar o quengo de um sem-vergonha. Agora dormia na bainha rota, era um troço inútil, mas tinha sido uma arma. Se aquela coisa tivesse durado mais um segundo, o polícia estaria morto. Imaginou-o assim, caído, as pernas abertas, os bugalhos apavorados, um fio de sangue empastando-lhe os cabelos, formando um riacho entre os seixos da vereda. Muito bem! Ia arrastá-lo para dentro da catinga, entregá-lo aos urubus. E não sentiria remorso. Dormiria com a mulher, sossegado, na cama de varas. Depois gritaria aos meninos, que precisavam criação. Era um homem, evidentemente.

Aprumou-se, fixou os olhos nos olhos do polícia, que se desviaram. Um homem. Besteira pensar que ia ficar murcho o resto da vida. Estava acabado? Não estava. Mas para que suprimir aquele doente que bambeava e só queria ir para baixo? Inutilizar-se por causa de uma fraqueza fardada que vadiava na feira e insultava os pobres! Não se inutilizava, não valia a pena inutilizar-se. Guardava a sua força.

Vacilou e coçou a testa. Havia muitos bichinhos assim ruins, havia um horror de bichinhos assim fracos e ruins.

Afastou-se, inquieto. Vendo-o acanhalado e ordeiro, o soldado ganhou coragem, avançou, pisou firme, perguntou o caminho. E Fabiano tirou o chapéu de couro.

– Governo é governo.

Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo. (RAMOS, 2013, p. 107).

O que impediu Fabiano de cometer o homicídio por vingança não foi o medo da punição, uma vez que o cenário era favorável a um crime sem pistas. Igualmente, não foi por receio da reação do soldado em uma possível luta corpo a corpo que Fabiano hesitou e baixou seu facão. Em uma certa leitura, pode-se dizer que a racionalidade de Fabiano o leva a controlar seus impulsos. O senso do que deve ou não ser feito, a despeito do que ele poderia perpetrar, é a única causa de o soldado sair vivo e de cabeça erguida do encontro inesperado com o homem que outrora maltratara. Fabiano agiu pela razão: afinal, “governo é governo”. Mas o ato de relevar e de não se vingar também revela uma outra leitura possível. Em sua “desumanidade” atribuída, esse sujeito é capaz de dar a outra face sem revidar. Ele mostra a nós leitores que, apesar das injustiças, ele é capaz de agir eticamente, sem ceder à barbárie e por isso nos dá uma lição de compaixão.

Entendo que, ao afirmar a soberania do governo, das leis e da ordem social, Fabiano está aceitando cumprir socialmente o seu papel de homem íntegro àquilo que, embora não seja o justo para ele mesmo, é o instituído. No lugar de agir violentamente, Fabiano optou por assumir sua vulnerabilidade e pelo respeito às leis. Tal postura não significou covardia, medo ou ignorância, já que ocorre exatamente o oposto: Fabiano reflete, analisa seu adversário, pensa em si e no outro, em seu lugar enquanto humilhado e ofendido e em sua posição de revide, porém acaba por cumprir seu destino de homem honesto. Sem impedimentos externos, Fabiano cumpre com o dever, age com humanidade – a mesma negada a ele na cadeia e a mesma humanidade suprimida aos Fabianos de hoje. Se fosse pautado pela ideia retorcida de animalização, Fabiano talvez não tivesse essa sensibilidade e respeito ao outro: seria ele capaz de dominar seus instintos ferozes de raiva e anseio por vingança? A resposta parece óbvia. E essa resposta, em certo sentido, ilumina a humanidade da personagem, ao passo que desumaniza o sistema que o subalterniza e corrói. O ensinamento vem justamente do que nada tem para oferecer e que ainda assim oferece o perdão.

O “é preciso” de que fala Jacques Derrida (2002) soa-me, portanto, familiar à concepção de “dever” enquanto fonte da razão e, conseqüentemente, do sentido de humanidade para Kant. A distinção do animal homem para o animal não homem estaria na consciência do que “é preciso” fazer. Ao que parece, Derrida entende que o senso de dever é o que retirou o homem da natureza, ao mesmo tempo em que o perverteu e transformou em um ser hierárquico cujo poder o eleva a condições especiais às dos demais.

É preciso então que sejamos alimentados para que sobrevivamos, mas é também urgente que entendamos nosso lugar no tempo-espaço. Trazendo a questão em um breve desvio para nossos tempos, tendo em vista a volta infame do Brasil ao mapa mundial da fome, segundo a Organização Mundial da Saúde, a busca pelo alimento é mais do que uma questão natural, ela recria a categoria dos sujeitos humilhados. Exemplo disso é a situação de risco alimentar de uma massa imensa de brasileiros vasculhando caminhões de lixo em busca de comida. O dever, aquilo que se impõe, apesar das circunstâncias adversas é o que impele o ser humano a enfrentar as situações degradantes, em meio ao mau cheiro e ao lixo. É a humanidade do homem que faz com que a sobrevivência se sobreponha ao asco, e os ossos “doados” pelos mercados à massa faminta desempregada e desalentada se tornem o “é preciso” viver, apesar de tudo. Sobreviver significa “dever” comer o que está disponível. Se parte da sociedade cerra os olhos para o sofrimento dos que não têm o que comer, é preciso repensar quem chamamos de desumanos e o que consideramos animalidade do homem.

Em suma, os discursos animalizantes delegados aos personagens principais de *Vidas secas* me levam a pensar nas motivações possíveis para tais leituras, algumas delas aqui trazidas ao debate, neste capítulo. Defendo, em outra chave de leitura, que a gênese daquilo que os discursos da animalização classificam como marca da subternidade do humano também pode ser encontrada em outras regiões do saber, como por exemplo nos traumas e seus efeitos na psique dos sujeitos, nos processos violentos do poder, na vigilância, no assassinato, na exclusão, na cidadania negada, exemplos tão bem demarcados por Ramos através da família sertaneja em *Vidas secas*. Trata-se de pessoas cujos traumas decorrem de uma sequência ininterrupta de violências, as quais pontuarei a seguir.

2.2 Marcas: a violência traumática, estrutural e simbólica

O trauma é o que motiva minha leitura neste momento. Em busca de uma definição para o termo “trauma”, recorri às investigações de Sigmund Freud (2010), dado que ele é a grande referência no estudo da psique humana. Em meados do século XIX, quando o psicanalista teorizou a existência de um mecanismo mental que opera de forma não consciente ao ser humano, lançou as bases para o reconhecimento de que somos sujeitos da consciência mais complexos do que se acreditava até então. Justificativas simplistas para o comportamento humano não abarcam as múltiplas reações e ações que têm origem nos estados mentais do homem. O inconsciente, assim, surgia para Freud como a base submersa do iceberg que nos forma enquanto sujeitos. Acredito que é no inconsciente de sinha Vitória, Fabiano e crianças que poderíamos dimensionar o trauma que os silenciou, mas são seres de papel. E se não há como investigá-los como sujeitos existentes, no entanto, há como problematizar criticamente as questões que os rondam.

Em seu seminal artigo “Além do princípio do prazer”, Sigmund Freud desenvolve um raciocínio investigativo a respeito do comportamento da mente humana, partindo do princípio econômico das energias mentais. Para Freud, a sensação de prazer seria manifesta por um estado de baixa agitação das energias psíquicas, ao passo que a sensação de desprazer seria observada na agitação de tais energias:

Decidimos relacionar prazer e desprazer com a quantidade de excitação – não ligada de nenhuma maneira – existente na vida psíquica, de tal modo que o desprazer corresponde a um aumento, e o prazer, a uma diminuição dessa quantidade. Nisso

não pensamos numa relação simples entre a força das sensações e as modificações a elas correspondentes; tampouco – após tudo o que nos ensinou a psicofisiologia – numa proporção direta; provavelmente o fator decisivo para a sensação é a medida de diminuição ou aumento num dado período de tempo (FREUD, 2010, p. 121-122).

O ser humano busca manter constantes suas energias psíquicas e, para isso, se utiliza de complexos recursos, que Freud explora bem em seu texto, mas que não são inteiramente pertinentes à pesquisa aqui elaborada, neste momento. No entanto, ao definir as fontes de desprazer, Freud aponta para a “repressão” do prazer e para o “perigo” – em suas diferentes manifestações – como as fontes de desprazer, o que me interessa registrar. Uma das relações que ele estabelece entre a mente humana e o perigo é manifesta pela “angústia”, que “designa um estado como de expectativa de perigo e preparação para ele, ainda que seja desconhecido” (FREUD, 2010, p. 126). Em *Vidas secas*, um episódio em que podemos identificar um exemplo daquilo que Freud chamou de angústia é a passagem em que Fabiano observa o amarelado das folhas, daí constatando pelo aspecto da natureza que os tempos de seca estão voltando:

Olhou a catinga amarela, que o poente avermelhava. Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo – anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar. Ele marchando para casa, trepando a ladeira, espalhando seixos com as alpercatas – ela se avizinhandando a galope, com vontade de matá-lo (RAMOS, 2013, p. 23).

E não só Fabiano, sinha Vitória também expressa grande angústia diante da seca que se reaproxima: “Chegou à porta, olhou as folhas amarelas das catingueiras. Suspirou. Deus não havia de permitir outra desgraça. Agitou a cabeça e procurou ocupações para entreter-se” (RAMOS, 2013, p. 44). Frente à seca iminente, Fabiano e sinha Vitória são sujeitos em “estado como de expectativa de perigo e preparação para ele”, como define Freud. O objeto do perigo latente na memória dos personagens os leva a reviver mentalmente a vivência miserável, atualizando as dores do trauma e provocando angústia. Velha conhecida dos personagens, as lembranças da fome e o medo da morte que marcaram experiências passadas, geram os traumas vividos e que agora prometem retornar.

As energias psíquicas da família de *Vidas secas* estão em grande turbulência, em um nível de desprazer latente. Enquanto sujeitos com aumentado grau de excitação psíquica, a reação natural é a busca pelo equilíbrio. Ainda em “Além do princípio do prazer”, Freud apresenta o instinto conservador identificado como “*um impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um estado anterior*”, que esse ser vivo teve de abandonar por

influência de perturbadoras forças externas, uma espécie de elasticidade orgânica ou, se quiserem, a expressão da inércia da vida orgânica” (FREUD, 2010, p. 147-148 [grifos do autor]). Para Sigmund Freud, por instinto, os seres vivos buscam constantemente um certo retorno ao estático, ao conhecido e seguro. Tal instinto recebeu dele o nome de “conservador”, pois almeja não mudar. Em relação à narrativa de Ramos, percebe-se que o grande desejo e a esperança dos personagens retirantes são o de não mais serem obrigados a migrar. Sua busca é pela inércia, segurança e conservação de seus corpos. Quanto a isso, diz Freud:

Portanto, se todos os instintos orgânicos são conservadores, historicamente adquiridos e orientados para a regressão, o restabelecimento de algo anterior, temos de pôr os êxitos do desenvolvimento orgânico na conta de influências externas, perturbadoras e desviantes. O ser vivo elementar não pretenderia mudar desde o seu início; permanecendo iguais as condições, ele repetiria sempre o mesmo curso de vida. Mas, em última instância, a história do desenvolvimento da terra e de sua relação com o sol é que deixaria sua marca no desenvolvimento dos organismos. Os instintos orgânicos conservadores acolheram cada uma dessas mudanças impostas ao curso da vida e as preservaram para a repetição, e assim produzem a enganadora impressão de forças que aspiram à transformação e ao progresso, quando apenas tratam de alcançar uma antiga meta por vias antigas e novas. Também essa meta final de todo esforço orgânico pode ser indicada. Seria contrário à natureza conservadora dos instintos que o objetivo da vida fosse um estado nunca antes alcançado. Terá de ser, isto sim, um velho estado inicial, que o vivente abandonou certa vez e ao qual ele se esforça por voltar, através de todos os rodeios de seu desenvolvimento (FREUD, 2010, p. 149).

Concluo, mediante essa breve proposta de leitura do texto freudiano, dentre muitas possíveis à obra, que Fabiano e família lutam para retornar ao estado inicial de estabilidade das energias psíquicas – ao prazer. O que os move é o instinto conservador de retorno a uma origem pouco traumática e que se dá em um patamar de desprazer mínimo. Na narrativa, os personagens encontram na inércia o prazer conferido pela segurança de ter conseguido o básico (a comida, um emprego e o abrigo). Retornado o sol, com ele vêm a fome e a sede que os impelem a refazer o ciclo das estações e buscar novo lugar de repouso – físico e mental. Como diz sinha Vitória, durante uma das andanças à procura de novos lugares de descanso e segurança familiar: “Falou no passado, confundiu-o com o futuro. Não poderiam voltar a ser o que já tinham sido?” (RAMOS, 2013, p. 120).

Desta forma, creio que os personagens são melhor compreendidos como humanos traumatizados pela seca e submetidos a diversas formas de violência oriundas da necessidade por sobrevivência que a secura os forçou a viver, sem que encontrem amparo nas estruturas sociais que prometem igualdade de condições a seus cidadãos no âmbito de uma modernidade do descumprimento do pacto de felicidade e progresso.

Em face disso, cabe reafirmar o modo como a obra é atravessada por violências, desde as mínimas às violências contra os corpos e esses atravessamentos são a base dos traumas sofridos pelos entes. A pobreza a que são expostos os personagens, as lembranças da seca aliadas às marcas físicas e emocionais deixadas neles, bem como a violência do poder que atua arbitrariamente sobre os viventes corroboram a visão de que o comportamento da família seja melhor descrito pelo viés do deslocado e do marginalizado.

A problematização trazida por Freud me ajudou a compreender em *Vidas secas* que aqueles sujeitos ficcionalizados são mais do que aparentam ser, mais inclusive do que o narrador é capaz de mostrar. As experiências de dor vividas deixam marcas nas formas de ser e estar no mundo. Diferentemente do animal que os acompanhava – a cachorra Baleia – a família retirante tem consciência de seu estado de miséria e da morte que ronda. Baleia não se preocupou, durante sua existência, em como seria o dia de amanhã; bastava-lhe o presente, alternado entre descanso, brincadeira e alimento. Até mesmo no momento da morte, não identificou o que era reservado a ela: “Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espojariam com ela, rolaria com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria todo cheio de preás, gordos, enormes” (RAMOS, 2013, p. 91). Já para seus donos, a consciência – a percepção de seu estado e do porquê de assim permanecerem – é constante e desprazerosa. Sinha Vitória e família guardam na mente as lembranças da dor e dos medos das novas dores; o silêncio, a meu ver, é a forma que encontraram para persistirem na/pela vida, apesar de tantas violências.

A situação da família ficcionalizada em *Vidas secas* poderia ser assim resumida: uma família nuclear, composta por um homem, uma mulher, dois meninos e uma cachorra em extrema situação de miséria. Sem posses e sem perspectivas, a família, após transitar em busca de sobrevivência, aloca-se em uma fazenda para tentar sobreviver em prol de cuidar dos bens alheios, tendo por pagamento um salário incerto e um teto sobre suas cabeças. Fabiano, responsável por tratar diretamente com o dono do lugar em que estão abrigados, trabalha no trato dos animais, enquanto sua mulher, sinha Vitória, cuida da casa, dos filhos e labuta na manutenção do que pode passar despercebido para seu marido. Não se trata, assim, de um trabalho que permita o acúmulo de bens e de capital: não há a geração de lucro, apenas a manutenção do pouquíssimo, a fim de que consigam sobreviver.

Diante disso, tal como afirma Minayo, a família sertaneja de *Vidas secas* seria vítima de uma “violência estrutural”:

Diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. Mais cruel, é a violência que mantém a miséria de grande parte da população do país. Todos os autores que estudam o fenômeno da miséria e da desigualdade social mostram que sua naturalização o torna o chão de onde brotam várias outras formas de relação violenta (MINAYO, 2007, p. 12).

Enquanto porta de entrada para outras manifestações de violência, a estrutural é a base das outras muitas injustiças vividas pela família na obra de Ramos que, fictícia, problematiza a realidade de muitos brasileiros. Estarem tão vulneráveis à fome e à falta de moradia torna-os presas fáceis para abusos, a exemplo do presente nas relações trabalhistas.

Sem ter quem os defenda, sem amparo das leis ou do Estado e sem alternativas, a família tem a consciência de que é roubada pelo dono das terras em que trabalha. Fabiano, ao buscar seu salário, pondera sobre não se tratar de escolha o aviltamento de seu salário por parte do proprietário:

Sinha Vitória fazia contas direito: sentava-se na cozinha, consultava montes de sementes de várias espécies, correspondentes a mil réis, tostões e vinténs. E acertava. As contas do patrão eram diferentes, arrançadas a tinta e contra o vaqueiro, mas Fabiano sabia que elas estavam erradas e o patrão queria enganá-lo. Enganava. Que remédio? Fabiano, um desgraçado, um cabra, dormia na cadeia e aguentava zinco no lombo. Podia reagir? Não podia. Um cabra. Mas as contas de Sinha Vitória deviam ser exatas (RAMOS, 2013, p. 114).

Ainda sobre a violência estrutural como uma janela de acesso a outras formas de violência, isso se evidencia em *Vidas secas* não apenas no que diz respeito à relação “patrão x empregado”, mas também na falta de acesso dos pobres à educação. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a oportunidade de crescimento intelectual por meio das instituições de ensino é um direito de todos. Em seu artigo XXVI, consta na Declaração que:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito (DUDH, 1948).

Contudo, diante da necessidade de buscar o mínimo para se manterem vivas, as personagens graciliânicas repercutem a situação de muitos brasileiros sem escola, pois o trabalho se impõe como uma situação de emergência. O mesmo tem se visto com maior intensidade em nosso atual momento histórico pandêmico. Enquanto professora do Ensino Fundamental II, observei casos como esses: alunos que precisam ficar em casa com seus irmãos mais novos para que os pais trabalhem ou que ajudam seus pais a ganhar o pão de cada dia – em sua maioria, em trabalhos informais. Resta, então, para sinha Vitória e Fabiano,

sonharem com um futuro possível e melhor para seus filhos em que: “Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles” (RAMOS, 2013, p. 127).

Também decorrente da pouca escolarização, outro agravante da violência estrutural é a vulnerabilidade diante das forças de repressão. É sabido que a sociedade é composta por organismos, que colaboram para o bem-estar social. Contudo, a presença da corrupção e da violência se manifestam como cânceres no seio da sociedade: de maneira disseminada, infelizmente, autoridades sociais lançam mão de suas “competências” e agem em prol de interesses particulares, violando os direitos do outro. Como afirma Adrian Sgarbin, em *Teoria do direito (primeiras lições)* (2007), o termo “competência” pode ter muitos sentidos a ele atribuídos. Dentre os três apontados pelo autor me interessa o terceiro, que vem a ser uma “atribuição normativa de alguém” (SGARBIN, 2007, p. 56). Competência, nesse sentido, é a responsabilidade e a capacidade profissional de uma pessoa. Podemos afirmar que o uso de uma atribuição para suprimir o direito do outro constitui violência. De modo que, convém ressaltar, se a vítima da violência não tem consciência da violação a que está submetida, sua situação é ainda mais injusta, agravada pela ignorância frente à supressão de seus direitos.

Em *Vidas secas*, há um exemplo de abuso policial no trato com o ignorante Fabiano. Após perder seu pouco dinheiro em uma partida de cartas para o soldado da cidade, Fabiano é rechaçado e humilhado pelo policial, que o ofende e espanca, criando pretextos para prendê-lo:

- Vossemecê não tem direito de provocar os que estão quietos.
- Desafasta, bradou o polícia.
- E insultou Fabiano, porque ele tinha deixado a bodega sem se despedir.
- Lorota, gaguejou o matuto. Eu tenho culpa de vossemecê esbagaçar os seus possuídos no jogo?
- Engasgou-se. A autoridade rondou por ali um instante, desejosa de puxar questão. Não achando pretexto, avizinhou-se e plantou o salto da reiúna em cima da alpercata do vaqueiro.
- Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente.
- O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá.
- Toca pra frente, berrou o cabo. Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu (RAMOS, 2013, p. 30-31).

A violência do “soldado amarelo” apoia-se na certeza de que Fabiano não saberia se defender e nem teria para si um defensor. Assim, favorecendo-se da autoridade conferida pela farda, materialização do poder do Estado, o policial submete Fabiano a uma noite de cárcere

pelo simples prazer de humilhá-lo. Contudo, mais do que domesticar os corpos, a violência física e a simbólica estruturam um corpo de prescrições, leis, forças e mecanismos simbólicos. Michel Foucault, em *Vigiar e punir* (1987), apontou as transformações do poder e das formas de punição e vigilância através das mais diversas instituições, não somente as de estado, mas aquelas auxiliares, como os manicômios, os confessionários, os consultórios de psicanálise, as igrejas etc. Se até meados do século XVIII, os governantes tinham como alvo o castigo mais brutal que levava à destruição do corpo físico, a partir do século XIX surgem novas formas de dominação e punição que, ao extermínio dos corpos, vai aos poucos privilegiando a “domesticação”. Dessa forma, o corpo físico dos sujeitos não seria mais o alvo preferencial, já que surgem novas e mais sutis formas de coerção da mente, o que Foucault chama de a “alma”.

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos — daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou — é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (FOUCAULT, 1987, p. 20).

O Estado, detentor do direito à punição e ao assassinato, percebeu que o espetáculo dos suplícios não oferecia mais uma imagem do papel exercido pelos governantes sobre os civis nos novos tempos. Afinal, era preciso fazer a diferença entre a violência autorizada e justa do estado e a violência dos contraventores. A punição pública do corpo perdeu sua glória. Em lugar de destruído, o corpo passou a ser “intermediário” do castigo e a recompensa para a domesticação passa a ser a promessa de “liberdade”:

Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que ela era nos suplícios. O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem (FOUCAULT, 1987, p. 15).

Entendendo o controle dos corpos como essencial ao controle e a liberdade como meta dos sujeitos “recuperados”, Foucault aponta para a existência de uma economia política formada pelos sistemas punitivos existentes em cada época e que visa à regulação dos corpos. Segundo o teórico, pensar uma “história dos corpos” é fundamental para entender o funcionamento das estruturas de controle da “alma”. Há, assim, o corpo biológico, complexo em sua formação e suscetível, por exemplo, ao ataque de vírus (como o que gera a pandemia em que estamos submersos nos tempos de agora) e há ainda o corpo político, alvo de outras

formas de ataque e colonização. O corpo politicamente atingido é exposto a um processo de subalternização que se materializa através da submissão e da falta, sempre com a promessa de emancipação que transforma os corpos em forças produtivas para o estado ou aqueles que gerenciam as formas de dominação. Para Foucault, é o que se chama “tecnologia política do corpo”:

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Em *Vidas secas*, são transparentes as estruturas que transformam Fabiano e sua família em mão-de-obra barata para o dono da fazenda. Sem castigos físicos ou ameaças de morte, o proprietário controla os corpos dos residentes. Ele sabe que mulher, marido e filhos não possuem alternativa. Há uma rede de relações que gerencia cada personagem em suas relações interpessoais. A relação entre o patrão e Fabiano coloca aquele acima deste. Contudo, também Fabiano se equilibra entre controlado a controlador: no âmbito da família, Fabiano comanda a hierarquia, o que o leva ao controle, como visto no trecho a seguir:

Fabiano tornou a esfregar as mãos e iniciou uma história bastante confusa, mas como só estavam iluminadas as alpercatas dele, o gesto passou despercebido. O menino mais velho abriu os ouvidos, atento. Se pudesse ver o rosto do pai, compreenderia talvez uma parte da narração, mas assim no escuro a dificuldade era grande. Levantou-se, foi a um canto da cozinha, trouxe de lá uma braçada de lenha. Sinhá Vitória aprovou este ato com um rugido, mas Fabiano condenou a interrupção, achou que o procedimento do filho revelava falta de respeito e estirou o braço para castigá-lo. O pequeno escapuliu-se, foi enrolar-se na saia da mãe, que se pôs francamente do lado dele (RAMOS, 2013, p. 64).

Em uma ocasião de chuva forte, a família se reuniu e Fabiano quis contar uma história a seus filhos e esposa. Todavia, com a pouca luminosidade do cômodo e a pouca articulação oratória de Fabiano, seu filho mais velho fica incomodado por não conseguir entender seu pai,

o que o distrai para a necessidade de buscar mais lenha para a fogueira que os aquecia. Fabiano sentiu-se desrespeitado enquanto figura de máximo domínio na hierarquia ali estabelecida, ao ponto de querer agredir fisicamente o menino. Trata-se de um castigo ao corpo, tal como analisou Foucault. A desobediência da criança resultou na ameaça não concretizada de punição do corpo (uma vez que sinha Vitória impediu a agressão). Por identificar no filho um corpo não domesticado, Fabiano quis puni-lo. Essa mesma lógica o levou anteriormente à prisão, após reagir com xingamentos às provocações do soldado:

Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá.

– Toca pra frente, berrou o cabo.

Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu (RAMOS, 2013, p. 31).

Toda essa rede de comandos, que ora sobrepõe ora rebaixa os sujeitos, é característica daquilo que Foucault chamou de “microfísica do poder”:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio (FOUCAULT, 1987, p. 30).

A forma como o poder se comporta socialmente, ou seja, a sua “microfísica”, está mais para uma “batalha perpétua”, sem vencedores e ganhadores, apenas sujeitos atingidos em diferentes graus e de diferentes formas, ora avançando contra os exércitos inimigos ora tendo que recuar deles. Dessa forma, as relações não são “unívocas”, mas sim mutáveis e constantes: “[as relações] não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças” (FOUCAULT, 1987, p. 30). Na narrativa de Graciliano, Fabiano exerce o poder sobre os filhos e a esposa, mas é vítima dele, quando se trata do patrão e do soldado.

Não só pela coerção ao corpo a violência se manifesta em *Vidas secas*. É possível observar como Fabiano internaliza as hierarquias sociais que o oprimem, admitindo seu poder, ainda que não as considere justas. A esse poder que rege não pela força, mas mediante o convencimento, Pierre Bourdieu chama de “Poder simbólico”. Uma vez que não se tem a intenção de eliminar os subjugados, mas sim de persuadi-los a uma obediência que os

paralisa, Bourdieu aponta para o modo como o “consenso” atua enquanto instrumento vital para o poder simbólico, visando à “concordância dentre as inteligências” (BOURDIEU, 2012, p. 09), ou seja, à manipulação do pensamento por uns em detrimento do direito de outros.

Conseqüentemente, a concepção do que seja ou compõe a realidade pode ser um reflexo das estruturas simbólicas sobre o sujeito: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 09). Por não serem naturais, determinadas por fatores biológicos ou imanentes aos sujeitos, as relações de poder fantasiam verdades que favorecem uns e prejudicam outros. Não sem razão, Bourdieu afirma ser o “senso” apenas um “consenso” que modula a realidade: “senso = consenso” (BOURDIEU, 2012, p. 08). Essa é a lógica criticada por Walter Benjamin, quando aponta para a precariedade dos discursos da História única. Como todo discurso, a História é um senso. Contudo, o consenso que define a História única, ou seja, a compreensão construída socialmente sobre o que ela é, tem servido para apagar do discurso os pequenos atores. Essa é uma motivação para esta pesquisa aproximar Literatura e História, a fim de repensar os caminhos e desvios desses dois discursos.

Salta aos olhos a autopercepção de Fabiano. Ao internalizar as relações que se impõem, Fabiano se define como “bicho”: “Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades” (RAMOS, 2013, p. 19). A forma desumana como é obrigado a (sobre)viver junto dos seus leva Fabiano a construir sobre si uma identidade atravessada pelas construções de poder simbólico e pela violência estrutural.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força as relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2012, p. 11).

A postura de Fabiano é estruturada e estruturante: ocorre por conta de uma conjuntura de poder que o coloca abaixo do soldado, por exemplo, mas, simultaneamente, reforça o papel de subalternidade do policial. Afinal, sem os que lhe obedecem, as classes hegemônicas são esvaziadas de poder. Em *Vidas secas*, um bom exemplo da presença dessas forças simbólicas é a passagem: “Contra aquilo nem precisava facão, bastavam as unhas. Agitando os chocalhos e os látégos, chegou a mão esquerda, grossa e cabeluda, à cara do polícia, que recuou e se encostou a uma catingueira. Se não fosse a catingueira, o infeliz teria caído” (RAMOS, 2013, p. 103). Quando Fabiano reencontra perdido o soldado que o prendeu, enquanto se decidia

pela vingança ou não, pôde avaliar a fragilidade física do homem por detrás da farda. Ao levantar a mão contra o soldado, o sertanejo gerou no agente da lei o ímpeto de recuar. Sem o poder de impor obediência a Fabiano, o policial está esvaziado de poder.

Sigmund Freud aponta que essa inversão de papéis entre vítima e algoz, da passividade à ação, é uma fonte de prazer psíquico. Partindo de um exemplo bem simples dado pelo psicanalista, Freud mostra como a criança, através do jogo, consegue transformar a fonte de desprazer em forma prazerosa de realização: “Quando passa da passividade da experiência à atividade do jogo, a criança inflige a um companheiro de jogos o que lhe sucedera de desagradável, vingando-se, assim, na pessoa desse substituto” (FREUD, 2010, p. 130).

Fabiano é exposto à violência e ao poder, mas também se apresenta como alguém que impõe, como vimos, a seus filhos e esposa, sua autoridade de homem, provedor e chefe da família, também estruturas do poder simbólico. É ele quem impõe medo às crianças, bem como dá a palavra final a sua esposa sobre como gastar seu salário, ainda que para o jogo de cartas marcadas do soldado amarelo. Nesse prisma, constata-se que o poder simbólico não possui um rosto definido nem endereço fixo. O poder simbólico permeia as relações sociais: aquele que outrora foi atingido por algum tipo de violência pode vir a ser o agressor de seu próximo, consciente ou não de seu ato.

Há ainda que se pensar em outra manifestação de violência em *Vidas secas*. A falta de uma habitação e a impossibilidade de traçar um futuro pela escolarização são frutos dessa realidade árida. Ao que me parece, para além de privá-los da materialidade necessária à vida, a miséria e suas consequências roubara também o exercício pleno da comunicação. Discuto, finalmente, um dos aspectos que explica em parte a questão da linguagem “precária”, em *Vidas secas*. Quanto a isso, é preciso entender a linguagem, como bem afirma Giorgio Agamben, como um dispositivo:

Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, as escrituras, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos [...] (AGAMBEN, 2009, p. 40-41).

Por meio da elaboração de discursos a partir do uso da língua, o ser humano se impõe (dado que a argumentatividade é inerente à língua, como visto), assim como é alvo da imposição do outro. Não dominar o uso da língua é se colocar em estado de vulnerabilidade, sem capacidade de reação, reivindicação e argumentação, pois a expressão, o debate e a

defesa de teses são, dentre outras, parte da vivência e da experiência que circundam as relações sociais.

A família de sinha Vitória e Fabiano não usa com proficiência a linguagem, repito. Fabiano, conforme o narrador, “na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas” (RAMOS, 2013, p. 20). Esse domínio insuficiente da argumentação e a precariedade do vocabulário do sertanejo têm raízes na psique humana. Historicamente, há registro no mundo biossocial da reação traumática emudecedora como a vivida em *Vidas secas*.

Walter Benjamin, em “Experiência e pobreza”, já havia sinalizado para a existência de uma pobreza de experiências comunicáveis como marca da modernidade do século XX. A comunicação, entendida até então como ter o que narrar acerca da experiência vivida ou testemunhada a alguém, vê-se em crise. O exemplo é a questão dos soldados sobreviventes da Primeira Guerra Mundial, que retornaram mudos ou pobres de relatos dos campos de batalha. Em relação a esse fato, Benjamin traz o seguinte diagnóstico:

Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes (BENJAMIN, 1994, p. 115).

Benjamin observou que, mesmo com inúmeras histórias para contar de suas vicissitudes no *front*, os oficiais e soldados sobreviventes da guerra não conseguiam verbalizar suas experiências. Benjamin aponta, então, uma espécie de “morte da narrativa autêntica”, desta vez, por conta da falta ou escassez de relatos provenientes do mundo da vida vivida. Se antes havia histórias a serem recolhidas e contadas, nas trincheiras e campos de batalha elas, precisaram ser esquecidas ou recalçadas. A modernidade, portanto, com sua promessa de progresso, acaba por criar o fenômeno da falta de relatos. O sujeito sem relato, conforme Benjamin, seria uma marca dessa modernidade trágica. Aqueles sujeitos perderam sua capacidade de verbalização, por uma “ferida na memória”, conforme a definição de Márcio Seligmann-Silva (2000) para o trauma; trauma que, diante da ferocidade de guerra, emudeceu aqueles homens.

Pensar o trauma sob esses prismas significa também relativizar a categórica classificação dos personagens principais de *Vidas secas* como seres zoomorfizados. Seligmann-Silva define a experiência traumática como “um dos conceitos-chave da

psicanálise, e o tratamento psicanalítico – simplificando – existe em função do trabalho de recomposição do evento traumático. – O que é o trauma? O trauma é justamente uma ferida na memória” (SELIGMANN-SILVA. 2000. p. 84). Fabiano e sua família chegam à fazenda, espaço físico em que grande parte da narrativa decorre, após vaguearem famintos, fracos e sedentos – “a experiência do corpo pela fome”, de que tratou Benjamin (1994, p. 115) –, sem a certeza de encontrar um lugar de refúgio. Se a guerra provocou a mudez dos combatentes, no caso alemão, para as personagens de *Vidas secas*, é possível entender a seca como uma outra espécie de efeito de guerra de nossa modernidade nacional: o evento traumático que atravessou a fala daqueles sujeitos de papel e feriu-lhes a memória.

No tempo da enunciação, a seca na obra é majoritariamente passado – tempo habitado por memórias traumáticas – ou futuro, assombrado pelas possibilidades nada positivas da vida ainda por vir. Uma das poucas passagens em que a seca é descrita no presente da narrativa (no nível das ações, no enunciado) é a em que sinha Vitória, em um ato de desespero, decide-se pela morte de um dos animais de estimação da família na finalidade de comê-lo. O papagaio, ser quase mudo assim como os demais, foi sacrificado pelo bem da família:

Sinha Vitória, queimando o assento no chão, as mãos cruzadas segurando os joelhos ossudos, pensava em acontecimentos antigos que não se relacionavam: festas de casamento, vaquejadas, novenas, tudo numa confusão. Despertara-a um grito áspero, vira de perto a realidade e o papagaio, que andava furioso, com os pés apalhetados, numa atitude ridícula. Resolvera de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. Não podia deixar de ser mudo. Ordinariamente a família falava pouco. **E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas.** O louro aboiava, tangendo um gado inexistente, e latia arremedando a cachorra ([grifo meu] RAMOS, 2013, p. 11-12).

É possível ver na superfície textual o modo como a seca e seus desdobramentos afetam a linguagem representada pela voz indireta do narrador. Vejamos este trecho: “E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas”. O sol ardente que enxugava do barro toda água também secou da família suas palavras. Embora tendo o que dizer uns aos outros, o conteúdo a ser dito está atravessado por uma carga traumática dolorosa. Ao contrário, o excesso de experiências traumáticas não gerou narrativas, mas sim resultou na pobreza de diálogos homóloga à mudez dos soldados, corroborando uma ideia de modernidade que Walter Benjamin identificara na questão da morte da narrativa autêntica dada através da experiência. Ainda assim, no jogo da literatura, aquilo que é compreendido como não dito quase sempre nos leva a pensar o silêncio, paradoxalmente, como um máximo de concentração da fala. Os espaços em branco no texto

significam que o inaudito pode ser pensado e o leitor é quem tem a capacidade de articular respostas àquilo que não foi verbalizado. Pela intervenção do narrador, como o leitor de *Vidas secas* tem acesso às emoções e problematizações dos personagens, ele pode dar sentido e forma ao que aquelas figuras de papel não conseguiram ou puderam expressar.

Na qualidade de seres traumatizados, Fabiano, sinha Vitória, o menino mais novo e o menino mais velho têm parentesco com os desdobramentos do pensamento crítico-filosófico oriundo do drama dos sobreviventes do Holocausto. A tensão constante entre vida e morte na obra, transparente na descrição da vida precária e desumana a que estão submetidos os retirantes, permite que aproximações (com as devidas vênias acerca da enormidade do trauma vivido pelos judeus e demais alvos do massacre nazista) entre o trauma proveniente da *Shoah* e o vivenciado no sertão nordestino brasileiro possam ser feitas.

Se a metáfora da seca que recorta as existências atravessadas pelo ambiente inóspito, pela natureza dura que torna a vida mísera e povoada de memórias traumáticas é correta e significa uma crítica de Ramos à condição humana, não seriam Fabiano e sinha Vitória humanos demasiadamente humanos, expressões de um mundo da mudez do relato, da morte da narrativa autêntica, a que provém da experiência? Diante de um futuro de incertezas, carregando nos ombros a responsabilidade de aos filhos sustentar e proteger, marcados pelo sol sanguíneo e pelas ásperas viagens sobre o solo rajado do sertão, que palavras poderiam exprimir o grau de desumanização a que estavam expostos? Márcio Seligmann-Silva nos dá alguns exemplos sobre alguns impasses em se retratar as experiências vividas pelos traumatizados da *Shoah* e que podem ser úteis em minha reflexão:

O historiador da *Shoah* fica preso a esse duplo mandamento contraditório: por um lado, a necessidade de escrever sobre esse evento, e, por outro lado, a consciência da impossibilidade de cumprir essa tarefa por falta de um aparato conceitual “à altura” do evento, ou seja, sob o qual ele poderia ser subsumido (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 78).

Talvez, ciente dessa limitação intransponível, que vem a ser a representação do trauma de modo integral, Graciliano Ramos tenha escolhido um narrador dito onisciente, heterodiegético que, não sendo personagem, se comporta como testemunha, alguém que pode ou tenta traduzir a dor do outro como fruto de violências físicas, reais e simbólicas, com o distanciamento necessário para que sua memória e seus sentimentos possam descortinar as camadas de realidade e na quase surrealidade daquelas vidas desperdiçadas em uma busca impossível pela totalidade impossível de ser alcançada. Essa busca é infinita e frustrada, porque jamais completada. Justamente na tentativa de construir um “cercamento em torno dos

sem-palavras”, como Paul Celan bem afirma, em uma citação de Seligmann-Silva (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 97), a obra poética é uma das formas de se tratar dos sobreviventes da Shoah. É com dificuldade e/ou impossibilidade que uma vítima do trauma conta sua vivência literalmente. Faz-se necessário – ao passo que também é incontornável –, ao que parece, algum distanciamento. Para Celan, tal afastamento na representação do trauma é o que pode fazer a arte. Em *Vidas Secas*, vemos que o tipo de narrador escolhido por Ramos configura essa dialética aproximação/afastamento: enquanto manifesta pela terceira pessoa do discurso (muito embora tal definição não seja absoluta e não me parece a menos problemática), simultaneamente somos informados acerca das personagens através da voz narrativa, muito embora sem que elas manejem seus discursos e vocabulários, já que estão de certa forma tuteladas.

Em suma, emudecida pela dor e presa em muitas formas de violência, a família protagonista da narrativa de *Vidas secas* permite que sejam problematizados os efeitos e impactos da violência no ser humano. Sob domínio físico e mental, sem acesso às benesses da modernidade da promessa e reféns de um poder disseminado pelo corpo social, jurídico e cultural que se abrigam sob o rótulo genérico de governo, definir essas vidas precárias sob o manto da animalidade me parece outra forma de produção de violência simbólica, que submete aqueles sujeitos a mais um rebaixamento: a negação de sua humanidade plena.

Tal como Benjamin expôs, a incapacidade da plena fala é um dos frutos das experiências empobrecedoras e traumáticas da modernidade real, como bem apontou Márcio Seligmann-Silva. O silêncio pode ser concebido como um grito de socorro de mentes contidas e corpos subjugados, e sua representação em *Vidas secas* pode significar a máxima concentração da fala. Ou seja, o silêncio é também o momento em que a fala transborda, entretanto, ao invés de produzir mais fala, emudece. Essa economia da mudez estrutura o muito que é dito na narrativa de Ramos.

2.3 *Vidas secas* e precárias

Entendendo a Literatura e a História como campos essenciais do estudo das relações entre homem e sociedade no campo das Ciências Humanas, busco compreender a potência e não a “função” humanizadora dos discursos e seus efeitos dentro e fora dos livros. Em *Vida precária: os poderes do luto e da violência* (2019), Judith Butler levanta a questão da

importância das Humanidades no pensamento contemporâneo. Em capítulo homônimo, a autora inicia sua problematização acerca do atual papel das humanidades em uma conversa em que responde a um interlocutor sobre a utilidade das Ciências Humanas: “Será que as humanidades têm se enfraquecido, com todo o seu relativismo, questionamento e ‘crítica’, ou estariam elas sendo sabotadas por todos aqueles que se opõem a todo esse relativismo, questionamento e ‘crítica’?” (BUTLER, 2019, p. 157-158).

Segundo a autora, uma das explicações para a crise das humanidades é que os discursos produzidos por elas passam por um alto nível de abstração, de forma que “ninguém mais sabe quem está falando, em que voz e com que intenção” (BUTLER, 2019, p. 158). Com isso, as certezas são tão fluidas que fazem com que as Ciências Humanas sejam alvo de seus próprios relativismos. Embora não defenda a necessidade de rastrear os autores para conectá-los a seus respectivos discursos, Judith acha válida uma “estrutura de endereçamento”, ou seja, não descobrir necessariamente de onde vem o discurso, mas reconhecer a quem ele está sendo dirigido. Ainda sobre a conversa a respeito da utilidade das humanidades, a autora acrescenta: “Porque, embora eu não soubesse em qual voz essa pessoa estava falando, e se a voz era sua ou não, senti que ela estava sendo dirigida a mim, e que algo chamado pelo nome de ‘humanidades’ estava sendo ridicularizado de uma forma ou de outra” (BUTLER, 2019, p. 158).

Rastrear a origem do discurso produzido em *Vidas secas* é, no mínimo, tarefa árdua, para não afirmar categoricamente que é impossível. Como dito, narrador e personagens estão discursivamente em uma espécie de simbiose que impossibilita visualizar com clareza o muro que os separa e aproxima. Há um narrador que narra sobre vidas que não é a sua, mas apontar até que ponto a perspectiva dos fatos vem do narrador ou das personagens não é tarefa fácil. No meu caso, e concordando com a perspectiva de Butler, importa saber a quem esse discurso é endereçado. A estrutura de endereçamento, segundo Butler, é pautada em minha necessidade de receber algo e dar uma resposta a esse “Outro” que se dirige a mim. Essa obrigatoriedade ocorre porque há uma “autoridade moral” nas interações interpessoais em que todas as existências estão pautadas. Ou seja, eu existo por conta do endereçamento do outro e o outro existe pelo meu endereçamento:

A estrutura de endereçamento é importante para entendermos como a autoridade moral é introduzida e sustentada, se aceitarmos não apenas que nos endereçamos a outros quando falamos, mas que de alguma forma chegamos a existir, por assim dizer, no momento em que estamos sendo endereçados, e algo sobre nossa existência se mostra precário quando esse endereçamento falha. Mais enfaticamente, no entanto, o que nos vincula moralmente tem a ver com a forma como somos

endereçados pelos outros de maneiras que não podemos evitar ou prevenir; esse impacto pelo endereçamento do outro nos constitui primeiramente contra a nossa vontade ou, talvez, antes da nossa vontade (BUTLER, 2019, p. 158-159).

Se o endereçamento do outro é o que me torna existente, quando sou ignorado pelo outro, existo para minha sociedade? As pequenas histórias, aquelas que não são endereçadas através dos discursos hegemônicos, têm direito à existência? Ao que me parece, os aliados do discurso histórico oficial são colocados em lugar de não existência, excluídos de uma memória coletiva, embora a memória coletiva só exista por conta da soma das memórias desses vários e por vezes quase desconhecidos sujeitos. Quanto a isso, Maurice Halbwachs (1990, p. 34) pergunta: “a memória individual enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças?”. O sociólogo discorda e diz que “se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava” (HALBWACHS, 1990, p. 24). Por isso, para Halbwachs, não basta que tragam seus depoimentos para que nossa memória se auxilie com a memória dos outros, é preciso “que essa reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 24), e por isso uma memória coletiva que não compreende a perspectiva de um em relação à dos demais é fadada ao desaparecimento e não correm esse risco somente os subalternizados, mas a própria história pode sofrer com esse desaparecimento.

Os viventes de *Vidas secas* não são *sujeitos* plenos, dado que não exercem papel ativo nos processos da vivência coletiva. Entre a produção de Graciliano Ramos e a teorização de Judith Butler, sugiro que se questione: quantos são os Fabianos e as sinhas Vitória que existiram e existem sem terem suas vidas incluídas na série social dos que importam? Falta-lhes o endereçamento necessário para vinculá-los ao “Outro” e torná-los visíveis. Acredito que a literatura é, para os grupos subalternizados, um espaço essencial de inserção na memória coletiva de uma sociedade, ainda que ficcionalizada. Afinal, a própria existência como sujeitos de papel já é uma forma de endereçamento. No caso de Ramos, percebe-se a sensibilidade de narrar o drama de sujeitos precários e sem endereçamento de que trata Butler ao dizer que “algo sobre nossa existência se mostra precário quando esse endereçamento falha” (BUTLER, 2019, 159). Exemplo em *Vidas secas* são as crianças da obra. São sujeitos inominados, sem identidade ou pertencimento, se entendermos sua situação a partir de um ideal moderno emancipatório, que é o que o narrador e os pais dos meninos almejam para a

família. Algo falha em suas existências: pouco sabemos dos dois filhos de Fabiano e sinha Vitória.

Voltando a Butler, a pensadora diz que o endereçamento é uma obrigatoriedade moral imposta ao ser endereçado e aponta os conflitos dessa lógica a partir da figura dos governantes. Ao pensar o papel político de uma autoridade, há uma postura esperada dos que ocupam cargos de relevância. É o caso dos presidentes dos países. Esperamos reconhecer os endereçamentos por eles produzidos; no entanto, Butler via em George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos na época em que escreveu seu ensaio, um desequilíbrio nos endereçamentos:

Por que será, por exemplo, que o Iraque é chamado de ameaça à segurança do ‘mundo civilizado’ enquanto os mísseis lançados pela Coreia do Norte e até mesmo a tentativa de sequestro de reféns em barcos dos Estados Unidos são chamados de ‘questões regionais’? (BUTLER, 2019, p. 159).

Getúlio Vargas, presidente do Brasil à época da publicação de *Vidas secas*, também produziu endereçamentos problemáticos dada a autoridade moral que representava para a sociedade. O que ele endereçou aos sujeitos do centro-sul do país em muito se difere do que foi endereçado aos nordestinos e nortistas, como já dito. Uma vez reconhecidas as disparidades nas formas de endereçamentos, Butler propõe uma reflexão sobre a relação entre “modos de endereçamento” e a “autoridade moral”. Ela evoca os escritos de Emmanuel Lévinas, mais especificamente o conceito de “rostos”. O “rostos” levinasiano não é parte do corpo humano ou seu semblante. Trata-se de uma representação que pode servir a qualquer parte do corpo. O que vai definir o “rostos” não é sua composição biológica, mas sua demanda moral, a qual não é traduzível linguisticamente. O “rostos” é a origem do endereçamento de reivindicações morais que o “Outro” faz a nós sem que possamos recusar. Butler define a construção de Lévinas como “uma possível ética judaica da não violência” (BUTLER, 2019, p. 160). Nas palavras de Lévinas, citadas por Butler:

A abordagem do rostos é o modo mais básico de responsabilidade [...] O rostos não está diante de mim (*en face de moi*), mas acima de mim; é o outro antes da morte, olhando através da e explorando a morte. Em segundo lugar, o rostos é o outro que me pede para não deixá-lo morrer sozinho, como se fazer isso fosse se tornar um cúmplice de morte. Assim o rostos me diz: você não matará. Na relação com o rostos, sou exposto como um usurpador do lugar do outro. O célebre “direito à existência” que Spinoza chamou de *conatus essendi* e definiu como o princípio básico de toda a inteligibilidade é desafiado pela relação com o rostos. Assim, o meu dever de responder ao outro suspende o meu direito natural à autossobrevivência, *le droit vitale*. Minha relação ética de amor pelo outro decorre do fato de que o eu não consegue sobreviver sozinho, não consegue encontrar sentido dentro de seu próprio

ser-no-mundo [...] Expor-se à vulnerabilidade do rosto é colocar meu direito ontológico à existência em questão. Na ética, o direito de existir do outro tem primazia sobre o meu, uma primazia sintetizada no édito ético: você não matará, não colocará em risco a vida do outro (LEVINAS, *apud* BUTLER, 2019, p. 160-161).

Assim admitido, o “rosto” é um pedido de socorro ou, no mínimo, de companhia em face da morte. Eticamente, somos impelidos a sobrepor as necessidades do outro às nossas. Se assim não for, seremos usurpadores do direito à vida do outro, mesmo que isso custe o direito à nossa vida. Lévinas entende que “o amor pelo outro” deve ser maior do que o amor por mim. Ainda nas palavras de Lévinas citadas por Butler, o rosto é

[...] o que não se pode matar, ou pelo menos é aquilo cujo significado consiste em dizer: ‘não matarás’. O assassinato, é verdade, é um fato banal: pode-se matar o Outro; a exigência ética não é uma necessidade ontológica [...] Ela também aparece nas Escrituras, nas quais a humanidade do homem é exposta na medida em que está envolvida no mundo (BUTLER, 2019, p. 161).

Ou seja, o rosto não é um impeditivo ontológico ao assassinato, mas é uma proibição ética de tal ato contra o “Outro”.

Uma última citação para definir o conceito levinasiano de “rosto”, dessa vez nas palavras de Butler:

Assim podemos ver que o “rosto” parece ser constituído de uma série de deslocamentos, de tal forma que um rosto é representado como as costas que, por sua vez, são representadas como uma cena de vocalização agonizante. E embora existam vários nomes aqui dispostos em sequência, eles resultam em uma aparência daquilo que não pode ser nomeado, um enunciado que não é, estritamente falando, linguístico. Assim, o rosto, o nome para rosto e as palavras pelas quais devemos entender seu significado – “Não matarás” – não transmitem exatamente o significado do rosto, já que no final das contas, aparentemente, é precisamente a vocalização sem palavras do sofrimento que marca aqui os limites da tradução linguística. O rosto, se quisermos usar palavras para encontrar um significado para ele, será aquilo para o qual nenhuma palavra realmente funciona; o rosto parece ser uma espécie de som, o som da linguagem esvaziando seu sentido, o substrato sonoro da vocalização que precede e limita o recebimento de qualquer sentido semântico (BUTLER, 2019, p. 163).

O “rosto”, assim, é o extremo do sofrimento humano, o indizível. Junto ao que pontuou Walter Benjamin, creio que os soldados que retornaram da Primeira Guerra Mundial são sujeitos que endereçaram, a partir do “rosto”, um pedido agonizante e mudo de socorro. Na obra *Vidas secas*, o “rosto” está presente em muitos momentos. Destaco o que identifico como sendo sua primeira aparição: enquanto caminham moribundos sob o sol quente, o menino mais velho desaba de cansaço e não mais consegue andar. Seu pai se irrita e até cogita abandoná-lo à morte, mas não o faz:

Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a idéia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. Sinha Vitória estirou o beijo indicando vagamente uma direção e afirmou com alguns sons guturais que estavam perto. Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acorou-se, pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados no estômago, frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato. Entregou a espingarda a Sinha Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinha Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis (RAMOS, 2013, p. 10-11).

A criança não consegue dizer algo que faça seu pai mudar de ideia, mas o “rosto” que ela apresenta é o de alguém que clama para não ser abandonada à própria sorte. Mais do que isso, seu “rosto” clama por ajuda para que não morra. Fabiano, inicialmente, tem o impulso de abandoná-lo, uma espécie de assassinato terceirizado, se assim posso denominar o ato; contudo, diante da fragilidade do “Outro”, Fabiano não resiste ao apelo e toma seu filho, o “anjinho”, nos braços para carregá-lo. Sobre a reação, pela morte ou pela salvação, Butler escreve:

Por que a precariedade do Outro produziria em mim uma tentação de matar? Ou por que ela produziria a tentação de matar *ao mesmo tempo* que produz um pedido de paz? Existe alguma coisa sobre minha percepção da precariedade do Outro que me faz querer matar esse Outro? É a simples vulnerabilidade do Outro que se metamorfoseia em tentação assassina para mim? Se o Outro, o rosto do Outro, que afinal carrega o significado dessa precariedade, ao mesmo tempo me instiga a assassinar e me proíbe de fazê-lo, então o rosto opera para produzir um conflito em mim e firma esse conflito no coração da ética (BUTLER, 2019, p.164).

Fabiano conseguiu enxergar a precariedade de seu filho mais velho e, diante dela, sentiu impulsos que foram do abandono à compaixão. Estar diante do “rosto”, segundo Butler e Lévinas, é ouvir o apelo sem palavras do “Outro”. Sendo o mais fraco, o “Outro” é uma potencial vítima de violência, uma vez que não terá condições de reagir; contudo, quem realmente enxerga o Outro se verá impedido de infringir violência, pois o desejo de ajudar será maior. Entender o “rosto” do “Outro” é enxergar a precariedade da vida. Nas palavras de Lévinas, “o rosto do outro, em sua precariedade e desamparo, é para mim ao mesmo tempo a tentação de matar e o apelo à paz, o ‘você não deve matar’” (LÉVINAS, *apud* BUTLER, 2019, p.164).

Cabe, neste ponto, dizer que nem sempre o “Outro” será alguém abaixo em alguma hierarquia social, como o filho mais velho em relação ao seu pai, na hierarquia familiar. “Outro” é aquele que precisa de empatia. E se o outro é alguém a quem devo socorro, mesmo que isso custe a minha vida, é necessário identificá-lo. Todos ao meu redor são pessoas por quem devo zelar? Butler levanta essa discussão, apontando para uma situação hipotética:

De fato, posso decidir *não* invocar o meu próprio desejo de preservar minha vida como justificativa para a violência, mas e se a violência for cometida contra alguém que amo? E se houver um Outro que cometa violência contra um Outro? Para qual Outro respondo eticamente? Quais Outros devo colocar antes de mim mesma? Ou devo ficar, então, de prontidão? Derrida afirma que tentar responder a todos os Outros só pode resultar em uma situação de irresponsabilidade social. E os espinosistas, os nietzschianos, os utilitaristas e os freudianos perguntam: “Posso invocar o imperativo de preservar a vida *do Outro*, mesmo que não possa invocar esse direito de autopreservação para mim mesmo?” (BUTLER, 2019, p. 170).

Para a pergunta *Quem é o meu Outro?* não há uma resposta taxativa em Lévinas; já na narrativa de Ramos identifico um limite para definir quem é e quem não é o “Outro”. Examinemos mais duas situações que identifico em *Vidas secas*, com Fabiano à frente de um “rosto”. Na cena em que Fabiano encontra o soldado amarelo perdido no mato, ao final do dia, passagem já bem explorada nesta dissertação, há novamente um “rosto” que, mudo, pede socorro. Como dito, Fabiano poderia matar o soldado, pois tinha condições e motivação para isso. Apesar do desejo de matar, Fabiano repensa sua atitude, observa a fragilidade do policial, analisa sua própria condição e decide deixá-lo ir. No retorno para casa, enquanto abria passagem por entre o mato com seu facão, Fabiano quase acerta o soldado. A decisão de acertá-lo propositalmente ou não é o conflito que se dá:

O soldado, magrinho, enfezadinho, tremia. E Fabiano tinha vontade de levantar o facão de novo. Tinha vontade, mas os músculos afrouxavam. Realmente não quisera matar um cristão: procedera com quando, a montar brabo, evitava galhos e espinhos. Ignorava os movimentos que fazia na sela. Alguma coisa o empurrava para a direita ou para a esquerda. Era essa coisa que ia partindo a cabeça do amarelo. Se ela tivesse demorado um minuto, Fabiano seria um cabra valente. Não demorara. A certeza do perigo surgira - e ele estava indeciso, de olho arregalado, respirando com dificuldade, um espanto verdadeiro no rosto barbudo coberto de suor, o cabo do facão mal seguro entre os dois dedos úmidos (RAMOS, 2013, p. 103).

Hierarquicamente, o soldado se posiciona acima de Fabiano no direito ao uso da força. Contudo, na situação narrada, o soldado é o “Outro” de Fabiano. Um “conflito no coração da ética” (BUTLER, 2019, p.164), de que fala Butler, ocorre em Fabiano: desejo de assassinar e ímpeto por socorrer. Fabiano responde ao apelo do “rosto” e indica ao soldado o caminho de retorno à cidade. Fabiano viveu o que Lévinas chama de “ansiedade” por matar. A ansiedade gerada por uma dupla motivação, pautada pelo medo de sofrer violência e pelo medo de ter que realizar a violência sobre o “Outro”. Nas palavras de Butler:

Existe o medo em nome da sobrevivência própria, e há a ansiedade em ferir o Outro, e esses impulsos estão em guerra um contra o outro, com irmãos brigando. Mas eles estão em guerra um contra o outro justamente para não estarem em guerra com outros impulsos, e esse parece ser o objetivo. Pois a não violência que Lévinas parece promover não vem de um lugar pacífico, mas sim de uma tensão constante

entre o medo de sofrer violência e o medo de infligir violência. (BUTLER, 2019, p. 167).

Diferentemente do modo como Fabiano vê e trata o soldado diante da precariedade de sua situação, a cachorra Baleia não é entendida na obra como um “Outro” de Fabiano. Quando acometida de hidrofobia, Baleia passa de parte da família a risco de saúde para todos. Pensando nisso, Fabiano protege seus verdadeiros “Outros” – filhos e esposa – ao matar Baleia.

Por isso Fabiano imaginara que ela estivesse com um princípio de hidrofobia e amarrara-lhe no pescoço um rosário de sabugos de milho queimados. Mas Baleia, sempre de mal a pior, roçava-se nas estacas do curral ou metia-se no mato, impaciente, enxotava os mosquitos sacudindo as orelhas murchas, agitando a cauda pelada e curta, grossa na base, cheia de moscas, semelhante a uma cauda de cascavel.

Então Fabiano resolveu matá-la. Foi buscar a espingarda de pederneira, lixou-a, limpou-a com o saca-trapo e fez tenção de carregá-la bem para a cachorra não sofrer muito.

Sinha Vitória fechou-se na camarinha, rebocando os meninos assustados, que adivinhavam desgraça e não se cansavam de repetir a mesma pergunta:

– Vão bulir com a Baleia?

Tinham visto o chumbeiro e o polvarinho, os modos de Fabiano afligiam-nos, davam-lhes a suspeita de que Baleia corria perigo.

Ela era como uma pessoa da família: brincavam juntos os três, para bem dizer não se diferenciavam, reboavam na areia do rio e no estrume fofo que ia subindo, ameaçava cobrir o chiqueiro das cabras. (RAMOS, 2013, p. 85; 86 [grifo meu]).

Este é um limite na narrativa de Graciliano para quem tem direito a ser o “Outro”. Acredito que a mesma lógica criticada por Jacques Derrida (e aqui já desenvolvida anteriormente) em *O animal que logo sou* (2002) é o que rege as atitudes de Fabiano no episódio de execução da cadela: o animal é passível de ser morto; os filhos e a esposa não. Por isso, Baleia deve morrer, mesmo que isso contrarie os sentimentos de afeto que toda a casa tem por ela – “Ela era como uma pessoa da família” (trecho em destaque da citação supramencionada de *Vidas secas*). O animal é o “Outro” cujo rosto não se faz visível ou importante (é uma vida que não importa), por isso o direito de matá-lo. Atualmente, o debate sobre os direitos à vida dos animais tem sido uma pauta proeminente. É provável que esse olhar a que Derrida se opõe e que justifica, em minha leitura, a morte de Baleia, seja uma questão urgente em futuro próximo.

Voltando ao conceito levinasiano de “rosto”, o cerne de sua concepção é sua relação intrínseca com o discurso, dado que o “rosto” fala ao buscar a não violência. Há nuances para a identificação de quem é o “Outro”, quem devo acolher, afinal, só pode ser o meu “Outro” aquele que escuto com atenção e busco compreender seu discurso. Sobre essa ligação do discurso ao “rosto”, Lévinas disse: “O rosto fala, é nesse ato que possibilita e começa todo e

qualquer discurso” (LÉVINAS, *apud* BUTLER, 2019, p. 168). Ou seja, discurso e “rostos” não só se relacionam, mais do que isso: a origem dos discursos é o “rostos” e o modo como o “Outro” nos endereça. Não é possível determinar como o endereçamento será feito a nós, por isso trata-se de uma relação violenta: não existimos fora do endereçamento do “Outro” e não escolhemos como seremos endereçados. Nessa perspectiva, Butler aponta para as interdependências entre “endereçamento” e “linguagem”:

Em um sentido simples, e talvez não exatamente como pretendia Lévinas, primeiro alguém fala conosco, um Outro se endereça a nós, antes de entrarmos na linguagem. Podemos concluir ainda que é apenas sob a condição de sermos endereçados que somos capazes de fazer uso da linguagem. É nesse sentido que o Outro é a condição do discurso. **Se o Outro é obliterado, a linguagem também o é, já que esta não pode sobreviver fora das condições de endereçamento** (BUTLER, 2019, p. 169, grifos meus).

Segundo o *Dicionário Aurélio*, “obliterar” significa: “1 Fazer desaparecer aos poucos; apagar. 2 Suprimir, eliminar. 3 Fazer esquecer. 4 Obstruir, tapar. 5 Apagar-se, extinguir-se.” (AURÉLIO, 2008, p. 356). Nesse prisma, quando analisada a obra *Vidas secas*, vemos que por um tempo longo – e não descrito no tempo presente da narrativa – a família retirante esteve em completa solidão e em busca da sobrevivência, obliterada do “Outro” e, conseqüentemente, da “linguagem” que ronda o universo dos “Outros”. Tornaram-se sujeitos sem existência plena para o corpo social. Após chegarem à fazenda, retornaram ao convívio com o “Outro”. Perceber o tipo de “endereçamento” que chega a Fabiano e família do meio social reforça, com base nas palavras de Butler, a leitura da obra de Ramos como reflexão sobre o apagamento desses sujeitos. Não há compaixão nem ética no padrão de Fabiano e no soldado amarelo, de modo que, ao olharem para o “rostos” da família, não se solidarizam com seu pedido de socorro. Em lugar disso, há neles desprezo pelo outro:

A condição do discurso não é a mesma daquilo que é dito ou, na verdade, daquilo que é dizível. Para Lévinas, a conjuntura do discurso consiste no fato de que a linguagem chega como uma mensagem que não queremos, e pela qual somos, em um sentido original, capturados, se não, nos termos de Lévinas, mantidos reféns. Então, já existe certa violência em ser endereçado, receber um nome, estar sujeito a um conjunto de imposições, compelido a responder a uma rigorosa alteridade. Ninguém controla os termos pelos quais somos endereçados, pelo menos não da maneira mais fundamental. Ser endereçado é, desde o início, uma privação da vontade, e essa privação existe como base da condição do discurso (BUTLER, 2019, p. 169).

Para Butler, Lévinas mostra que o meio discursivo é por si só um processo violento. Nisso, Butler se aproxima de Roland Barthes, quando afirma que a língua é “fascista, pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1989, p. 14), frase já

anteriormente citada. Quando inseridos no discurso, somos impelidos à violência dos endereçamentos, porém, excluídos do discurso, somos invisíveis. Trata-se de labirinto sem saída; então, é necessário entendermos como essas violências ocorrem.

Dando continuidade à problematização sobre a utilidade das Ciências Humanas, Butler vincula o conceito de “rostos” de Lévinas ao contemporâneo. Segundo ela, é próprio que se pense o rosto levinasiano como base para duas reflexões: 1) o que é e como tem sido feita a representação midiática de sujeitos precarizados frente à sua humanização e desumanização? E 2) como violência e ética estão (não) relacionadas nessa forma de produção midiática? Cabe aqui uma ressalva: o enquadramento a que Butler se refere em sua análise são as imagens produzidas pela grande mídia. Eu estabeleço um paralelo ao raciocínio da autora, tendo a História maiúscula como a forma de representação a ser problematizada. Como dito, a História é um discurso com vias ao registro dos vencedores, enquanto a história minúscula que Walter Benjamin defende encontra no historiador uma espécie de cronista dos pequenos e grandes fatos. Buscarei apontar, apoiada em Butler, como a representação histórica cria humanização e desumanização, mediante uma violência simbólica.

Butler problematiza a representação midiática como um vetor de humanização para uns e desumanização para outros. Essa escolha, entendo, não é aleatória. Os desumanizados são pessoas a quem interessa tratar como subalternos, ao passo que aquele que elabora o discurso dominante constrói sobre si uma representação humanizada. Butler exemplifica com as representações dos Estados Unidos acerca de governantes do Oriente Médio contrários à política americana:

O que foi feito com esses rostos na mídia? Eles estão sendo enquadrados, certamente, mas eles também estão se enquadrando em tal moldura. E esse resultado é **invariavelmente tendencioso**. Esses retratos da mídia são muitas vezes manejados a serviço da guerra, como se o rosto de Bin Laden fosse o próprio rosto do terror, como se Arafat fosse o rosto da mentira, como se o rosto de Hussein fosse o rosto da tirania contemporânea. E então há o rosto de Colin Powell⁷, enquadrado e divulgado, sentado em frente à tela encoberta de *Guernica* de Picasso: um rosto que está em primeiro plano, poderíamos dizer, contra um pano de fundo de ocultação (BUTLER, 2019, p. 172, grifos meus).

A representação midiática para Butler é algo “invariavelmente tendencioso”. Não poderia ser diferente, se pensarmos que há um sujeito por detrás do discurso e o que diz representa sua perspectiva sobre o objeto alvo. Assim como o historiador, o fotógrafo é alguém atravessado por intenções que modulam sua forma de fixar a realidade. Na obra literária, há um outro ente um ente que expressa as possibilidades múltiplas das relações entre

⁷ Ex-secretário de Estado dos EUA.

língua/linguagem: o narrador. O narrador é parcial em sua forma de representar o real. Sua representação, seja qual for o suporte, é plena de argumentatividade. Quanto ao historiador e ao fotógrafo midiáticos, porém, há o agravante de seus discursos serem permeados pelo senso comum e traduzidos como Verdade. Com isso, aquilo que escolhem mostrar, o modo de mostrar e, principalmente, o que não mostram têm impacto direto sobre os sujeitos e os discursos sociais, transformando as formas de compreensão do real em petrificação do mesmo. A esse respeito, Butler menciona as fotos de mulheres sem burcas, as quais foram usadas pelos EUA como ícone da liberdade feminina, a despeito do sofrimento gerado pela guerra (que retirou da burca “algumas” mulheres):

De acordo com as fotos triunfalistas que dominaram a primeira página do *New York Time*, essas jovens mulheres exibiram seus rostos como um ato de libertação, de gratidão aos militares dos Estados Unidos, e como expressão de um prazer que se tornara um súbito arroubamento permissível. O espectador norte-americano estava pronto, por assim dizer, para ver o rosto, e foi em direção à câmera, e para a câmera, enfim, o rosto finalmente se desnudou, se transformou, em um lampejo, em um símbolo eficazmente exportado do progresso cultural norte-americano. Esse rosto nos foi desnudado naquele momento e estávamos, por assim dizer, de posse dele; nossas câmeras não apenas o capturaram, mas também providenciamos para que tal rosto capturasse nosso triunfo e agisse como a razão de nossa violência, da incursão contra a soberania, da morte de civis. Onde está a perda nesse rosto? E onde está o sofrimento por causa da guerra? De fato, parece que o rosto fotografado escondeu ou deslocou o rosto no sentido levinasiano, uma vez que não vimos ou ouvimos nenhuma vocalização de luto ou agonia nele, nenhum entendimento sobre a precariedade da vida (BUTLER, 2019, p. 173).

A grande mídia mostrou o triunfo e a liberdade que esconderam o “rosto” no sentido levinasiano, dado que não mostraram os corpos mortos na guerra, assim como os familiares enlutados ou as cidades destruídas. O enquadramento dado ao que se decidiu mostrar é pautado pela empatia pelo dominador, como defende Walter Benjamin. Aos EUA, couberam a foto em primeiro plano do então Secretário de Estado e o papel de libertadores de mulheres oprimidas. Já aos que se opuseram, coube a personificação do mal e da violência. Por isso Butler ressalva: “O mais importante, porém, é que parece que precisamos nos perguntar quais cenas de dor e sofrimento tais imagens cobrem e desrealizam” (BUTLER, 2019, p. 174). A desrealização é a fenda aberta no imaginário social que visa a legitimar a violência oficial sobre os que não têm direito ao luto, como o assassinato de Bin Laden, no exemplo de Butler.

Importa pensar quem produz o registro e quem controla os discursos. Como Butler aponta, aquele que enquadra não está apenas interessado em mostrar o real, há também o interesse de se colocar acima desse alguém/algo. Por isso, a autora diz que o rosto capturado na fotografia da mídia norte-americana em questão é também o que deveria se reconhecer

como sujeito do “triunfo” de quem o registra. É possível identificarmos no registro os perfis daqueles que o constroem.

Em *Vidas secas*, identificamos o narrador como alguém alheio à realidade que registra, um sujeito intelectualizado que não pode se posicionar totalmente em acordo com a perspectiva dos personagens. Como já problematizei, o narrador deixa pontos de discordância ou, no mínimo, de dúvidas quanto ao que os personagens refletem. Enquanto leitores, somos apresentados a um sujeito que se mostra, intencionalmente, como de fora do contexto que narra. O narrador se apresenta como quem sabe até mais da realidade da família do que a própria: “Agora Fabiano examina o céu, a barra que tingia o nascente, e não queria convencer-se da realidade” (RAMOS, 2013, p. 119). Quando os retirantes são novamente obrigados a deixar a fazenda, a voz que narra afirma que Fabiano não queria render-se aos fatos. Fabiano está em um nível de percepção da própria vida abaixo do narrador, que é quem nos conta essa história mediante suas convicções sobre si e sobre os outros que ele traduz/intermedia.

A perspectiva dos acontecimentos é a de quem domina o registro. A escolha de não acentuar “pequenas histórias”, para usar a expressão de Walter Benjamin, nos discursos oficiais tem uma função política. A ocultação da dor e das mortes de civis na guerra travada pelos EUA tem uma função política. A pouca ênfase do discurso histórico oficial sobre a seca que assolou o Brasil em 1930 tinha uma face política. Uma população não informada sobre o governo que a rege é maleável aos mandos e desmandos de dirigentes autoritários. Graciliano Ramos, preso durante a ditadura Vargas, tinha consciência do poder corrosivo da desinformação. Ele e outros autores empenharam-se em escrever sobre os subalternos. Entretenimento para uns, informação para outros, cabe ao leitor decidir sobre o que fazer com a literatura. A especificidade do texto literário não está em ser útil ou inútil. A literatura, sendo uma instituição, em seu discurso pode desafiar a institucionalidade, como no caso da censura durante o regime militar. Ramos falava de um Brasil desconhecido para muitos brasileiros. Como leitora, estou entre os que tomaram conhecimento daquele período crítico vivido pelo Brasil a partir da literatura. Foi pesquisando *Vidas secas* que me deparei com os “campos de concentração” brasileiros. Segundo a reportagem “Antigo campo de concentração de retirantes no Ceará é tombado”⁸, do *Jornal Nacional*, em 1932 havia locais em que as pessoas que fugiam da seca eram confinadas para evitar que outros soubessem das situações de miséria que ocorriam nos sertões:

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/05/antigo-campo-de-concentracao-de-retirantes-no-ceara-e-tombado.ghtml>.

Visitar o velho casarão do início do século passado enche a dona Alzira de lembranças. Ela foi levada para lá pela primeira vez quando tinha 11 anos para ouvir do pai o que ele viu e viveu quando morou neste lugar.

“Era um lugar de terror porque não tinha uma coisa para oferecer para ninguém. Era doença, morte, choro, miséria e fome mesmo”, conta a aposentada.

Era a seca de 1932, uma das piores do Ceará. Na zona rural de Senador Pompeu, no sertão central do estado, funcionou um campo de concentração de retirantes da seca, gente que tentava fugir da fome e da sede provocadas pela grave estiagem.

No Ceará existiram sete campos de concentração de retirantes da seca, dois em Fortaleza e os outros espalhados por diferentes regiões do estado. Em todos eles, uma característica em comum: ficavam perto de estações ferroviárias como a que existiu em um prédio em Senador Pompeu.

Segundo os historiadores, a intenção era confinar homens, mulheres e crianças logo que eles desembarcassem do trem. Assim, os retirantes eram impedidos de chegar à capital. Quem entrava no campo, não podia sair.

“O governo tinha sim uma guarda que impedia que essas pessoas fugissem, porque de maneira nenhuma elas poderiam sair para chegar à capital nem sequer contar os horrores que elas vivenciavam nesses campos de concentração”, contou a historiadora Ruth Martins.

Importava ao governo que o restante da população não soubesse desses sujeitos confinados nem de seu pedido de ajuda ao estado, que abandonou seu papel maior. Mais do que abandoná-las, as autoridades vigentes buscaram o apagamento dessas vidas e de suas mortes. O intuito de confiná-las em lugares próximos às rodovias era de não as endereçar (no sentido levinasiano do termo “endereçar”) via discurso histórico oficial. Ou seja, não sendo conhecidas, seriam inexistentes e não haveria como comprovar a omissão do Estado no socorro humanitário. Graciliano Ramos era um indivíduo consciente dos problemas de seu tempo. Leitor ativo das pautas sociais, envolveu-se na política, ocupou cargos públicos, difundiu suas ideias em jornais e nas discussões político-ideológicas de seu tempo. Após ser acusado de militante comunista e preso em 1936, durante o Estado Novo, escreveu *Vidas secas*, publicado dois anos depois. Acredito em paralelos entre os acontecimentos na vida do autor e a situação nacional. Ramos esteve ciente da omissão do Estado na assistência aos retirantes e às vítimas da seca. Sua obra, defendo, é também literatura engajada.

O momento histórico documentado pelo *Jornal Nacional* aponta para a importância de historiadores e jornalistas empáticos e aliados aos subalternizados. Embora não sejam as vozes toantes na sociedade, os que se alinham empaticamente aos dominados são motores da disseminação de uma história nacional mais plural. Em contrapartida, a literatura também ocupa um lugar específico como discurso de relevo, o que busquei apontar na obra de Ramos: há, na literatura, vozes que ecoam o discurso dos “vencedores da história”, como já problematizado. Contudo, *Vidas secas* não faz parte dessa literatura de vencedores e, por isso defendo a obra como *locus* de existência/resistência para os invisibilizados da História.

Uma vez reconhecidas as teses de Butler sobre a violência do endereçamento – a ética tacanha dos que registram o outro como desumano para impor sua dominação; a função política do controle do imaginário e dos discursos – sua reflexão se encaminha para o que chamou de “paradigma de humano” (BUTLER, 2019, p. 173). Butler investiga o que define a humanidade na lógica dominante. Diferente do que se imagina, o “paradigma” de que a autora fala não é aquilo que um sujeito “deve ser” para possuir humanidade, mas sim o que causa sua “desidentificação” em quem o define como não humano:

Embora seja tentador pensar que as próprias imagens estabelecem a norma visual para o humano, uma que deva ser emulada ou encarnada, isso seria um erro, já que no caso de Bin Laden ou Saddam Hussein, o paradigma do humano é entendido como fora desse quadro; esse é o rosto humano em sua deformidade e extremidade, não é aquele com o qual você é convidado a identificar-se. De fato, a desidentificação é incitada pela absorção hiperbólica do mal no próprio rosto, nos olhos. E se vamos nos compreender como interpelados por esse enquadramento de alguma forma, é precisamente como o espectador não representado, aquele que olha, aquele que não é capturado por imagem alguma, mas cuja responsabilidade é capturar e subjugar, se não eviscerar tal imagem (BUTLER, 2019, p. 173-174).

É exatamente essa a relação dos leitores de *Vidas secas* com os personagens da obra. Não lemos Fabiano e família como sujeitos iguais do ponto de vista do uso da linguagem. Nós acreditamos falar e ler com mais habilidade do que eles e assim caímos na armadilha de ler aqueles sujeitos sob o ponto de vista de uma suposta subalternidade linguística. Construimos, *a priori*, uma relação de diferença e não de identificação, o que pode ser observado na maneira como o narrador se aproxima e se distancia do narrado. A construção estética da obra parece ter sido pensada para esse fim. Penso que, na literatura, o papel da estranheza difere da estranheza gerada pelos discursos jornalísticos ou históricos, por exemplo. Não há na literatura chaves-mestras de leitura: ela requer desconfiança, especialmente quanto ao narrador. Podemos questionar se o que é dito pelo narrador, de fato, é o que acontece na narrativa. Ramos explorou essa potência discursiva ao ficcionalizar subalternizados a partir de um outro de fora da subalternidade que investiga. A postura de Graciliano, a meu ver, se assemelha ao que Butler chama de “paradigma de humano”: o “rosto” humano é esvaziado de representatividade. Por isso, é possível somente dizer do não humano: “Para que a representação possa transmitir o humano, então, ela deve não apenas falhar, mas *mostrar* sua falha. Há algo de irrepresentável que, no entanto, procuramos representar, e esse paradoxo deve ser mantido na representação que produzimos” (BUTLER, 2019, p. 175 [grifo da autora]). Ramos aponta “as falhas” ao tratar de vidas secas a partir de uma visão quase alheia a elas.

Sobre “irrepresentabilidade” do “rosto” humano, Butler afirma:

Em primeiro lugar, há a visão levinasiana segundo a qual existe um “rosto” que rosto algum pode exaurir completamente, entendido como o sofrimento humano, como o grito do sofrimento humano, aquele que não consegue alcançar uma representação direta. [...] Estritamente falando, então, o rosto não representa nada, no sentido em que ele falha em capturar e transmitir aquilo a que se refere. [...] Nesse sentido, o humano não é identificado com o irrepresentável; ele é, ao contrário, aquilo que limita o sucesso de qualquer prática representacional (BUTLER, 2019, p. 174-175).

Dessa forma, Butler, apoiada em Lévinas, afirma ser impossível representar o “rosto” humano, pois o “rosto” é o indizível da dor e da precariedade, o que creio assemelhar-se ao que Marcio Seligmann-Silva diz sobre o registro dos sobreviventes da *Shoah*, retomando parte do debate estabelecido no capítulo anterior. A arte é esse lugar das “falhas” na representação literal do sofrimento humano. Esse, defendendo, é um dos lugares ocupados pela literatura.

Há uma representação que foge da perspectiva exploratória. Para uma representação crítica do humano, há que se expor as falhas nessa representação. Um exercício consciente de retrato do “rosto” humano é feito tendo como “alicerce de execução”, se assim posso chamar, a exposição da sua limitação inerente. A precariedade que o “rosto” expressa, em um discurso sem palavras, não é da ordem do representável. Representar o “rosto” é, em uma metáfora visual, levantar uma grande placa com a palavra “irrepresentabilidade” gravada, porque isso é o que qualifica o “rosto”: seu caráter indizível.

Butler diz que a representação do humano pelas grandes mídias é tendenciosa porque busca desumanizar os alvos da dominação política, ao passo que são humanizados os que estão no topo da cadeia de poder. Humanização e desumanização, então, são ferramentas políticas. A justificativa para a violência é a não identificação com o outro desumanizado por um conjunto de representações:

Aquele rosto lá, no entanto, aquele cujo significado é retratado como sendo capturado pelo mal, é precisamente aquele que não é humano, ao menos não no sentido levinasiano. O ‘eu’ que vê esse rosto não se identifica com ele: o rosto representa aquilo para o qual nenhuma identificação é possível, um feito de desumanização e uma condição para a violência (BUTLER, 2019, p. 176).

Quando um rosto é criado a partir de uma representação desumana, oposto ao conceito de Lévinas, torna-se um alvo admissível da violência para a lógica de dominação do outro. Importa pensar a perda social que a omissão do “rosto” provoca. Se o “rosto” é a precariedade da vida agonizando em extremo, endereçando-nos um apelo por ajuda, minimizar a

subalternização de grupos é impedir que chegue ajuda a eles. Ao camuflar a realidade do Nordeste da década de 1930, os governantes não só negaram ajuda, como também impediram que terceiros se movimentassem nessa direção. Sobre isso, Butler afirma que a “comoção” é um instrumento ético de indignação frente à precariedade do “Outro”:

Na Guerra do Vietnã, foram as fotos das crianças queimando e morrendo por causa do napalm que levaram o público dos Estados Unidos a uma sensação de choque, indignação, remorso e luto. [...] Muitos cidadãos norte-americanos vieram a desenvolver um consenso importante e vital contra a guerra a partir dessa apreensão acerca da precariedade daquelas vidas que destruimos. Mas se essa mensagem, se a mídia não exibir essas imagens, se essas vidas permanecerem inomináveis e impossíveis de serem enlutadas, se elas não aparecerem em sua precariedade e em sua destruição, não nos comoveremos. Não retornaremos a um sentimento de indignação ética que é, distintivamente, por um Outro, em nome de um Outro (BUTLER, 2019, p. 181).

A seletividade do que é mostrado impede que o público comum veja o “Outro” em sua precariedade. Conforme o ditado popular, “o que os olhos não veem, o coração não sente”. Independentemente do tipo de representação em cena, quando o precário é omitido, a comoção é barrada e o “Outro” é negligenciado. Pensar o papel da comoção é perceber que a dor do outro pode causar em mim uma empatia que me leva a tentar interromper sua dor. Isso contribui para a coletividade, para o bem-estar do corpo social. A comoção é importante porque aponta para o que o discurso desumanizador quer travar. A comoção interrompe o ciclo de individualização cega, como a que levou Jair Bolsonaro a recusar ajuda humanitária de outros países da América do Sul à Bahia durante os alagamentos no sul do estado e o levou à mesma atitude irresponsável quanto à falta de oxigênio nos hospitais do Amazonas durante a primeira onda de Covid-19 no Brasil. Todavia, a comoção popular evitou que o número de vítimas nessas duas situações catastróficas fosse ainda maior. *Vidas secas* é também um convite à comoção, não apenas aos sertanejos, mas por todos que vivenciam as inúmeras violências ficcionalizadas por Ramos.

Butler conclui suas investigações com uma possível resposta à pergunta que motivou sua escrita: “Se as humanidades têm um futuro como crítica cultural, e a crítica cultural tem um trabalho a ser feito na situação atual, esse futuro é sem dúvidas nos devolver ao humano onde não esperamos encontrá-lo, em sua fragilidade e nos limites de sua capacidade de fazer sentido” (BUTLER, 2019, p. 182). As Ciências Humanas, então, são o despertar para a fragilidade do “Outro”, para a necessidade de ter o “Outro” próximo a mim e para as dificuldades de – enquanto humanos – encontrar sentido nas coisas. Se os estudos da área de

Humanidades não priorizarem o humano e suas fragilidades, não enxergo coerência na denominação dessa área de pesquisa.

Vidas secas não é uma narrativa sobre sujeitos exóticos que vivem como animais em um lugar inóspito, mas sim sobre humanos precários em diversos níveis, envoltos em dores e necessidades, mas grávidos de esperança. A quem é endereçada a obra *Vidas secas*? Ramos oferece o que entendo ser um convite público à comoção, ao reconhecimento das precariedades de um país desigual e à indignação frente à omissão do Estado. Trata-se da literatura como potência e possibilidade de denúncia, de reflexão, de convocação dos leitores e de crítica aos (des)governos, para a reformulação do pensamento coletivo e para uma atitude consciente de busca pela igualdade, em defesa da humanidade dos despossuídos no mundo biossocial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de *Vidas secas* baseada nas problemáticas da experiência traumática, do luto, da desumanização e da precariedade é possibilidade, um modo de entrada aqui proposto e que demanda a questão da linguagem como aspecto essencial para o drama social ficcionalizado por Graciliano Ramos. Embora a questão da animalização seja uma interpretação recorrente, nas leituras do senso comum e em certas críticas que circularam no meio acadêmico, ela não satisfará o leitor atento que percebe nas situações violentas vividas pela família retirante o cerne de uma questão social pulsante.

Vidas secas é uma obra que muito me sensibilizou. Desde minha primeira leitura até as atuais, ainda sou atravessada pelo texto. Quanto mais ferramentas de conhecimento adquire, mais se mostram dolorosas as vivências ali narradas e os traumas encenados. Admiro a capacidade de Graciliano Ramos de usar sua sensibilidade para construir uma visão estética e social de mundo que diz muito aos dias de hoje. Uma obra única da literatura brasileira ao meu ver. Não imaginava que seria atravessada de tantas formas pela discussão a que me propus sobre *Vidas secas* como o fui.

Tratar de forma crítica a questão do papel das Humanidades hoje implica falar daquilo que somos, então, conseqüentemente, sinto-me pessoalmente tocada nos debates aqui levantados. O curioso é que a descoberta dessa personalidade foi sendo percebida por mim ao longo da jornada de pesquisa. Este foi um trabalho sobre a obra *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, pensado a partir de um incômodo que eu, enquanto leitora, carrego a respeito do que li sobre a obra. Os saberes com que tive contato ao longo dos estudos no programa de pós-graduação foram-me úteis ferramentas de enrijecimento e identificação das causas do meu antigo desconforto frente às perspectivas de animalização da família centralizada na narrativa de Ramos. Enquanto sujeitos subalternizados, violentados e, conseqüentemente, traumatizados, esses seres papel são possíveis reflexos de muitos seres de carne e osso. O discurso que animaliza as pessoas de *Vidas secas* não é referente a apenas os personagens criados por Graciliano, também abarca as pessoas marginalizadas da sociedade brasileira - e mundial.

Enquanto uma criação literária, não busquei aqui tratar dessa narrativa como um espelhamento preciso e literal da realidade. Contudo, afirmo que há real na ficção de Ramos, bem como há ficção no que comumente chamamos de real. Para fazer esse paralelo, então, estabeleci uma proposta de contrastes na composição e nos papéis sociais atribuídos ao fazer

histórico oficial e ao fazer literário. Posso falar de vida não ficcional a partir da ficção, porque não existe precisamente uma separação entre essas esferas. Por isso, Fabiano é, por exemplo, um homem que não existe no mundo biossocial, porém existe em muitos homens que formam a sociedade. Desejo concluir, então, este trabalho honrando as sinhas Vitória e os Fabianos que me antecederam e me possibilitaram chegar a este lugar de fala e saber acadêmico.

Fabiano é um personagem complexo. A beleza disso é que em um mesmo sujeito muitos outros figuram – para não ser categórica e afirmar que *todos* figuramos em Fabiano. Ele possui a noção da extensão de sua precária consciência. Quanto ao fato de que não é um sujeito do conhecimento, com sua quase nenhuma escolaridade, não consegue contar as estrelas do céu para além de cinco. Isso não o impede de transitar no terreno inóspito do sertão com a resiliência que muitos de nós, escolarizados, não teríamos. Fabiano não consegue expressar com palavras a revolta por ter sido preso injustamente; nem pode responder às perguntas mais simples de seus filhos. E ele sabe de seu lugar, de que está alguém em conhecimentos do que poderia estar. Sua revolta diante da dureza da vida marcada por injustiças é serenada, porém, diante da necessidade de ser marido e pai. Sua família é seu norte, é o que o impede de reagir ao soldado amarelo e de se juntar aos cangaceiros e sumir no mundo. No meio de uma paisagem e de uma estrutura social que o oprime e lança em um horizonte sem perspectivas, ele ainda consegue ser ético, como quando deixa o soldado amarelo seguir seu caminho. Mas a dor de ser menos do que poderia também lhe é orgulho em sobreviver, apesar do que se vive. A urgência em ser forte fala mais alto do que o saber oficial que lhe foi negado. Por isso, Fabiano sente-se incomodado ao ser interpelado por seus filhos com perguntas sobre fatos que seu parco domínio do mundo social institucionalizado não lhe permite responder. O mais urgente para ele é ensiná-los a sobreviver às intempéries da vida no sertão, a serem fortes como os tatus, a terem o braço firme para o corte dos mandacarus, para tocarem o gado e assim serem bons empregados das fazendas que sempre pertencerão a um “outro”.

Quantas e quantos não são os Fabianos no nosso país, tendo que optar pela educação ou pela sobrevivência? O hoje, o agora, a fome, a falta de abrigo faz com que a educação seja um bem, um ativo, porém, inútil, embora necessário. Afinal, assim ocorreu ao seu Tomás da Bolandeira, o instruído e frágil não tem resistência física para a extrema pobreza. Do que lhe serviu os muitos papéis quando acometido pela seca? É o que pergunta Fabiano. Para aquele que precisa pensar no agora, o amanhã da educação importa pouco. O agora exige trabalho.

Isso me faz recordar uma história familiar que desejo incluir em minha pesquisa como um exemplo no biossocial daquilo de que trato academicamente. Minha avó materna, dona

Lygia, não entendia a educação como algo necessário. Por isso, procurando oferecer o que para ela era vital, mudava-se constantemente de casa, forçando os filhos a abandonarem os estudos por conta da distância da escola. Minha mãe só terminou o ensino básico depois de casada, com três filhas e já trabalhando. Em contrapartida, dona Lygia ensinou a minha mãe como lavar, passar e dobrar as roupas “ponta com ponta”. Ela estava preparando sua filha para ser dona de casa, porque esse era o horizonte possível a ela. E ainda é para muitos brasileiros.

É belo o amor pela vida que Fabiano expressa, embora seja a vida dura, seca. Ele queria viver um século, queria ver seus filhos criados. Desejava o fim das secas, mas entendia que desde sempre foi assim. Isso não o fez desistir. Por isso a narrativa se fecha com o novo movimento de retirada. A esperança reverbera em cada página da obra de Ramos. Vemos esperança também em sinha Vitória e em seu sonho por uma cama de couro esticado. O sonho por poder descansar integralmente: corpo e mente enfim repousando. Curiosamente, sinha Vitória é a mais sistemática das personagens, em um misto de organização da casa, de cuidado com os filhos, de fazedora exímia de contas, que a permite saber que estão sendo roubados pelo dono da fazenda, o trato dos animais da fazenda e a lida dura, como a água que busca diariamente. Apesar de tudo, ela tem o tempo de sonhar com o descanso em uma boa cama; o tempo de brincar com a sorte, cuspidando para além da janela e criando verdades próprias, peraltices comuns às crianças – se ao cuspir acertasse o terreiro, conseguiria a sonhada cama no ano corrente. Entendo essa brincadeira como jogo da criança desafiadora e livre que habita no adulto sofrido, emergindo em meio às obrigações e dores, que mostra uma sinha Vitória viva e fazendo girar a roda do mundo.

Tantas são as dores em *Vidas secas* que enumerá-las exige uma seleção. As que abordei neste trabalho buscou traduzir as violências simbólicas e físicas, todas, porém reais. São muitas as violências vividas pela família retirante. Negá-las é uma ação pouco coerente, dado que a obra deixa explícita a realidade dura em que vive. Talvez, por ser um sujeito do meu tempo, eu tenha hoje feito essa leitura mais consciente do estado de vitimação em que estão as crianças sem nomes e seus pais. *Vidas secas* possui mais de 80 anos de publicação, mais de 80 anos de leituras realizadas. O acionamento que as gerações leitoras fizeram e continuarão a fazer neste livro não é algo previsível. O que posso afirmar é que vivo em um momento histórico de reivindicações por justiça aos subalternizados, o que com certeza me atravessou enquanto sujeito e me motivou a esta pesquisa.

Fabiano e sua família, como também o soldado amarelo são personagens simbólicos de uma lógica dominante opressora. Mais uma vez fui atravessada durante minha pesquisa e faço uma última digressão para falar do sujeito que me compõe como, também, pesquisadora:

sou filha de um policial militar. Meu pai faleceu aos 56 anos em decorrência de AVCs, depois de definir nos leitos de emergências públicas, dado que não conseguia transferência para o HPM (Hospital da Polícia Militar), embora todo mês seu contracheque acusasse desconto para manutenção daquela rede de saúde que deveria atender militares e seus familiares. Jorge, meu pai, nunca escondeu a aversão ao seu trabalho. Foi aposentado por invalidez quando eu ainda era criança, dado que quase morreu em um assalto (situação a qual não lhe prestaram socorro). Seu sonho, ele dizia, era ser médico, mas a necessidade de uma renda falou mais alto e o primeiro concurso para o qual passou foi a sua escolha. Mais uma vez, na minha família, a necessidade do sustento no “hoje” foi uma barreira para se investir na educação e no “amanhã”. Já acamado, em 2021, assistimos juntos a uma reportagem sobre pessoas formando filas enormes nas portas dos supermercados para receberem ossos. Nesse dia, meu pai me contou que durante sua infância, “nos dias de fartura”, meus avós compravam carcaça de galinha para comerem. O recorrente era comerem ovo. Foi para ajudar nas necessidades de casa que o jovem que sonhava ser médico decidiu ser policial. Em *Vidas secas*, quem seria o soldado se não a sua farda? Era um homem fraco, que se perdia no mato ao fim do dia.

Também é encantador reconhecer a potência sonhadora e pueril das crianças em *Vidas secas*. Mesmo sem nomes, são sujeitos curiosos, misto de frustração e ludicidade. Diante dos nãos que recebem da mãe ou da violência do pai, os meninos choram, mas seguem em frente. Esses meninos sem rosto, que rolam na lama e andam em farrapos pelo quintal são, em número, tantos pelo Brasil quanto os nomes que poderiam receber. Podem ser lidos como a personificação da infância em situação de precariedade. Esses meninos podem representar até mesmo o seu pai, Fabiano, que recorda a própria infância e se vê nos filhos, fazendo perguntas a seu pai. Essa memória de Fabiano é o que o faz vincular-se aos seus pequenos, batendo palmas e falando palavras curtas, para demonstrar com brincadeiras rudes o afeto presente, apesar da falta de conhecimento para saciar as indagações de seus filhos.

A dor de se perceber enquanto menos do que outro e nada poder fazer a esse respeito também está presente em *Vidas secas*. Somos convidados a ver a autopercepção que os retirantes possuem, pautada em como são tratados e em como são ensinados a aceitar esse tratamento. A humilhação de precisar implorar por um emprego mal pago, a humilhação de ser espancado e preso sem entender a acusação que lhe é feita, o sentimento de não pertencimento quando visitam a cidade, a incapacidade de reivindicar o salário por não saber fazer as contas necessárias, a autocondenação pela execução feita do animal de estimação que era como da família e a tristeza de saber que as crianças muito provavelmente passarão pelas

mesmas dificuldades são algumas das fontes de desprazer vividas pela família centralizada na obra.

Mas há também o futuro retratado enquanto possibilidade. Não apenas o medo, a lembrança do tempo ruim e de quase morte ou as injustiças do presente compõem a narrativa de Ramos; há também o almejado e suposto final feliz. Os personagens são seres de esperança, de resiliência. Mais uma vez retornam à peregrinação, quando a seca se anuncia novamente. Apesar da tristeza de deixar a fazenda que os acolheu, sinha Vitória e sua família são movidos pela expectativa de encontrarem um novo lar onde possam recomeçar. Um lugar onde as crianças possam ser poupadas das precariedades que seus pais viveram durante toda a vida.

Há amor, há esperança, há medo, angústia: há humanidade. Não corroboro outra leitura se não a de que esses sujeitos, deficitários em sua comunicação, mas ainda assim sujeitos pensantes, são humanos em todos os sentidos possíveis do termo. É preciso que se olhe para seus “rostos”, no sentido dado por Emmanuel Lévinas ao termo, e se enxergue as demandas e precariedades desses sujeitos, tal como aponta Judith Butler. É preciso que se questione os fundamentos das leituras desumanizantes feitas sobre esses sujeitos do trauma. Legítimo a postura de Fabiano e sua família, pois entendo que a experiência traumática de quase morte ocorrida na peregrinação que introduz a narrativa emudeceu e afetou o comportamento dessa gente. Nada mais natural e humano, dada a proporção do mal vivido.

Além disso, destaque, não só a família retirante é afetada, há algo não dito sobre o que precedeu a chegada dos personagens no cenário onde a história transcorre. Sinha Vitória tem lembranças de festas enquanto carrega seu pesado baú e seu filho mais novo sob o sol ardente. Seu Tomás da bolandeira é alguém que compõe esse passado pouco visível a nós leitores, alguém instruído, gentil, que votava (ou seja, maior de 21 anos e alfabetizado), mas alguém fraco para sobreviver ao que Fabiano e família sobreviveram. Há uma vida antes da seca que não nos é contada, e não sabemos que experiência formaram aqueles sujeitos. Não sabemos como Vitória e Fabiano se conheceram, seu casamento, as gestações e os partos dos meninos, onde viviam e, muito menos, qual foi o momento crítico que os fez migrantes em busca de um lugar para sobreviver. Para além das dores mencionadas na narrativa, há as dores precedentes, que não os desviam do sonho de dias melhores.

Acredito que *Vidas secas* aponta para além de sua economia interna, para além da construção ficcional de Graciliano Ramos. *Vidas secas* é um espaço de reinserção na história social para muitos sujeitos esquecidos e invisibilizados, porque, em um momento histórico do país no qual buscou-se esconder os sertanejos retirantes famintos, a obra é publicada.

Enquanto discurso, seguindo as palavras de Walter Benjamin, e mesmo sem contar com a “empatia dos vencedores”, a obra se estrutura como potência, registrando aqueles a que muito pouco foi endereçado: os ausentes da História maiúscula.

Com essa base, abomino a animalização feita aos sujeitos de *Vidas secas*, independente da justificativa dada. É preciso questionar a raiz dessas leituras, o que realmente as fundamenta. Defendo que a animalização é um discurso maquiado, construído propositalmente sobre aqueles a quem se quer subjugar. Ao definir-se um sujeito como “animal”, retira-se mais do que sua qualidade de “humano”, retira-se seu direito aos direitos de um humano, dentre eles a vida. O discurso animalizante é um discurso de morte. É a justificativa farsante de execução do assassinato de quem se deseja explorar e matar, sem que se haja condenação dos algozes e luto dos violados.

A sociedade é formada por hierarquias que, se analisadas com atenção, não se sustentariam. Não há justificativa coerente para que brancos subjuguem negros, homens subjuguem mulheres, héteros subjuguem gays, povos das regiões sul-sudeste subjuguem povos das regiões norte-nordeste do Brasil. As narrativas que permeiam o mundo biossocial são as causas de muitos acreditarem nessas formas de dominação, sem que as questionem. Questionar é preciso.

Por que Fabiano não fala como o considerado adequado? A resposta mais fácil para essa pergunta, ao meu ver, é esta de que “Fabiano é um ser animalizado”. É necessário mais do que um consenso raso para entender o comportamento humano. Acredito que se a narrativa de Fabiano fosse a de um homem rico, europeu, que tem tudo o que deseja e de que precisa, mas que sofreu alguma interrupção na sua desenvoltura linguística, dificilmente tratariam esse homem como alguém animalizado. A animalização, ao que me parece, é para os pobres, os sem-teto, os sem escolaridade, os sem prestígio social e demais grupos minorizados.

Então me oponho à leitura animalizante porque é uma leitura preconceituosa. Precisamos ir além das respostas rasas para entender o comportamento da família retirante de *Vidas secas*. Precisamos enxergá-los em suas precariedades, afinal, eles denunciam as nossas precariedades. Precisamos ler a obra sem os óculos da banalização daquela realidade ali criada, porque é uma realidade vista não só no papel, mas no nosso país, no nosso estado, na nossa cidade.

A naturalização da brutalidade é o combustível que move o motor do desumano na nossa sociedade; é o que permite que absurdos como o cometido contra o imigrante Moíses

Kabagambe⁹ ocorram, assassinado a pauladas em um quiosque enquanto pessoas ali comiam sem intervirem. Um homem que saiu de sua terra natal para buscar melhores condições de vida no Brasil foi morto sem que houvesse comoção de quem assistia ao espetáculo de horror. Moíses é um Fabiano, migrante em busca de melhores condições de vida. Também é um Fabiano no que diz respeito a viver a imposta animalização assassina, oriunda do olhar dominante, o que – na perspectiva preconceituosa – fez de Moíses um ser passível de morte.

A literatura, enquanto Ciência Humana, é uma oportunidade de repensar o humano. Para além da instituição acadêmica, que visa a alcançar com mais incisão os seus alunos e professores, o livro é um material físico e intelectual popularizado que oferece contato com realidades diversas aos seus leitores. *Vidas secas* é lido em todas as regiões do Brasil e, por isso, eu entendo essa obra como um *locus* de existência aos invisibilizados da História maiúscula. É fato que não serão todos os leitores da obra que terão escopo para enxergar as problemáticas que levanto em minha pesquisa. A literatura não é utilitária e pode ser somente entretenimento. Então, não defendo *Vidas secas* como um panfleto contra as violências sociais. Contudo, a obra pode ser um manifesto social se assim se decidir lê-la. É como eu escolho ler a obra.

Em suma, entendo *Vidas secas*, a partir da leitura de Judith Butler, como uma obra que oportuniza o reconhecimento do humano, de seu rosto, quando nada mais era esperado. O humano vive em Fabiano, em sinha Vitória, em seus filhos. O humano pulsa nas contradições do soldado amarelo, pode ser encontrado nos sujeitos que desenterram alimentos descartados pela ANVISA para terem o que comer¹⁰, como ocorre no Brasil de 2022. E, olhando a lupa pelo outro extremo, o humano também se mostra no irresponsável que, em tese, governa o Brasil hoje. Por isso, retirá-lo do pedestal em que se colocou é uma atitude urgente, posto que humanos erram e devem ser corrigidos, não são deuses intocáveis. É necessário que se resgate a compreensão adequada de humanidade a que todos pertencemos, de modo a elevar os desumanizados e rebaixar os endeusados. Ou seja, nem acima nem abaixo do que somos. Enxergo, em *Vidas secas*, um convite ao pensamento crítico atual sobre quem forma e em quais condições estão os seres humanos da nossa sociedade. Que a compreensão gere

⁹ Reportagem sobre essa tragédia disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/29/policia-investiga-morte-de-congoles-em-quiisque-na-barra-da-tijuca.ghtml>

¹⁰ Reportagem sobre essa triste realidade. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4977322-populacao-desenterra-frango-congelado-descartado-em-lixao-do-amazonas.html#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Jornal,frangos%20em%20sacolas%20e%20cestas.>

consciência, que a consciência gere comoção e que a comoção resulte em ações racionais e altruístas em prol do coletivo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015 (Edição Bilíngue).

ATAÍDE, Vicente de. *Vidas secas*: articulação narrativa. In: BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 196-203.

BANDEIRA, Manuel. O bicho. In: _____. *Estrela da vida inteira*. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 179.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 49).

_____. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. (Fortuna crítica, v. 2). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Obras escolhidas: Volume I).

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976).

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. *Vida precária*: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CÂMARA, Leônidas. A técnica narrativa na ficção de Graciliano Ramos. In: BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. (Fortuna crítica, v. 2). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 277-309.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaios sobre Graciliano Ramos. 3 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*: uma introdução. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio*: o dicionário de língua portuguesa. 2 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FREIXEIRO, Fábio. O estilo indireto livre em Graciliano Ramos. In: BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. (Fortuna crítica, v. 2). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 244-253.

FREUD, Sigmund. *Obras completas v. 14*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p 120-178.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. p. 33-46.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. Trad. Vera Pereira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, São Paulo, jun. 1995.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 384-415.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*: uma teoria do efeito estético. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

JORNAL NACIONAL. Antigo Campo de concentração de retirantes no Ceará é tombado. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/05/antigo-campo-de-concentracao-de-retirantes-no-ceara-e-tombado.ghml>. Acesso em 24 de Janeiro de 2022.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Yedda Dias; REIS, Zenir Campos. *Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora da USP, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATE, Reyes. *Meia-noite na história*: comentário às teses de Walter Benjamin Sobre o conceito de história. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo, RS: Editora INISINOS, 2011.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte e Ensaios*, n. 32, revista do PPAV/EBA/UFRJ, dez 2016, p. 122-151.

MOURÃO, Rui. *Estruturas*: ensaio sobre o romance de Graciliano. 3. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

- OLIVEIRA, Franklin de. Graciliano Ramos. In: BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. (Fortuna crítica, v. 2). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 310-316.
- ONO, Yoko. *Grapefruit*. Trad. Giovanna Viana Martins; Mariana de Matos Moreira Barbosa. Belo Horizonte: Quimeras, 2008; 2009.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. 48. ed. Posfácio Cláudio Leitão. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 121. ed. Posfácio Hermenegildo Bastos. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- REBELLO, Ilma da Silva. As classes populares e as duras cavalgadas da vida: uma leitura de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos. *Soletas*, n. 10, São Gonçalo, RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jul./dez. 2005, p. 85-96.
- RIBEIRO, Katiúscia. O laboratório de filosofia africana Geru Mãe na UFRJ e os desafios para produção de conhecimento sobre filosofia africana e as relações raciais. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade*. Bom Jesus da Lapa, v. 1, n. 1, p. 09-27, jan./abr. 2019.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In.: _____. (Org.) *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p 73-98.
- SIQUEIRA, Antônio Jorge. Getúlio Vargas e o Nordeste. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2012. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2083-getulio-vargas-e-o-nordeste>. Acesso em 15 de agosto de 2020.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STOBBE, E. L. Humanidade como Natureza Racional na filosofia moral de Kant. *Revista Guairacá de Filosofia*, Guarapuava-PR, v. 32, n.1, p. 81-93, 2016.
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In.: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994, p. 97-116.